

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Fevereiro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1053 • Director: Carlos Brito

# GOVERNO

# TEME

PSD inviabiliza esclarecimento das cumplicidades no caso Totta & Açores Pág. 7

# VERDADE

## O deserto na planície alentejana

Encontro do PCP exige inversão da actual política

Págs. 21 a 23



## Entrevista com Carlos Carvalhas

Páginas Centrais



Questões Sociais na CEE servem para enfeitar ramalhete liberal



## Jornalismo com sabor a Ketchup

• Artigo de Agostinho Lopes Pág. 18

## DROGA

### Tratamento e reinserção social

• Artigo de António Filipe Pág. 19

## Comunistas desafiam PSD a debater regionalização

Pág. 6

## México já está a arder

• Manoel de Lencastre Pág. 20



Uma reunião de Quadros Comunistas em Beja debate futuro do Alentejo

## RESUMO

9  
Quarta-feira

O PCP apresenta pede em requerimento ao ministro do Emprego e Segurança Social que preste esclarecimentos sobre os financiamentos concedidos ao Instituto Progresso Social-Democracia para formação partidária ■ O Sindicato Nacional do Pessoal de Voo e Aviação Civil chega a acordo com a administração da TAP ■ Portugal e Brasil concordam na criação de embaixadas conjuntas nos países onde um dos dois não esteja representado ■ A NATO lança aos sérvios da Bósnia um ultimato para que levantem o cerco a Sarajevo, enquanto o embaixador da Rússia na ONU adverte que eventuais raids aéreos contra as posições sérvias na Bósnia arrastariam represálias e uma implicação das Nações Unidas numa guerra ■ Israel e a OLP assinam, no Cairo, um acordo sobre as questões de segurança na Faixa de Gaza e Jericó ■ Os EUA decidem reconhecer oficialmente a ex-república jugoslava da Macedónia e estabelecer relações diplomáticas.

10  
Quinta-feira

A maioria laranja na Assembleia da República chumba o inquérito parlamentar ao caso Totta/Banesto proposto pelo grupo parlamentar do PCP ■ O Conselho de Ministros decide dar tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval ■ O Supremo Tribunal de Justiça decide anular o julgamento que absolveu Carlos Melancia, dando razão ao recurso apresentado pelo Ministério Público ■ A greve de 48 horas dos carteiros regista uma adesão de 87 por cento a nível nacional ■ Governo aprova o novo Código da Estrada que só entrará em vigor no dia 1 de Outubro ■ Depois de complicadas negociações de bastidores o Parlamento Europeu acaba por não adoptar nenhum projecto de Constituição para a União Europeia ■ A Frente Popular Africana anuncia a sua decisão de boicotar as primeiras eleições multirraciais sul-africanas.

11  
Sexta-feira

Função Pública realiza mais uma greve nacional, a segunda num espaço de 15 dias, e anuncia novas acções com início a partir do dia 17 ■ O antigo vice primeiro-ministro da Rússia, Egor Gaidar, anuncia que está empenhado na formação de um novo partido político na Rússia ■ O Irão assinala o 15º aniversário da revolução islâmica por entre severas medidas de segurança em redor dos seus líderes ■ Os serviços secretos egípcios frustram uma tentativa de assassinio do presidente Mubarak ■ Boris Ieltsin afirma que só o Conselho de Segurança da ONU dispõe de autoridade para tomar quaisquer decisões no sentido de pôr termo à guerra na Bósnia.

12  
Sábado

Decorre em Beja um Encontro de Quadros Comunistas do Alentejo sob o lema Regionalizar/Desenvolver ■ A cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno fica marcada por um minuto de silêncio por Sarajevo, cidade que acolheu os Jogos em 1984 ■ Pela primeira vez na história, um cosmonauta russo, Serguei Krikalev, regressa à Terra a bordo de uma nave espacial norte-americana, Discovery ■ O representante das Nações Unidas em Moçambique informa que a desmobilização de forças do Governo de Maputo e da Renamo deve iniciar-se no próximo dia 1 de Março.

13  
Domingo

Recomeçam os combates entre as tropas governamentais e as forças da Unita na cidade do Cuíto ■ Os sérvios da Bósnia aceitam colocar sob controlo dos capacetes azuis a sua artilharia situada à volta de Sarajevo, mas exigem que os muçulmanos sejam submetidos a idêntico controlo ■ O líder do Inkata apela a uma aliança entre os zulus e os africanos para combaterem o ANC e Nelson Mandela.

14  
Segunda-feira

Uma grande organização não governamental exige a realização de um inquérito independente sobre o massacre de Santa Cruz, em Timor ■ A Renamo designa 2500 antigos guerrilheiros para integrar o novo exército moçambicano unificado ■ O Presidente georgiano Eduard Chevardnadze apela ao envio de forças de manutenção da paz para a Abkhazia ■ Um grupo de 44 refugiados timorenses parte de Macau com destino a Lisboa.

15  
Terça-feira

O Tribunal de Instrução Criminal autoriza a estadia em Portugal por 60 dias de Grace Vuvu, após esta cidadã angolana ter estado detida no aeroporto da Portela durante seis dias ■ O presidente sul-africano Frederik De Klerk afirma a sua disponibilidade para estudar as reivindicações zulus para a criação de um estado soberano e independente ■ A Agência Internacional de Energia Atómica e a Coreia do Norte chegam a acordo sobre o recomeço das inspeções a sete instalações nucleares daquele país, declaradas por Pyongyang ao abrigo do Tratado de Não Proliferação ■ O Governo angolano admite ter mantido uma reunião com os independentistas do enclau de Cabinda, acrescentando que já tinha iniciado contactos exploratórios ■ Apesar da chuva, o Carnaval é festejado em todo o país com numerosos desfiles ■ Um violento temporal deixa a serra da Estrela sem comunicações.

## Mais razões para ler o «Avante!»

O «Avante!» completou, no passado dia 15 de Fevereiro, 63 anos de uma existência de permanente combate pelos mais profundos interesses e aspirações do nosso povo e pelos ideais mais justos e generosos da humanidade - a liberdade, a igualdade, a democracia, a paz e o socialismo.

Grande parte desta existência foi cumprida nas mais duras condições de opressão e repressão, perante as quais o «Avante!» se afirmou como uma voz implacável, e frequentemente a única que se exprimia livremente, na oposição à ditadura fascista.

Conquistada a legalidade, com o 25 de Abril, há vinte anos, o «Avante!» assumiu de forma consequente e frontal a defesa das conquistas e valores da revolução, tanto no período do seu desenvolvimento impetuoso, como continuamente, ao longo dos anos, na primeira linha de resistência ao processo contra-revolucionário.

Órgão Central do PCP e semanário político de ampla informação, o «Avante!» tornou-se, nas condições de crise que afecta a demais imprensa democrática, no único jornal de difusão nacional que assume consequentemente as posições e a visão de esquerda na abordagem da realidade nacional e internacional, no porta-voz mais seguro das lutas e reivindicações dos trabalhadores e de outras camadas sociais lesadas pelo grande capital e a política de direita, no firme defensor da convergência e da alternativa democráticas.

Coincidindo com o aniversário do nosso jornal está em curso uma campanha de promoção em torno da ideia de que «Há mais razões para ler o «Avante!»». Saliente-se, entretanto, que estas razões têm que ver acima de tudo com o papel que o órgão central do PCP desempenha crescentemente na sociedade e na comunicação social do nosso país e não tanto com remodelação introduzida nas suas páginas a partir do presente número.

Esta remodelação visa reforçar o papel ímpar do «Avante!», tornar mais atraente a leitura do nosso jor-

nal, ampliar a sua temática e conferir maior acutilância à sua intervenção na divulgação, esclarecimento e sustentação das propostas dos comunistas para os problemas nacionais, no combate e desmascaramento da política da direita, na crítica e na contestação das posições oportunistas.

É com este espírito que, para já, além de um certo refrescamento gráfico a partir logo da primeira página, as páginas centrais passam a ser dedicadas todas as semanas, alternadamente, a uma entrevista ou a uma grande reportagem, que é ampliado o acompanhamento crítico da televisão e reforçada a intervenção na actualidade e no debate político e ideológico, tanto no plano nacional como internacional, dedicando-se-lhe, entre outros espaços toda a terceira página.

Integram-se neste mesmo espírito os números especiais que serão dedicados ao 20º aniversário do 25 de

**Quando afirmamos que «Há mais razões para ler o «Avante!» pensamos na brutal ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, que está em curso por toda a Europa e no nosso país e pensamos na grande determinação combativa que é necessária para lhe fazer frente.**

Abril, a publicar na última semana de Março e ao longo do mês de Abril.

Com estas medidas de promoção e refrescamento o «Avante!» procura proporcionar melhores condições para um significativo aumento da sua difusão. A palavra decisiva cabe agora aos amigos e difusores do «Avante!» e sobretudo às organizações do Partido.

Não basta ter a ideia da contribuição insubstituível que o «Avante!» dá à luta dos trabalhadores e do papel único que desempenha na ligação da família comunista e de toda a esquerda. É necessário que esta ideia se traduza num grande esforço para aumentar a leitura, as vendas e as assinaturas do nosso jornal. É necessário adoptá-lo como um instrumento do trabalho corrente do Partido. É necessário esclarecer o interesse que reveste para todos os trabalhadores, para todos os democratas, para todos os que desejam e

lutam por uma viragem democrática na vida nacional.

Quando afirmamos que «Há mais razões para ler o «Avante!»», pensamos na brutal ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, que está em curso por toda a Europa e no nosso país e pensamos na grande determinação combativa que é necessária para lhe fazer frente.

Pensamos na crise económica, na degradação social, no desemprego, nos despedimentos, nos salários em atraso, no trabalho infantil, pensamos na governamentalização da vida política do país, no autoritarismo que perverte o regime democrático e pensamos numa nova política e na necessidade de ganhar para ela o amplo apoio das massas populares.

Pensamos nas próximas eleições para o Parlamento Europeu como uma grande oportunidade para continuar a combater Maastricht e exigir uma política de integração que salve o mais possível os interesses do país e a soberania nacional.

Pensamos no 20º aniversário do 25 de Abril e na necessidade de assinalá-lo demonstrando a perenidade dos valores essenciais da revolução portuguesa em qualquer projecto de futuro para Portugal.

Pensamos no reforço do PCP e no seu papel indispensável e insubstituível na concretização de uma alternativa democrática.

Ora, o «Avante!» está mergulhado, como nenhum outro jornal, nestas grandes questões que afligem e influenciam a vida nacional e procura, semana após semana, contribuir para o seu encaminhamento positivo.

Ao assinalar mais um aniversário do «Avante!», o colectivo do nosso jornal, com os olhos postos no futuro e profundamente empenhado nas batalhas do presente, inclina-se com respeito perante a memória e o exemplo das gerações de comunistas que asseguraram a sua publicação ininterrupta ao longo de 63 anos, dois terços dos quais em condições de rigorosa clandestinidade. É nessa memória e nesse exemplo que procura permanentemente inspiração para prosseguir.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7º-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, L.P., Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 22 40/342 22 04. Delegação Centro: Praça Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Gótiões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 40/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Hestia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Os ricos que paguem impostos

O álibi do financiamento tornou-se o grande argumento do Governo, da classe dominante e de alguns controladores de opinião pública para reclamarem e justificarem a desresponsabilização do Estado no domínio social, a privatização dos serviços públicos, a redução dos benefícios da segurança social, a subversão de grandes princípios constitucionais na esfera dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

O álibi do financiamento foi a grande razão invocada para a famigerada lei do aumento das propinas do ensino superior e é o mote principal da campanha do actual ministro da Saúde contra o princípio da gratuidade tendencial do Serviço Nacional de Saúde e a favor da privatização das unidades de saúde.

Ao enfatizar os custos dos cuidados de saúde, alegar que o Estado não pode pagar

tanto e preconizar um sistema de pagamento por parte dos doentes baseado na declaração do IRS, o que este novo ministro de Cavaco Silva está a defender, entre outras injustiças, é mais uma tributação para quem no nosso país suporta verdadeiramente a carga fiscal: os trabalhadores por conta alheia.

É que o primeiro e mais silenciado de todos os problemas de financiamento reside precisamente no problemático financiamento do Estado, decorrente do sistema fiscal, ineficaz e socialmente injusto, que vigora entre nós.

Poucos anos bastaram para revelar o verdadeiro desastre da reforma fiscal de Cavaco Silva.

O grande capital não se satisfaz com os generosos benefícios fiscais que lhe são concedidos por lei, a fraude fiscal por parte de grandes empresas grassa impunemente

e atinge proporções gigantescas, assinaladas, entre outras, pelo escândalo das facturas falsas. Todo o país conhece que há riquíssimos empresários que apresentam o salário mínimo nacional como rendimento tributável. É sabido também que os grandes beneficiários do Modelo 2 do IRS disfrutam de deduções que lhes permitem furtar ao fisco, legal e ilegalmente parte considerável dos seus rendimentos.

A reforma da reforma fiscal cavaquista é assim o maior imperativo em matéria de financiamento.

Já lá vão os tempos em que eram os ricos que proclamavam arrogantes: «nós, os contribuintes, exigimos...». Hoje em Portugal, os contribuintes são os trabalhadores e têm todo o direito para exigir que os ricos paguem impostos!

■ Carlos Brito

## Juízes e mudanças

O episódio da Portela em que de novo se opuseram o poder judicial e o executivo governamental cavaquista irá sem dúvida provocar mais uma catadupa de teorizações laranjas sobre o excesso de protagonização dos magistrados e a sua arregimentação nas «forças do bloqueio».

A história das relações do poder político e do poder judicial não é linear, não se poderá dizer que até hoje este se limitou a ser um serventário daquele, tal como não se pode ignorar que não foram frequentes as sucessões de problemas como os recentemente ocorridos em Portugal.

O poder judicial condena políticos corruptos, intervém fortemente no controlo da legalidade administrativa, impõe sanções, bloqueia actos discricionários de serviços policiais - como agora sucedeu na Portela.

Que mudou? O poder judicial ou o poder político?

Em rigor, mudaram ambos e, acima de tudo, mudaram os tempos.

A geração de juízes e delegados do Ministério Público actualmente em funções não foi gerada pela escola da magistratura fascista. Não provem - como quase exclusivamente sucedia - das famílias económicas e socialmente poderosas, prolongando na administração da justiça o poder económico e político da classe a que pertenciam.

Pelo contrário, do ponto de vista social, a carreira da magistratura veio mesmo a constituir uma saída profissional para licenciados provenientes das classes médias, enquanto os que provinham das camadas mais ricas preferem optar pela advocacia privada ou funções de gestão na órbita dos grupos capitalistas de que provêm.

Se o magistrado de há meio século optava frequentemente pelos seus interesses e padrões de classe em detrimento até de princípios escolarmente elaborados e perflhados, a actual geração tem dos pressupostos democráticos do Direito uma noção mais séria, mais consequente, mais assumida. As mudanças do edifício jurídico português geradas pelo 25 de Abril no sentido de mais direitos e mais liberdade encontram nestes profissionais uma identificação honesta e consequente.

Inevitavelmente, esta postura teria de entrar em rota de colisão com um poder político restauracionista e hipócrita.

Apesar de, graças às suas duas maiorias absolutas, ter ido mais longe do que qualquer dos seus antecessores no ataque ao Portugal democrático, nem mesmo o cavaquismo pode deixar de recorrer ao embuste, à mascarada das suas intenções e acções. O discurso político governa-

mental tornou-se em Portugal um constante exercício de efabulação, de ocultação das realidades, dos factos e das intenções. O governo fala em desenvolvimento e gera desemprego, fala em apoio à agricultura e lança os campos na miséria, fala em saúde e provoca o caos nos hospitais, fala em segurança e pensa em repressão.

O governo tenta mudar o quadro legal e constitucional do País, tem conseguido - com o apoio do PS - importantes passos, mas insuficientes para os seus desejos. Mecanismos diversos criados pela ordem constitucional democrática têm-no impedido.

Trata-se assim de fazer na prática o que não se consegue fazer suportar na lei. Ou seja, governamentalizar a política. Ou seja, agir na prática sem suporte legal ou mesmo contra o suporte legal.

O que mudou não foram assim e só os juízes. Mudaram as leis que são mais democráticas, mudaram os juízes que fazem respeitar leis democráticas e mudou o Governo que não cumpre leis democráticas.

A fazer novas mudanças para resolver a situação parece evidente que o que é preciso mudar é o Governo.

■ Ruben de Carvalho

## A diferença

Vale a pena e é necessário, mais uma vez ainda, voltar ao processo de composição e instauração dos órgãos autárquicos e às questões relacionadas com a eleição dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa. Não porque não tenha sido dito já tudo o que há a dizer sobre a matéria, mas porque parece haver gente que, assobiando para o ar e fingindo que não entende, persiste em linhas de abordagem do tema que constituem autêntica manipulação e têm como objectivos essenciais, por um lado, a rejeição das características específicas do Poder Local Democrático que fazem dele um exemplo de modernidade de facto e, por outro lado, a tentativa de meter no mesmo saco todos os partidos no que respei-

ta à compreensão e assimilação dessas características específicas e às práticas políticas nas autarquias.

O entendimento correcto de um Poder Local que estimula e incita à intervenção plural, que impulsiona o diálogo e a conjugação de esforços entre os eleitos das diversas forças políticas - e por tudo isso constitui fonte inesgotável de possibilidades de resolução de problemas das populações - conduz a uma intervenção autárquica democrática, aberta, transparente, participada, não sectária; conduz a uma prática em que trabalho, honestidade e competência constituem raízes fundamentais da intervenção no poder local. Tentar transformar estas características do nosso Poder Local

introduzindo-lhe esquemas político-partidários marcados por manobristos do mais diverso tipo é, por isso, uma tentativa de desvirtuamento do que demais positivo e criativo existe nele e um atentado aos direitos e aos interesses das populações. É assim que, aos entendimentos entre os eleitos das diversas forças políticas em benefício das populações - defendidos pelo PCP e pela CDU -, respondem o PS e o PSD com uma política de alianças visando hegemonias que permitam o domínio absoluto, o «quero, posso e mando» - único espaço onde sabem movimentar-se, único espaço que lhes permite concretizar o seu «projecto autárquico».

Nós, comunistas, não va-

mos por aí. Temos a noção clara da qualidade e da riqueza do nosso projecto autárquico. Temos a noção clara do apreço que as populações demonstram por esse projecto. Estamos nas autarquias e lutamos, em cada eleição, por mais maiorias CDU, não para somar vitórias, mas para podermos levar mais longe o nosso projecto autárquico e, assim, beneficiarmos, cada vez mais, mais populações.

Enfim, estamos no Poder Local para servir as populações e não para nos servirmos delas. E, ao fim e ao cabo, é esta, apenas esta, a diferença que existe entre o projecto autárquico do PCP e os projectos do PSD e do PS.

■ José Casanova

## O tempo das EXCLUSÕES

A excelente revista mensal francesa *Le Monde Diplomatique*, cuja leitura vivamente se recomenda a todos quantos queiram ter do mundo em que vivemos uma visão mais ampla e documentada do que a que os nossos jornais diariamente veiculam, publicou mais uma das suas valiosas recolhas trimestrais da colecção *Manière de voir* com o título justo, actual e incisivo *O Tempo das Exclusões*. Nela, a nossa Europa dos Doze é escalpelizada em alguns dos seus traços mais característicos, bem contrastantes com os do apologetico discurso oficial. Em três partes objectivamente concatenadas (1. *A maré crescente das desigualdades*, 2. *O estrangeiro estigmatizado* e 3. *A tentação extremista*), os autores desvelam a face mais negra da realidade actual desta Europa dual. Numa região por excelência do «Primeiro Mundo» que, com apenas 7% da população mundial, dispõe de 30% do PIB do mundo, um mecanismo implacável gera no seu seio um «Terceiro Mundo», em contínua expansão: o desemprego estrutural vai atingir este ano os 19 milhões, a escalada da pobreza ultrapassa já os 53 milhões, alastram manchas de miséria intolerável, em múltiplas vertentes avança a marginalização social que relega para aquém da civilização massas de seres em vias de *desumanização*. É nesse mundo dos excluídos que os imigrantes (apesar de em número estável e não superior a 3% dos 340 milhões de habitantes da Europa dos 12), não só estão entre os grupos mais atingidos (mas longe de serem únicos), como são o alvo vulnerável de degradantes discriminações e violências. Pretexto também para o recrudescer da xenofobia e do racismo, um dos meios a facilitar o levantar de cabeça do extremismo de direita, com eco audível mesmo ao nível do poder e onde menos seria de esperar até (vejam-se citações de Michel Rocard e Edith Cresson p. 31, p. ex.).

**C** rime Social lhe chama justamente, na introdução, Ignacio Ramonet: «A exclusão é o grande crime social do nosso tempo, como a exploração (...) foi o do século dezanove». Cabe ressaltar que a exploração não se quedou pelo século passado. Numa obra notável, Victor Perlo dedicou-se a estudar a evolução da taxa de mais-valia nos EUA: 100% em 1860, 150% em 1950, mais de 200% em 1965, 275% em 1991, 341% em 1987... Por algo se enfatiza a Revolução Científico-Técnica em curso e o neoliberalismo se expandiu nas últimas décadas! «O crescimento económico fabrica cada vez mais excluídos.» Ou: «É preciso reconhecer que as lógicas que regem a sociedade são geradoras de exclusão e empobrecimento económico.» Ou ainda: «A nossa sociedade produz pobreza ao mesmo tempo que produz mercadorias e riquezas.» Mas falta dizer explicitamente que crescimento, que lógica, que sociedade é essa - **capitalistas**. Por isso sabe a pouco o que no final desta preciosa recolha nos é dito sobre como **sair da espiral** capitalista. Méritos e deméritos numa visão similar à dos socialistas utópicos de há quase dois séculos. Mas é significativo que mesmo tal visão seja tão actual e acutilante na sua crítica ao inominado capitalismo como o é neste *O Tempo das Exclusões* no limiar do século XXI. ■

C.A.I.

## Crise em Santarém exige resposta de luta

Nos últimos doze meses, foram destruídos mais de 4 mil postos de trabalho no distrito de Santarém, onde há 2600 trabalhadores de 25 empresas com salários em atraso. Estes são alguns dos números revelados pela União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, numa conferência de imprensa dada sexta-feira e onde os dirigentes Valdemar Henriques, Joaquim Emídio dos Santos e José António Marques denunciaram a «profunda e grave crise» que atravessam sectores como o papel, a agricultura, a metalomecânica, o alimentar, as madeiras, os mármore, os transportes e o têxtil, que são a base da actividade económica em muitos concelhos. A União - realçando que é «particularmente grave» a situação no vale do Nabão - chamou ainda a atenção para os problemas que vivem os trabalhadores da administração pública e de empresas do sector empresarial do Estado que foram privatizadas ou desmembradas (Rodoviária, CP e Emeffe, Lusofane, Ipetex, Unicer).

O patronato do sector agrícola é acusado pela USS/CGTP de, «nas regiões do distrito onde há quase 90 anos se conseguiram horários de trabalho significativamente inferiores às 40 horas» e «a coberto de um acordo firmado entre a CAP e a UGT», tentar aumentar a jornada semanal para 40 horas - objectivo a que se tem oposto, com êxito, o sindicato agrícola da CGTP.

Terça-feira, Manuel Carvalho da Silva visita a região de Tomar, cidade onde terá lugar, no dia 26 de Fevereiro, uma concentração integrada na manifestação nacional da CGTP-IN. A União de Sindicatos de Santarém acentua a necessidade de responder à crise com a luta pela manutenção do aparelho produtivo instalado, pela defesa e melhoria do poder de compra dos salários e pelo exercício efectivo dos direitos dos trabalhadores.

## TORRALTA: VIABILIZAR E PAGAR OS SALÁRIOS

Trabalhadores da Torralta, um dos maiores operadores turísticos do País com estabelecimentos em Tróia, no Algarve, na serra da Estrela e em Lisboa, deslocaram-se na passada quinta-feira à secretaria de Estado do Turismo e ao Ministério do Emprego, para exigir a viabilização da empresa e o pagamento dos salários em atraso (Dezembro, Janeiro e 13º mês). O sindicato da Hotelaria do Sul e a comissão de trabalhadores da empresa distribuíram documentos à população e aos jornalistas, denunciando a má gestão da Torralta e os obstáculos criados pela banca privada no processo para a viabilização. Os cerca de 500 trabalhadores da Torralta e as suas organizações de classe defendem que, se o Estado tiver vontade política, pode ultrapassar estes obstáculos, pois a empresa é «perfeitamente viável» e «inviabilizar a Torralta é cometer um crime».

## PORTUCEL VOLTA À GREVE

Os representantes dos trabalhadores do grupo Portucel, reunidos na semana passada em Lisboa, decidiram avançar com a convocação de uma greve de 48 horas, para ontem e hoje, na Portucel/Viana. Mais greves e outras acções estão perspectivadas e em discussão em plenários de trabalhadores - revela uma nota da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. A Fequifa salienta que «os 16 dias de greve já efectuados nos vários centros da Portucel, com uma adesão global superior a 90 por cento e sempre com paragem total das unidades produtivas, demonstram que os trabalhadores estão determinados a prosseguir a luta e a defenderem firmemente uma actualização salarial digna, contra os 2,5 por cento da administração, bem como os direitos e regalias constantes do acordo de empresa e que a administração quer pôr em causa». A administração da Portucel, denuncia a federação, não tem comparecido nas reuniões de negociação da revisão do AE.

## EUROPA

Vasco Cal, o representante da CGTP-IN no Comité Económico e Social da Comunidade Europeia, foi na semana passada eleito para o bureau do Comité Consultivo do Espaço Económico Europeu, organismo integrado por nove elementos, com composição tripartida (sindicatos, governos e associações patronais) e co-presidido pelos presidentes do Comité Económico e Social e do Comité Consultivo da EFTA. Na primeira reunião, que teve lugar dia 8 em Bruxelas, esteve em destaque o desemprego na Europa e a necessidade de uma política económica mais consentânea com o combate ao desemprego, refere uma nota do departamento de informação da CGTP.

## ILEGALIDADES NA LISNAVE

O Secretariado da Comissão Intersindical da Lisnave levou na semana passada ao conhecimento do Inspector Geral do Trabalho um conjunto de ilegalidades cometidas pela administração da empresa, revela aquela estrutura numa nota à comunicação social, acrescentando que aquele responsável «comprometeu-se a chamar a Inspeção Geral de Trabalho de Almada e exigir que faça um relatório sobre as questões apresentadas», entre as quais figura a declaração de aceitação que está a ser exigida a trabalhadores já na Mitrena com o fim de lhes retirar os direitos resultantes da sua transferência de local de trabalho.

## Encontro acusa empresas fabricantes de material eléctrico

# «Isto já não é só discriminação das mulheres!...»

Situações escandalosas de discriminação das mulheres foram denunciadas num encontro promovido na semana passada na sede da CGTP e que reuniu algumas dezenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais do sector de fabricação de material eléctrico e electrónico. Mas a iniciativa da federação do sector (FSTIEP) trouxe a lume casos que, para além da discriminação sexual, representam graves atentados aos mais elementares direitos de qualquer trabalhador.

A discriminação das mulheres neste sector - segundo um estudo da FSTIEP apresentado como documento-base do encontro - reflecte-se nos níveis de qualificação, na remuneração, na precariedade do emprego e até na admissão das trabalhadoras.

O estudo foi feito a partir dos balanços sociais e quadros de pessoal de 1989 e 1992 de quatro dezenas de empresas, que ocupam a esmagadora maioria da mão-de-obra do sector FMEE. Os resultados mostram que:

- nos níveis de trabalhadores semiqualeificados e não qualificados, as mulheres são o triplo dos homens, enquanto ao nível de quadros o número de mulheres não chega a um quinto do número de homens;

- em geral, a remuneração média das mulheres é cerca de um terço da dos homens (32,8% em 1989, 39,3% em 1992) e em todos os níveis de qualificação as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens;

- as mulheres são mais atingidas pelo emprego precário: nas empresas consideradas havia 31,5% de mulheres contratadas a termo em 1989, ao passo que do total dos homens o índice era de 18,3%, números que, em 1992, passaram para 29,6% (mulheres) e 18,8% (homens);

- num conjunto de 10 empresas, responsáveis por 37% do emprego do sector, a taxa de mulheres com vínculo precário foi, em 1992, de 51%; no estudo são denunciadas as taxas inadmissíveis de precarização que se verifica em empresas como a



Activistas e dirigentes sindicais denunciaram casos concretos de discriminação sexual e de brutalidades contra os mais elementares direitos de qualquer pessoa

Indelma, a Reicab, a Stotz, a Yazaki ou a Blaupunkt (atingindo esta os 95% de trabalhadores a prazo); a precariedade de emprego atinge gravemente as jovens trabalhadoras.

As intervenções feitas no encontro do passado dia 10 vieram comprovar a caracterização feita no documento-base, com uma carga ainda mais grave», afirmou, no final da iniciativa, José Machado, da FSTIEP. Quer este dirigente, quer Carvalho da Silva (que participou em parte dos trabalhos do encontro), quer também Odete Filipe (dirigente da CGTP que tem a seu cargo a área das

mulheres) realçaram que muitos dos problemas ali denunciados têm a ver com a realidade da exploração nas empresas e que a luta contra a discriminação deve interligar-se com a luta mais geral de todos os trabalhadores.

O encontro de mulheres do sector FMEE teve lugar no quadro da preparação do 3º Congresso da FSTIEP, marcado para os próximos dias 25 e 26, e no qual deverá ser criada uma comissão nacional de mulheres. O encontro aprovou, para já, oito medidas concretas para dinamizar o combate à discriminação nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico. ■

## Convocada greve nacional na construção civil

«Os pseudo-representantes dos trabalhadores da UGT no sector da construção civil e obras públicas venderam os trabalhadores a troco de nada»

A federação de sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore anunciou para dia 24 uma greve abrangendo os trabalhadores das empresas de construção civil e obras públicas do Continente. Convocada por decisão do plenário de sindicatos do sector, esta greve de 24 horas tem por objectivo lutar pelo direito à livre negociação, contra a retirada de regalias e por melhores salários.

No comunicado em que a federação, filiada na CGTP, anuncia a decisão de ir para a greve, faz-se uma muito forte crítica ao acordo de revisão da contratação colectiva que as estruturas da UGT no sector subscreveram e que a associação patronal do Norte pretendeu repetir. «Os pseudo-representantes dos trabalhadores da UGT no sector da construção civil e obras públicas venderam os trabalhadores a troco de nada», acusa a federação, para quem os processos negociais da contratação colectiva para 1994 estão «bloqueados».

### Traição

A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore descreve os factos que a levam a considerar como «traição» a atitude dos sindicatos da UGT: «Assinaram com os seus progenitores, o patronato (AECOPS, ANEOP E AICE), a flexibilização do horário de trabalho, pondo à disposição do patronato os trabalhadores durante 50 horas por semana, a troco de um aumento de 3 por cento. O patronato do sector tinha feito uma proposta aos nossos sindicatos de horário de trabalho de 41 horas, a partir de Janeiro de 1994, e 40 horas, a partir de Janeiro de 1995; pois os divisionistas o que fizeram foi aceitar um horário de 42 horas a Janeiro de 1994 e 40 horas semanais apenas em 1 de Novembro de 1995».

«Perante tais benesses dos seus rebentos», prossegue o comunicado, o patronato «negou-se a negociar com os representantes dos trabalhadores tentando impor a aceitação do referido acordo». A 4 de

Fevereiro iniciaram-se as negociações com a AICOPN (a associação patronal do Norte) e «para nosso espanto, na referida reunião apareceram os mesmos senhores da UGT para também negociar», após o que, «com as costas quentes, o patronato do Norte enveredou pelo mesmo caminho que o patronato do Sul e deu a sua benção aos divisionistas, querendo iniciar o processo negocial, de facto, primeiro com os seus filhotes».

Foi esta situação que os órgãos da federação decidiram colocar à apreciação do plenário de sindicatos, reunido no Porto no dia 10, o qual decidiu avançar com a convocação da greve da próxima quinta-feira.

Também o sindicato da Construção, Madeiras e Mármore do distrito de Lisboa, em comunicado da sua direcção, tinha repudiado o acordo firmado pela UGT, considerando-o «infame e miserável» e «uma humilhação e falta de respeito à dignidade dos trabalhadores do sector». O sindicato considera grave que as estruturas

da UGT tenham aceite aumentos salariais de 3 por cento, a flexibilização do horário semanal de trabalho para 50 horas e um horário máximo de 42 horas, e um subsídio de almoço de 540 escudos.

Alertando para que «as empresas não deixarão de recorrer a todos os meios de pressão ao seu alcance visando a aplicação da flexibilização, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa sublinha que «não o poderão fazer aos trabalhadores filiados neste sindicato, uma vez que não somos subscritores deste nado-prematuro». Os trabalhadores deverão comunicar ao sindicato, com sede na Praça D. Luís, em Lisboa (junto ao mercado da Ribeira), qualquer tentativa naquele sentido.

Para o sindicato, mantêm-se actuais as propostas que apresentou ao patronato: vigência do acordo a partir de 1 de Janeiro deste ano, máximo de 40 horas de trabalho semanais, subsídio de refeição de 750 escudos e 25 dias úteis de férias. ■

## Segunda greve com elevada adesão

# Função Pública vai continuar a luta

Os sindicatos concentram-se hoje junto ao Conselho de Ministros, enquanto outras acções estão marcadas para a próxima semana. Uma acção nacional de grande dimensão, a concretizar em Março, está já em discussão nas estruturas.

Centenas de milhar de trabalhadores da administração pública aderiram à greve da passada sexta-feira. Os sindicatos que convocaram a paralisação (comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa, Fesap e STE, que contaram com a solidariedade da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos) salientaram «a elevada adesão registada, com um valor global entre os 80 e os 85 por cento». Esta adesão, afirmaram em conferência de imprensa conjunta, ao fim da tarde de dia 11, é «ainda mais significativa se tivermos em conta as condições em que a greve se realizou» e que os sindicatos descrevem em dois pontos:

«é a segunda greve num curto espaço de tempo, exigindo pesados sacrifícios monetários aos trabalhadores»;

«o Governo, usando o poder discricionário que tem enquanto órgão de soberania, tomou medidas para reduzir o impacto da greve e a mobilização dos trabalhadores, com a publicação da portaria dos salários e pressionando trabalhadores em situação precária a assegurarem o funcionamento de lugares-chave».

Depois de lembrarem os objectivos da greve de dia 11 (defesa do poder de compra com o aumento dos salários reais, dignificação profissional com carreiras dignas, defesa da estabilidade de emprego e respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores), os sindicatos reafirmam que «o Governo tem dinheiro para satisfazer as propostas dos trabalhadores», pois «apenas utilizou 40 por cento das verbas orçamentais aprovadas».

Os sindicatos (da CGTP, da UGT ou sem filiação) recusam a actualização salarial decidida unilateralmente pelo Governo, tal como a intenção deste de subir de 8 para 10 por cento os descontos para a Segurança Social. Exigindo a continuação das negociações em torno dos salários e da defesa do emprego, revelaram que já requereram a negociação suplementar, nos termos da lei em vigor.

Considerando que «a elevada expressão da greve constitui motivo de satisfação para os sindicatos e para os trabalhadores», a CNS, a Fesap e o STE sublinham que ela deve também constituir «sério motivo de reflexão para o Governo e para

o primeiro-ministro». Para «dar uma ajuda a esta reflexão», as estruturas sindicais vão hoje deslocar-se à presidência do Conselho de Ministros, enquanto ali decorre a reunião do executivo.

Na conferência de imprensa, foi ainda anunciado que os sindicatos da administração pública vão realizar «um vasto conjunto de acções e iniciativas na semana de 21 a 26 de Fevereiro, estando já em discussão uma nova acção nacional de grande dimensão, a concretizar no mês de Março».

### Sectores

Ao longo do dia 11, diversas estruturas sindicais foram divulgando dados sobre a adesão nos vários sectores.

Ao fim da manhã, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (CGTP) anunciava que, «ainda que com prejuízo de cortes consideráveis nos seus já magros salários, os trabalhadores estão a responder com elevados níveis de adesão que, conforme dados já apurados, atingiram, em inúmeros casos, percentagens superiores às registadas na greve anterior», a 25 de Janeiro. A federação (em que está filiada a maior parte dos sindicatos que subscrevem a Plataforma Reivindicativa) salientava os níveis de adesão nos sectores da Justiça, Saúde, Administração Local e



Escolas, hospitais, centros de saúde, repartições públicas, transportes municipais, serviços de limpeza, tribunais, ministérios, universidades e institutos estiveram encerrados no dia 11 ou funcionaram a meio-gás

Educação: encerraram mais tribunais, no Hospital de Santo António (Porto) duplicou a percentagem de trabalhadores em greve, na Câmara Municipal de Vila Real esta foi a maior greve de sempre.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, por seu turno, salientou «enorme adesão e aumentos significativos em distritos como Coimbra, Castelo Branco, Funchal, Viana do Castelo, Viseu, Vila Real e nos transportes urbanos de Aveiro e Coimbra, mantendo-se os 100 por cento nos restantes». O STAL anunciou para hoje uma concentração

nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, junto ao Conselho de Ministros, das 10.30 às 13 horas; dia 21, terão lugar concentrações regionais junto aos governos civis, com distribuição de um comunicado à população em todo o País; no dia 26, o sindicato apela à participação dos trabalhadores nas concentrações promovidas pela CGTP.

Também o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa apela à participação na manifestação da CGTP, afirmando que a paralisação da semana passada foi «uma resposta digna e decidida à afron-

tosa política social e salarial do Governo» e que «a luta vai continuar até que o Governo altere as suas posições».

A Fenprof condenou a publicação da portaria com a actualização salarial, decidida pelo Governo «sem o acordo de quaisquer dos sindicatos do sector», afirmando que «em resposta a mais esta afronta, os professores mantêm a mesma determinação na luta, com elevados níveis de adesão à greve». Na área da Grande Lisboa, o SPGL indicava uma adesão de 80 por cento dos professores dos diversos graus de ensino. ■

## CGTP aponta para uma globalização rápida e crescente das lutas

# Os trabalhadores não vão baixar os braços

«Que o Governo e o patronato se desiludam, se pensam que impõem aumentos de miséria e os trabalhadores vão baixar os braços!» A afirmação feita por Carvalho da Silva integra uma declaração em nome da Comissão Executiva da CGTP, que reuniu em Lisboa no dia em que decorria a greve da função pública. O coordenador da central - acompanhado na conferência de imprensa de sexta-feira à tarde por Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares - precisou que «é decisão nossa não deixar apagar a chama da luta salarial e da luta por melhores condições de vida e, antes pelo contrário, reacender essa chama».

Analisando a situação actual, a executiva da Inter entendeu sublinhar «solenemente» que «os trabalhadores, nos sectores e a nível nacional, encontrarão reivindicações e formas que façam com que o salário mínimo, os salários da administração pública, os salários dos

diversos sectores e as condições de trabalho dos trabalhadores portugueses melhorem no decorrer deste ano». «Não ficaremos este ano com os aumentos de miséria que o Governo e o patronato nos querem impor» - concluiu Carvalho da Silva.

Depois de saudar a luta que os trabalhadores da administração pública. O coordenador da central - acompanhado na conferência de imprensa de sexta-feira à tarde por Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares - precisou que «é decisão nossa não deixar apagar a chama da luta salarial e da luta por melhores condições de vida e, antes pelo contrário, reacender essa chama».

«Simultaneamente, vamos procurar transportar para a opinião pública aquilo que vai de protesto dentro das pessoas e

vamos começar a trabalhar mais intensamente nas manifestações e mobilizações de massas em termos públicos», disse, apelando à participação nas iniciativas da manifestação nacional, dia 26 de Fevereiro.

Respondendo a perguntas dos jornalistas, o coordenador da CGTP afirmou que «é cada vez mais evidente o sentimento da exigência de uma alternativa a esta política, e esse sentimento expressa-se de diversas formas, designadamente numa reclamação crescente da globalização da luta», e revelou que «dando resposta a esse sentimento, a comissão executiva decidiu hoje dar uma mensagem de ordem política global às próximas iniciativas da central, ligando naturalmente aos problemas concretos dos trabalhadores».

Para além das manifestações de 26 de Fevereiro (em Lisboa, no Porto e numa série de outras localidades) e das acções da Função Pública, da Construção Civil e de outros sectores e

empresas (que noticiamos nestas páginas), recordamos que estão marcadas lutas dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica (dia 24, jornada nacional) e dos ferroviários (dia 22, greve de meio dia).

Nos dias 10 e 11 estiveram em greve os carteiros, que no sábado reúnem em Lisboa, em plenário nacional, para analisar os resultados da paralisação e a resposta a dar às posições da administração dos CTT. De acordo com uma nota de imprensa distribuída a meio da manhã de quinta-feira pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, a greve registou uma adesão de 87 por cento a nível nacional, com percentagens superiores a 90 por cento nos distritos de Leiria, Setúbal e Funchal, e de 45 por cento nas cidades de Lisboa e Porto (onde, reagindo às exigências dos trabalhadores e do SNTCT, foram admitidos 330 carteiros). ■



Defender a Segurança Social - A União dos Sindicatos de Lisboa promoveu, na passada quinta-feira de manhã, uma distribuição de documentos à população alertando para os ataques de que está a ser alvo o sistema de Segurança Social. À tarde, activistas e dirigentes sindicais do distrito concentraram-se na Alameda Afonso Henriques, de onde desfilaram até ao Ministério do Emprego, para exigirem uma melhor Segurança Social e uma boa gestão do dinheiro dos trabalhadores (cujas contribuições representam quase 90 por cento das receitas globais da Segurança Social)

## Inquérito aos fundos

Com a aprovação do Relatório, apenas subscrito com os votos dos deputados do PSD, chegou ao fim o inquérito parlamentar às condições em que foram utilizadas verbas do Fundo Social Europeu pela UGT. Os resultados apurados - ilibação da UGT e do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE) e atribuição de irregularidades apenas às empresas subcontratadas - voltaram a trazer para primeiro plano os moldes em que se desenvolve o trabalho das comissões de inquérito, quase sempre orientados em função dos interesses da maioria.

A não inclusão no Relatório de vários factos apurados pela deputada comunista Odete Santos, em sua opinião dados como provados, é disso mesmo testemunho, acabando por distorcer as conclusões e inviabilizar a abordagem de questões consideradas fundamentais para um cabal esclarecimento dos factos.

A eles se referiu Odete Santos, na sua declaração de voto, pondo em relevo, nomeadamente, o tratamento de favor de que beneficiaram empresas privadas, como a Consulta e a Partex, e a falta de fiscalização, a todos os títulos inaceitável, por parte do DAFSE bem como pela UGT.

## Apoio a toxicod dependentes

O PSD inviabilizou um projecto de lei do PCP que previa a criação de uma rede pública de centros de atendimento de toxicod dependentes e comunidades terapêuticas, com vista à sua desintoxicação física e reinserção social e profissional. Com esta iniciativa, que teve as abstenções do PS e CDS, a bancada comunista pretendia acima de tudo acudir às situações de falta de auxílio em que se encontram dezenas de milhares de toxicod dependentes (ver artigo na página 19). Nesse sentido, previam-se, entre outros aspectos, a ampliação das consultas em unidades de atendimento e a criação de mais unidades de internamento de curta duração. Quanto à reabilitação social e profissional, as soluções preconizadas apontavam para a adopção de um sistema nacional devidamente estruturado e dotado de meios capazes de cumprir essas atribuições.

A importância da matéria, a fundamentação técnica das propostas e a sua exequibilidade não foram, porém, motivos suficientes para sensibilizar os deputados da maioria, facto só explicável, como sublinhou António Filipe, por "um lamentável sectarismo partidário". ■

# Diplomas "chumbados" pelo TC

## Uma derrota política do Governo

A Assembleia da República reapreciou na passada semana quatro diplomas cujo conteúdo, no que se refere a algumas das suas normas, foi alvo da declaração de inconstitucionalidade, em Agosto do ano passado, por parte do Tribunal competente. Aprovadas pela maioria foram apenas as propostas que tiveram a chancela da sua bancada, sendo recusadas todas as outras subscritas pelos partidos da oposição.

A estes não escapou a relevância política do debate, centrado em diplomas pelos quais o Governo e a sua maioria se bateram fortemente (Tribunal de Contas, Segredo de Estado, Combate à Corrupção e Estatuto dos Magistrados Judiciais), fazendo-os aprovar na anterior sessão legislativa contra a vontade das restantes formações parlamentares.

Daí que a declaração de inconstitucionalidade não

possa deixar de ser interpretada como uma "inegável derrota política" do Governo, como lhe chamou Octávio Teixeira, não apenas porque aquele apostou forte e perdeu, como também porque ficou confirmada a razão dos partidos da oposição que se lhe opuseram e a justeza da posição do Presidente da República que requereu a apreciação preventiva da respectiva conformidade do diploma com a Constituição.

"O significado político é tanto mais relevante e profundo - sublinhou a propósito Octávio Teixeira -, quanto é certo que esses decretos e inconstitucionalidades têm a ver com direitos e garantias fundamentais num Estado de Direito, que o Governo persiste em distorcer e anular".

O líder parlamentar comunista não perdeu aliás a oportunidade para sustentar o seu ponto de vista, recordando a este respeito, entre as várias violações produzidas pelo Executivo, a violação do princípio da representação proporcional dos Juizes, a violação do princípio da unidade política do Estado e da obrigação de ser o Estado a garantir a independência nacional e a assegurar a defesa nacional, a violação do

princípio constitucional da independência dos Tribunais, sem falar na sanha persecutória do Governo contra o Presidente do Tribunal de Contas, na violação do direito dos Juizes ao exercício de funções docentes e de investigação científica de natureza jurídica, não remunerados.

O que está em causa, pois, na perspectiva do PCP - e esta é a questão substantiva a reter da leitura de Octávio Teixeira sobre as declarações de inconstitucionalidade aos decretos em apreço - é que estamos em presença de uma "verdadeira declaração de inconstitucionalidade das concepções do Governo e do PSD que visam um Estado de natureza secretista, repressiva e autoritária, incompatível com

o Estado de direito democrático constitucionalmente consagrado".

Concepções do Governo e do PSD declaradamente contrárias à Constituição da República, nomeadamente no que se refere à separação e interdependência de poderes dos órgãos de soberania, como Octávio Teixeira fizera questão de demonstrar, lembrando concretamente o reforço dos poderes do Executivo à custa da redução do Poder Judicial e do atropelo dos direitos dos cidadãos, a fiscalização e transparência da actividade governamental, a crescente policialização da vida social ou a sujeição da sociedade ao secretismo da acção governativa com prejuízo dos direitos dos cidadãos". ■

## PCP desafia PSD a debater a Regionalização

Os problemas decorrentes do facto de ainda não terem sido criadas as Regiões Administrativas, quando estamos em vésperas da aplicação do segundo Plano de Desenvolvimento Regional, voltaram a estar no centro do debate parlamentar. Luís Sá, deputado comunista que levou a questão a plenário, é da opinião que estamos perante um "défice democrático", invocando para o efeito as consequências negativas de tal omissão, que situou no plano do "equilíbrio e democraticidade da Administração Central e na repartição vertical de poderes" e, bem assim, na manutenção das assimetrias.

Passados 18 anos sobre a entrada em vigor da Constitui-

ção, na perspectiva do Grupo Parlamentar do PCP, é inteiramente absurdo que as regiões continuem por instituir, facto cuja responsabilidade Luís Sá não hesitou em imputar ao partido do Governo, uma vez que, lembrou, a ele se deve a inviabilização dos projectos de lei que estabeleçam o calendário que visava a realização de eleições regionais em simultâneo com as eleições autárquicas.

Daí o repto de novo lançado pelo Grupo Parlamentar comunista no sentido de o PSD não obstruir a discussão dos projectos e calendarização avançados pelo PCP, com a certeza de que, se o fizer, como observou Luís Sá, estará

a cumprir a Lei Fundamental e o seu Programa e Manifesto Eleitorais. Caso contrário, as palavras são ainda suas, "persistirá na via da centralização e da concentração de poderes, que é uma das formas de autoritarismo".

Concentração que de resto aparece hoje de forma encapota sob outras formas (veja-se a supressão de serviços centrais em algumas cidades e sua transferência para outras capitais de distrito) e que é utilizada no entender da bancada comunista como arma para "combater a descentralização e a regionalização".

"E uma contra-regionalização quase clandestina", fez notar Luís Sá, lembrando

simultaneamente aos que afirmam temer as regiões por criar novas burocracias que "aí está a demonstração de que estas já existem, só que sem transparência, participação e legitimidade democrática".

Noutro plano, o deputado comunista aludiu ainda à situa-

ção financeira dos municípios, sobre a qual expressou a sua preocupação, adiantando também a disponibilidade da bancada do PCP para reconsiderar o estatuto das áreas metropolitanas, em particular no que se refere às respectivas atribuições e financiamento. ■

## Intensa actividade em defesa do Poder Local

Incidindo nos mais variados capítulos, têm sido múltiplas as iniciativas legislativas do PCP no sentido de dar resposta aos problemas concretos e às necessidades reais do Poder Local. Esse valioso contributo é (re)conhecido, abundando os exemplos de matérias que têm merecido a atenção dos deputados comunistas, como sejam o regime de permanência de eleitos das freguesias, a redefinição das suas competências, o reforço dos meios das freguesias recém-criadas, a revisão do regime da tutela, a alteração da Lei-Quadro da criação de municípios ou o reforço da colegialidade dos executivos e a dignificação dos órgãos deliberativos das autarquias.

Na semana transacta, duas novas iniciativas legislativas na área do Poder Local foram anunciadas pelo deputado Luís Sá. Ambas sob a forma de projecto de lei, visam, num caso, o aumento do número de vereadores a tempo inteiro, para responder às necessidades sobretudo dos grandes municípios, no outro, alargar o regime especial dos municípios de Lisboa e Porto aos outros doze municípios com mais de 100 mil habitantes, designadamente no que se refere à delegação de competências do Presidente em directores de serviço.

No âmbito da Regionalização, por sua vez, várias outras iniciativas legislativas da autoria do PCP deram entrada na mesa da Assembleia da República. São eles os projectos de lei sobre o regime de finanças regionais, sobre o regime de transferência de competências e serviços para as regiões administrativas e o projecto de lei de delimitação de áreas de partida, bem como um projecto de resolução que estabelece o calendário com vista à instituição das regiões administrativas até ao fim de 1995. ■



## Cumplicidades no caso Totta & Açores PSD inviabiliza esclarecimento da verdade

O PSD inviabilizou o pedido de inquérito parlamentar do PCP destinado a apreciar o processo de privatização do Banco Totta & Açores. Com este gesto, sustentado em razões pouco consistentes - o pretexto invocado pelo seu deputado Rui Rio foi de que o assunto já estava nas mãos da Procuradoria-Geral da República e que o Governo não interfere nas entidades envolvidas no processo -, a maioria governamental interpõe na prática uma barreira ao cabal esclarecimento do caso. A transparência da vida política, essa, sofre um novo golpe, adensando suspeitas, e em causa volta a estar a competência fiscalizadora da Assembleia da República sobre os actos do Executivo.

Contrariamente aos argumentos aduzidos pelo deputado "laranja", segundo os quais a iniciativa do PCP visaria "atacar o Governo" e "retirar credibilidade ao processo de privatizações", a questão central que

esse processo não merece credibilidade nenhuma".

O caso Totta & Açores é aliás paradigmático dessa postura governamental onde o que menos parece contar é a vontade política de garantir a isenção e

mos de que houve "cumplicidade efectiva do Governo na violação da Lei portuguesa e na assunção pelo Banesto da maioria do capital social do Banco Totta & Açores".

"Só essa cumplicidade pode explicar - sustentou o líder parlamentar do PCP - que, tal como o Governo, as três entidades com deveres de fiscalização na matéria, concretamente a Comissão de Acompanhamento das Privatizações, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Banco de Portugal, durante cerca de quatro anos, se tenham mantido surdas, mudas e cegas, não tenham feito uma única diligência para clarificar a situação".

Uma situação que se manteve até ao dia 22 de Maio de 1993, altura em que foram os próprios contraventores a tomarem a iniciativa de reunir com o ministro das Finanças, da qual saiu uma acta - e esta é uma peça central do processo, segundo Octávio Teixeira, que sugeriu ao deputa-

do Rui Rio que sobre o assunto pedisse esclarecimentos junto do seu colega de bancada Braga de Macedo -, acta essa que curiosamente não consta do processo do BTA herdado pelo actual ministro das Finanças, de acordo com afirmações deste na Comissão de Economia.

Ora são precisamente alguns dos factos que resultam dessa reunião, que não poderão ter deixado de ser do conhecimento do Primeiro-Ministro - um dos quais tem a ver com a alteração à lei que permite o aumento de participação de 10 para 25 por cento de capital estrangeiro no BTA, assim legalizando os 24,9 por cento da participação directa do Banesto naquele banco comercial português - que levaram Octávio Teixeira a concluir que o "processo do BTA tresanda de cumplicidades", umas objectivas, outras de natureza subjectiva, em relação às quais o inquérito parlamentar poderia ter um papel decisivo no sentido de clarificar o assunto. ■

## Nos dias 21 e 22, em Braga

### Jornadas Parlamentares do PCP

Braga foi o local escolhido pelo Grupo Parlamentar do PCP para a realização das suas Jornadas, que contarão desta vez para além dos deputados à Assembleia da República com a presença dos deputados ao Parlamento Europeu.

As Jornadas iniciam-se no próximo dia 21, com uma sessão de abertura que contará com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, prolongando-se pelo dia seguinte com uma agenda que terá como temática central as questões do emprego e da coesão social, tendo como pano de fundo o "Livro Branco" onde se inscrevem as propostas e medidas para combater o desemprego na Europa.

O Balanço da aplicação dos fundos comunitários e as repercussões no nosso país dos acordos do GATT, designadamente nas áreas têxtil e agrícola, constituem outros aspectos que preencherão a ordem de trabalhos dos parlamentares comunistas, que não deixarão de analisar também a situação social no distrito de Braga, com relevo para os problemas do desemprego e do trabalho infantil.

Destaque merece ainda o balanço sobre a actividade desenvolvida pelo Grupo Parlamentar ao longo da presente sessão legislativa, apreciação que será acompanhada pela definição de um quadro de iniciativas e das linhas futuras de actuação.

A exemplo do que sempre tem sucedido, os deputados realizarão ainda no âmbito das Jornadas um conjunto de visitas, contactos e reuniões com unidades produtivas e organizações sociais da região. ■

## Por iniciativa do PCP, no Parlamento Estágio de advocacia em debate

A problemática que envolve o estágio de advocacia vai estar em debate no próximo dia 28, na Assembleia da República, no decorrer de um Encontro com espaço marcado para a Sala D. Maria, promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Para os responsáveis pela iniciativa, para a qual foram convidadas várias entidades, desde associações de estudantes de vários estabelecimentos do ensino superior até à Ordem dos Advogados, a oportunidade de um encontro desta natureza encontra plena justificação face aos múltiplos problemas com que actualmente se defrontam os advogados em processo de estágio. Na sua origem, recorde-se, os moldes que têm presidido à realização dessa fase de profis-

sionalização, num quadro onde avultam não apenas o elevado número de advogados nestas condições, como também as dificuldades que grande parte deles defronta para encontrar um patrono com condições para lhes conceder o apoio necessário.

Acresce, por outro lado, a falta de estruturas suficientemente aptas para o apoio ao estágio, a par da impreparação da generalidade dos licenciados em Direito para exercer desde logo a advocacia.

Um conjunto de questões que têm merecido, de resto, uma particular atenção da formação comunista, que inclusive a levou já em 1987 a apresentar um projecto de lei onde propunha a criação de um "novo regime de

apoio à formação de jovens advogados".

Afigura-se por conseguinte oportuna, transcorridos seis anos sobre a apresentação daquela iniciativa legislativa, como salientaram em conversa com o "Avante!" as advogadas Armada Fonseca e Ana Rezendes (do Gabinete Jurídico do Grupo Parlamentar do PCP) e António Filipe (deputado), a elaboração de uma nova iniciativa legislativa respeitante ao estágio de advocacia, "reequacionando as soluções contidas" no anterior projecto, algumas das quais se encontram manifestamente desactualizadas".

Em síntese, trata-se de "debatir novas soluções para o regime de estágio", envolvendo todas as partes directamente inte-

ressadas, sendo que parece existir já alguma coincidência de opiniões quanto à necessidade de criar uma nova estrutura - a Ordem dos Advogados propõe a criação de um Instituto -, que assegure o estágio, quer no plano material, quer no plano pedagógico.

Entre as várias questões que permanecem em aberto e que não deixarão certamente de estar no centro do debate, segundo os nossos interlocutores, merecem destaque os aspectos relacionados com a natureza do referido Instituto, os moldes em que deverá ser assegurada a assistência judiciária, a duração do estágio e calendarização dos seus objectivos, bem como os termos em que deverá operar-se o acesso à profissão. ■



motivou a formação comunista é bem diferente, presidindo tão-só nos seus objectivos, como referiu Octávio Teixeira na réplica às afirmações de Rui Rio, o "esclarecimento de tudo o que efectivamente se passou". Quanto ao questionar a credibilidade das privatizações, segundo o líder parlamentar comunista, essa não terá sido também uma motivação da sua bancada, porquanto, mais que não seja, garantiu, "há muitos anos que

transparência do processo de privatizações.

"Era público e notório que o Banesto tinha, de facto, cerca de 50 por cento do capital social do Banco Totta & Açores", declarou Octávio Teixeira, adiantando que "só o não sabia quem não queria". A este propósito, citou vários exemplos (como os "testes de ferro" utilizados pelo Banesto no processo de privatização), conduzindo todos eles à ideia de que há indícios fortíssimos

## Situação caótica nas cadeias portuguesas



Reclusos a dormir no chão ou em cima de mesas dos refeitórios, como sucede, respectivamente, nos estabelecimentos prisionais de Custóias e de Faro, falta de segurança, problemas de sobrelocação, número insuficiente de técnicos de reeducação, tais são, em síntese, alguns dos aspectos que marcam o quotidiano da população prisional nas cadeias portuguesas.

Há quem pense mesmo que a situação é caótica, lembrando a propósito as condições de acolhimento dos actuais estabelecimentos prisionais, cuja lotação total é de 7500 lugares, mas onde efectivamente se encontram nada mais nada menos do que 11 300 reclusos.

Dessa opinião é a deputada Odete Santos, que ainda na passada sexta-feira, abordando esta problemática, recordou que o "combate à criminalidade passa pelo sistema prisional e pela reinserção social dos reclusos através da pena".

O assunto foi suscitado justamente pela bancada comunista na

sessão de perguntas ao Governo que nesse dia teve lugar, acabando o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, Borges Soares, embora desculpabilizando-se com o que não foi feito nos últimos trinta anos neste domínio, por reconhecer implicitamente a pertinência das questões levantadas por Odete Santos e a correcção da sua avaliação quanto à situação actual.

Lembrados pela deputada do PCP foram também os casos de suicídio e homicídio dentro das cadeias, intimamente associados à falta de segurança, bem como o problema decorrente da falta de técnicos de reeducação (em Custóias, por exemplo, para um universo de 1280 reclusos há apenas seis profissionais desta área). A este último respeito, sublinhou, a pena que se aplica ao recluso acaba por não o re-socializar, acabando em muitos casos as cadeias por se transformar em verdadeiras "escolas" do crime, dado o contacto que se estabelece entre reclusos «iniciados» e aqueles que, passe o termo, estão «diplomados» em práticas ilícitas. ■

## Mais uma do PS Não é "palmar"... é Palmela!

No Concelho de Palmela, onde a CDU revalidou a sua maioria absoluta, o PS surgiu com uma "leitura" dos resultados que já não revela apenas analfabetismo generalizado: entrou no reino da anedota. Invocando uma ligeira subida da sua flagrante minoria contra uma também ligeira descida da maioria absoluta da CDU, o PS exigiu, nem mais nem menos, que a maioria dos pelouros e dos tempos inteiros da vereação... enquanto se aliava ao PSD para isolar a CDU no Concelho. Quando as contas lhe saíram furadas... queixou-se em conferência de Imprensa!

Foi um "exercício de Informação" que merece ser contado.

Fazendo uma "análise" dos resultados eleitorais no Concelho de Palmela, o PS começou por assinalar algo aparentemente definitivo: todas as forças políticas subiram em votos expressos (a CDU +1000 votos, o PS +2061 votos e o PSD +225 votos), mantendo a CDU a sua maioria absoluta. Perante isto, a situação parecia clara e pacífica. Mas não para o PS...

Vai daí, desatou a fazer novas "contas", assinalando que, em termos percentuais, a CDU registou uma ligeira descida na sua maioria absoluta (de 45,7% para 41,8%), o PS uma ligeira subida (de 25,2% para 30,8%) e o PSD uma também ligeira descida (de 20,3% para 17,6%). Perante isto, o PS considerou, nem mais nem menos, que do alto dos seus obviamente minoritários 30%, tinha direito à maioria dos pelouros; quanto aos tempos inteiros na vereação (que são três), ofereceu-se para, praticamente, todos! Ao mesmo tempo que apresentava estas "propostas", o PS procurava aliar-se ao PSD em todos os órgãos autárquicos de Palmela, com o descaramento que a seguir ele próprio expõe e com o exclusivo objectivo de isolar e afastar a CDU dos lugares para que tinha sido eleita com maioria absoluta...

### O tiro pela culatra

E disse o PS, acerca dos seus "entendimentos pós-eleitorais":

"Certo de corresponder à vontade da maioria dos eleitores do Concelho (que, por acaso, deu a maioria absoluta à CDU...), o PS procurou estabelecer acordos com o PSD para as Juntas de Freguesia. Esses acordos foram conseguidos nas Freguesias de Quinta do Anjo e Marateca".

Só que aconteceu algo que perturbou o PS, como o próprio confessa, tristíssimo:

"Quando tudo indicava - prosseguem os socialistas - que idêntico entendimento seria feito para a Freguesia de Palmela, de forma estranha, em condições e por razões ainda não entendidas, à última hora o PSD faz um acordo com a CDU, deixando o PS apenas com o presidente, sr. Jorge Mares".

Realmente, que estranho! Como é possível impor ao PS o que só ele costuma fazer?

Mas embora o PS "não dramatize a situação", que "decorre do quadro democrático que respeitamos", o lamento surge, lancinante: "No entanto, não podemos deixar de considerar o acordo PSD/CDU estranho e prejudicial para o futuro da Freguesia e do Concelho de Palmela", decreta o desgosto socialista em Palmela.

E explica porquê:

"Estranho porque não corresponde à vontade dos eleitores de ambas as forças políticas e feito à última hora" (pelos vistos o PS é o dono da "vontade" dos eleitores todos de Palmela, decidindo, a seu bel-prazer, onde ela está ou deixa de estar. Quanto aos "acordos de última hora", é coisa de que o PS não faz a mínima ideia que seja).

E conclui:

"Negativo para o futuro porque impossibilitará a Freguesia de Palmela e o Concelho de experimentar e ver os resultados de uma gestão autárquica sem a CDU, em nossa opinião melhor para o Concelho" (portanto para o PS, na decifração de um português algo torcido, o que interessa não é resolver os problemas das populações. Na sua "opini-

ão" o "melhor para o Concelho" é o afastamento da CDU - embora não aponte nenhum facto concreto a demonstrar a má gestão dos comunistas e seus aliados...)

### "Respeito"?!...

Está aqui, em retrato de corpo inteiro, o que vale e que seriedade tem a campanha do PS que pretende acusar a CDU de se "aliar" ao PSD. Este caso de Palmela é apenas mais um, entre tantos já denunciados, onde o PS acusa os outros das acções que ele próprio pratica. A singularidade deste exemplo está no facto de Palmela ser uma autarquia de maioria absoluta do PCP e aliados. Nem perante tão incontestável situação o PS se detém, na sua gula arrogante, em exigir o que não lhe é legítimo, sequer, pedir, e em, sobretudo, procurar subverter brutalmente os resultados eleitorais expressos nas urnas através de alianças indiscriminadas com o PSD, com o exclusivo objectivo de anular a CDU e a escolha dos eleitores que lhe deram a maioria.

Isto apesar da afirmação de que "não dramatizamos a situação, tanto mais que a mesma decorre do quadro democrático que respeitamos".

Um respeito que, pelos vistos, só funciona quando a vitória sorri ao PS.

A não ser que, neste caso e no desvario, o PS haja confundido o substantivo "Palmela" com o verbo "palmar".

É uma concessão admissível, se aceitarmos a teoria do Herman José de que a língua portuguesa é traiçoeira.

HC

## Os «casos» da Guarda

A Assembleia Municipal da Guarda aprovou recentemente a dispensa de Concursos Públicos até 100 000 contos para as obras públicas e 50 000 contos para a aquisição de bens e serviços, decisão que merece da CDU local graves reparos.

«Esta grave medida — assinala, em nota, a CDU local —, sem qualquer justificação para um Concelho onde poucas vezes estes valores são ultrapassados, foi aprovada com os votos do Partido Socialista (apenas com duas abstenções), enquanto a CDU e demais oposição votaram contra».

Sem resultado, «os deputados municipais apelaram ao bom senso do partido maioritário, para os perigos que a dispensa de concursos públicos pode acarretar com verbas exageradas de 100 000 contos para obras públicas, e não menos grave de 50 000 contos para a aquisição de bens e serviços». E acrescenta a CDU:

«Se, já antes, havia muitas críticas de falta de transparência e rigor na gestão municipal com as verbas de 30 000 contos, agora a fiscalização da actividade da Câmara e do seu Presidente passa a ser uma pura miragem».

Que justificação para esta medida? A CDU responde:

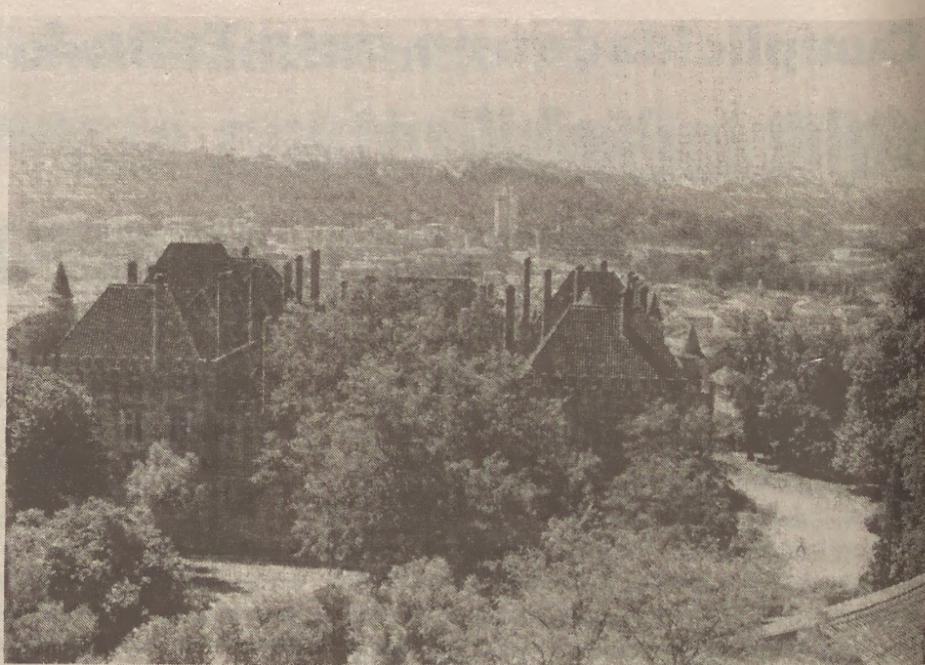
«Os cidadãos do concelho da Guarda têm o direito de interrogarem: Como é que o PS vai justificar o injustificável? Isto é, sabendo o PS que

esta medida é antipopular, é anti-rigor, que foi muito questionada pelo eleitorado, por que dá este grave passo?

«Em nosso entender, porque o PS e o Presidente da Câmara Municipal da Guarda fizeram uma leitura abusiva dos resultados eleitorais e é assim que na tomada de posse da Câmara, o seu presidente afirma: «Eu sou o Presidente de todos os Guardenses», em salaia comparação com o Presidente da República, ou ainda outra afirmação: «quem ganha deve governar», partindo daí para a distribuição de Pelouros apenas aos do seu partido, imitando a falta de diálogo de Cavaco Silva».

Finalmente, a CDU considera incorrectos «estes e outros comportamentos do Partido Socialista neste início de mandato dos órgãos autárquicos», considerando que «o PS não pode transformar os 50,4% dos votos em 100% de votos. Foram eleitos cidadãos que concorreram em listas opositoras ao PS. Pessoas que o eleitorado mandou para actuar noutras perspectivas de gestão e comportamento».

A CDU apela a todos os eleitos autárquicos «para que façam um esforço no sentido do entendimento e do diálogo permanente, para que seja possível fazer o melhor trabalho ao serviço do Concelho da Guarda», acrescenta a nota. ■



Guimarães vista do castelo

## Que se passa em Guimarães?

Uma reunião dos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos do Concelho de Guimarães analisou e, «tendo em conta as responsabilidades assumidas com os bons resultados de 12 de Dezembro», concluiu «as formas de trabalho futuro para bem do progresso e desenvolvimento das freguesias onde a CDU tem responsabilidades e também daqueles onde, não sendo poder, dispõe de autarcas atentos e corajosos. «O pior é o comportamento ditatorial da maioria PS recém-adquirida...»

«As extensões locais das centrais nacionais de informação e propaganda, podiam reflectir em torno da nossa prática caseira, confrontando o dito e o feito neste capítulo em Guimarães, ao longo dos mandatos. Se o fizessem, haveriam de ver como a CDU, onde é maioria absoluta e onde é maioria relativa, convidou todas as forças para dividir tarefas nos executivos», começa por afirmar a CDU de Guima-

rães, numa dura crítica à baixa política que orienta outras forças partidárias na repartição das competências autárquicas. E afirma:

«Muitos dos que mais falam na necessidade de aproximar os eleitos dos eleitores, muitos dos que mais alarde fazem do seu amor à democracia, muitos dos que se autoproclamam paladinos na luta pela transparência, pelo rigor, pelo primado da lei comportaram-se e indiciam comportar-se como reis absolutos, ditadores insensíveis às vozes dissonantes, lendo, interpretando e aplicando as leis numa óptica oportunista, aplicando-as ou não segundo as conveniências. Veja-se o que no passado recente fizeram com a Câmara e a Assembleia Municipal. Atende-se nas deliberações que já tomaram e em que se apoiam e justificam a redução da capacidade de intervenção dos eleitos que estão fora da órbita da maioria». E a CDU de Guimarães pormenoriza:

«As decisões de retirar os poderes próprios da Câmara entregando-os ao presidente, a colocação a nível elevado da fasquia, acima da qual as obras e os serviços exigem concurso público, a par da atribuição de todos os pelouros a vereadores situacionistas, são passos dados no sentido do esvaziamento das virtualidades da gestão plural, transparente, participada e aberta próprias de um órgão colegial».

### A liturgia das reuniões

E acusa a CDU:

«Sendo indiscutível que a legislação publicada pelo governo do PSD acentua a componente presidencial em detrimento da colectiva, reforçando os poderes do presidente à custa da Câmara, as opções da maioria vão ainda mais longe e, pela força do voto maioritário, delegaram no presidente poderes na área dos lotea-

mentos que a transparência dos actos administrativos aconselhava a não delegar».

«Como consequência de tais deliberações, as reuniões apenas abordam assuntos menores de gestão corrente, ficando vedado aos vereadores ditos da oposição a possibilidade de conhecerem e acompanharem operações de loteamentos e políticas urbanísticas com impacto na qualidade de vida dos vimaranenses, na forma e personalidade da cidade, no equilíbrio ambiental e ecológico».

Por isso, as reuniões camarárias «passaram a ser uma liturgia insignificante, uma peça de ópera bufa onde se faz de conta que se vai decidir o que está decidido de antemão, onde por vezes se fingem consultas a empreiteiros e fornecedores quando entretanto houve contactos secretos que envolveram compromissos», acusa ainda a CDU de Guimarães, vincando:

«A esta situação aberrante, junta-se a anomalia de um órgão que devia fiscalizar mas não fiscaliza, preferindo ser o eco do grande timoneiro. Na Assembleia Municipal, sede privilegiada do debate autárquico, nada se discute e tudo se permite a quem é míster controlar». E conclui o comunicado da CDU:

«A maioria situacionista não se mostra permeável às achegas e contributos alheios e nem se dá ao trabalho de convencer, com argumentos sólidos e pertinentes, aqueles que não partilham das suas ideias e opiniões. Em vez do debate sério e profundo, prefere o voto e avia os temas numa penada. Daqui resulta uma situação caricata: os assuntos são mal debatidos nas reuniões camarárias, porque a maioria impede o aprofundamento da discussão alegando que a sede própria é a Assembleia. Na Assembleia, a maioria foge com o rabo à seringa apressando a votação e restringindo os tempos de uma intervenção que salpica de interrupções a torto e a direito perante a complacência e o servilismo do presidente da mesa». ■

## Montijo Diálogo em vez de despejo

«Centenas de pessoas correm o risco de ser despejadas das suas habitações no Bairro da Bela Vista, Montijo, no caso de a Caixa Geral de Depósitos persistir na exigência de rendas incomportáveis e elevadas», alerta a Câmara Municipal do Montijo em nota assinada pela própria presidente do município, Jacinta Ricardo, que explica a situação.

O Bairro da Bela Vista foi construído há cerca de dez anos com base num Contrato de Desenvolvimento da Habitação negociado entre a Amadeu Gaudêncio e o então Fundo de Fomento de Habitação.

O custo dos fogos era estabelecido por lei. Por essa razão, o Município apoiou a construção do Bairro com terrenos e com a isenção de algumas taxas.

No entanto, «os custos a que os mesmos foram vencidos pela empresa eram muito acima dos legais, tornando-se incomportáveis, para os agregados familiares, os valores do pagamento do empréstimo que entretanto contraíram à CGD», assinala a nota, que acrescenta:

«A situação é gravíssima, visto que a CGD está a penhorar as casas e há ameaça de despejo dos moradores, uma vez que não têm cumprido com os pagamentos.»

A presidência da Câmara preconiza como via única, compatível com os interesses gerais, o diálogo entre o Governo, a CGD e os moradores.

Entretanto, o Executivo Municipal de Montijo reunido em Sessão de Câmara no passado dia 8 de Fevereiro, aprovou por unanimidade uma tomada de posição relativa à Urbanização da Bela Vista, numa Moção onde, nomeadamente, se considera que «actualmente residem na urbanização 234 famílias englobando cerca de 1000 pessoas que se encontram na contingência de serem despejadas, tendo algumas delas já sido notificadas dos autos de penhora levados a cabo pela Repartição de Finanças» e que «no passado como agora, a CM Montijo tem alertado a CGD e o IGAPHE para a necessidade de reavaliar a situação», o executivo da Câmara Municipal do Montijo, por proposta da sua presidente, delibera unanimemente

«manifestar ao sr. Presidente da República, ao sr. Primeiro-Ministro, ao sr. secretário de Estado da Habitação e Obras Públicas e à Administração da Caixa Geral de Depósitos, a nossa mais viva preocupação pela situação das famílias residentes na urbanização da Bela Vista e que possa ser encontrada uma solução que respeite o direito à habitação.»

### E os pelouros?!...

Infelizmente, esta unanimidade conseguida no Montijo perante uma flagrante injustiça, tropeça ainda na instalação dos novos órgãos autárquicos. Eis o balanço mais recente, feito em nota à imprensa pela presidente do Município, Jacinta Ricardo.

«Na Câmara Municipal do Montijo, é intenção da presidente, e da sua força política, que tanto os pelouros como os regimes de permanência sejam desempenhados por eleitos das várias forças políticas. Neste momento, porém, apenas os eleitos da CDU exercem funções em tempo inteiro e têm a responsabilidade de tarefas específicas delegadas pela presidente (os chamados "Pelouros").»

«Os vereadores do PSD não dispõem de pelouros porque se declararam indisponíveis para o efeito.

«Entretanto, foram colocados pelouros à disposição dos vereadores do PS, que não aceitaram alegando que discutiriam o assunto após a aprovação de reestruturação de serviços — proposta já presente em reunião de Câmara em 1993, e rejeitada pelos vereadores do PS e PSD.

«No que concerne à distribuição de tempos inteiros, a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram um terceiro lugar que foi colocado à disposição dos eleitos do PSD e PS, com dois meios tempos.» ■

## Em Conferência de Imprensa Concelhia do PCP de Loures analisa Município de ponta a ponta

A Comissão Concelhia de Loures do PCP realizou, no passado dia 10 de Fevereiro, no Restaurante «A Horta», em Loures, um encontro com órgãos da Comunicação Social onde foram abordados temas de interesse concelhio, nomeadamente a situação político-social no Concelho de Loures, prioridades de trabalho nos órgãos autárquicos e anunciada a realização da VI Assembleia de organização do PCP no Concelho de Loures e seus objectivos.

O Concelho de Loures «tem conhecido nos últimos anos um assinalável crescimento económico, tendo o Município de Loures procurado que tal crescimento se realize de forma harmoniosa e gerador de bem-estar social».

Entretanto, a Comissão Concelhia de Loures do PCP assinala «com grande preocupação, a crescente degradação da situação social no Concelho, consequência da grave crise económica que o País atravessa e que o Governo de Cavaco Silva, primeiro responsável por tal situação, agora diariamente com a sua política de destruição, venda ou abandono de sectores fundamentais da actividade produtiva nacional». E prossegue a Concelhia de Loures do PCP:

«Na verdade, aplicando e até mesmo precipitando orientações definidas nas instâncias comunitárias, o Governo, sem acautelar especificidades e interesses nacionais, impõe à economia portuguesa dificuldades suplementares num quadro de profunda desvantagem para a indústria e agricultura na competição com os outros parceiros europeus.

«Em coerência com tais opções — acrescenta —, o Governo procura impor aos trabalhadores portugueses salários abaixo da taxa de inflação, diminuição das prestações sociais e estimula a crescente precarização do emprego, procurando fazer crer que a alternativa será o aumento do ritmo do desemprego, mistificando o facto de que, com esta prática, que pretende atenuar a quebra de rendimentos do grande capital e tornar o mercado mais atractivo ao capital estran-

geiro, se agravam as assimetrias sociais e destabiliza socialmente o País. E assinala a nota:



geiro, se agravam as assimetrias sociais e destabiliza socialmente o País. E assinala a nota:

«No Concelho de Loures, os reflexos desta política são particularmente visíveis ao nível de empresas como a Covina, onde estão em causa inúmeros postos de trabalho, após a anunciada intenção da administração em acabar com a produção do vidro plano, deixando o mercado nacional quase totalmente dependente da importação deste vidro. Pela defesa da empresa, dos postos de trabalho e dos salários, estão os trabalhadores a desenvolver acções de luta que desde já se saúdam.»

E a nota acrescenta mais alguns exemplos:

«Nos Móveis Olaio, Vifibras, Pressoland, os salários em atraso são uma triste realidade. Na Triumph foram liquidados mais 70 postos de trabalho em Janeiro e na Dyrup mais 35. Na MEC,

com utilização do «lay-off», 60 trabalhadores foram mandados para casa. Na Secinor, a administração recusa-se a negociar o caderno reivindicativo, tendo os trabalhadores realizado em Janeiro uma greve com adesão superior a 90%».

Após apelar «à unidade de todos os trabalhadores do Concelho de Loures em torno das

cam os concursos para a construção das novas Estações de Tratamento de Esgotos de Frietas e S. João da Talha, com um investimento total de mais de 7 milhões de contos, participado por Fundos Comunitários, peças fundamentais na despoluição do rio Trancão, as grandes vias estruturantes como a CREL e a CRIL com as vias



seus organizações representativas — Sindicatos e Comissões de Trabalhadores —, ao seu fortalecimento e à continuação da luta em defesa do emprego e dos salários, contra esta política de desastre nacional», a Concelhia de Loures do PCP «não pode deixar de manifestar estranheza pelas recentes afirmações de deputados socialistas, um dos quais vereador eleito na Câmara Municipal, responsabilizando o Município por problemas que institucional e legalmente são da competência do Governo, nomeadamente os casos da habitação social e acessibilidades», ao mesmo tempo que «registra com agrado o importante impulso dado ao trabalho no início do mandato dos órgãos autárquicos das 18 Freguesias onde a CDU é maioritária e nos órgãos municipais».

complementares a construir pelo Município e ainda a extensão do Metro à Pontinha e à zona de Sacavém, assim como o aprofundamento da prestação de serviços à população e aumento da eficácia dos Serviços Municipais, nomeadamente na recolha e destino final dos resíduos sólidos urbanos.»

A Comissão Concelhia do PCP apela também à participação da população nas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril, «fazendo destas comemorações um marco de reflexão e iniciativa na defesa da democracia em todas as suas vertentes, de luta por uma sociedade mais justa e mais solidária».

Decidiu, entretanto, a Comissão Concelhia convocar para 19 de Março de 1994, em Loures, a VI Assembleia Concelhia do PCP no Concelho de Loures, com os objectivos centrais de «preparar a organização concelhia para a batalha eleitoral para o Parlamento Europeu, traçar as prioridades do trabalho político dos eleitos nos órgãos autárquicos, proceder a alterações na estrutura partidária concelhia visando uma das mais eficientes ligações às populações e trabalhadores, assim como eleger os órgãos dirigentes do Partido no Concelho».

### Projectos num futuro concreto

A seguir, a Comissão Concelhia de Loures do PCP analisa a actividade autárquica da CDU no município nestas primeiras semanas de mandato. E diz:

«Aplicando o programa eleitoral com que se apresentou às eleições, embora num quadro de contínuo estrangulamento financeiro e jurídico, a CDU, nos órgãos municipais, avança com projectos e obras de curto e médio prazo determinantes para o futuro, em diálogo institucional com a Administração Central, preparando o concelho de Loures para os desafios da actualidade, de que se desta-

Finalmente, o PCP afirma-se também no Concelho de Loures «como o Partido do Futuro, indispensável e insubstituível à construção de uma sociedade de mais democracia e justiça social, um Partido com fortes raízes no povo, principal garantia do seu vigor e fonte da sua luta.» ■

## Câmara de Lisboa leva teatro às escolas

O programa «Teatro nas Escolas», promovido pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa e dirigido aos alunos do ensino básico, vai abranger este ano mais de três mil crianças.

A reunião de lançamento do programa decorreu no passado dia 9 de Fevereiro no Pavilhão Carlos Lopes, com a presença de representantes das escolas, dos grupos de teatro envolvidos e de técnicos do Pelouro da Educação.

Com esta acção socioeducativa, pretende-se dar continuidade à realização de espectáculos e «ateliers», em colaboração com 13 grupos de teatro, «criando condições para que as turmas e os pro-

fessores conheçam melhor os segredos, as técnicas e a criatividade diversificada do teatro».

A primeira fase do programa terá início no dia 21 de Fevereiro e a segunda começará a 11 de Abril. Ambas terão a duração de quatro semanas, durante as quais 25 escolas e mais de três mil crianças farão a sua estreia nos domínios do teatro.

A Companhia de Teatro de Almada e os grupos Veredas, Touché, O Bando, Guida Rainha e Marionetas de Lisboa são alguns dos participantes nesta iniciativa do Pelouro da Educação da CML.

Colaboram, igualmente, os grupos Joana, Fontomania, Bibi Perestrelo, Zeca Elisabeth's, Zé Quitólis, Perlímpimpim e Mestre Filipe. ■

## Madeira Situação social cada vez pior

«A DORAM considera muito preocupante o agravamento da situação social na Região», afirma num documento recentemente divulgado a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, que reuniu no final do passado mês. Para além da análise da situação social e política, a DORAM definiu as principais tarefas do Partido para o ano corrente.

Quanto ao agravamento da situação social, a DORAM referiu os seguintes aspectos:

Os aumentos verificados na electricidade (a mais cara do país), transportes, rendas de casa, pão, água e agora o gás, são largamente superiores aos aumentos de salários que o Governo e o patronato querem impor aos trabalhadores, diminuindo assim, substancialmente, o poder de compra de largas camadas da população.

É para todos bem patente que é cada vez maior o número de trabalhadores que perdem o seu posto de trabalho, aumentando de uma forma preocupante os desempregados e sobretudo a precariedade do emprego. Além disso é extremamente preocupante que ainda não tenha sido definido o salário mínimo para 1994 que abrange significativo número de trabalhadores da Região.

Nesta situação, é bem patente a cumplicidade do Governo Regional com a política de Cavaco Silva. A DORAM do PCP saúda os trabalhadores da Administração Pública pela significativa adesão à greve do dia 25, que na Região levou ao encerramento de escolas, Câmaras e serviços hospitalares e apela aos trabalhadores e suas Organizações Sindicais, para que participem activamente nas próximas jornadas de luta do movimento Sindical unitário.

A nova (velha) lei das propinas do PSD, relativamente aos estudantes da Universidade da Madeira é ainda mais injusta do que a anterior, pois o facto da UMA se encontrar em regime de instalação e não ter bolsiros, implica que todos os seus estudantes serão abrangidos pelo pagamento de propinas. Não sendo admissível a proposta do Secretário Regional da Educação para que os estudantes paguem essa propina e depois fiquem à espera que o Governo lhes atribua uma bolsa (?) do mesmo valor, a ser paga sabe-se lá quando, os estudantes da Universidade da Madeira dever-se-ão recusar a pagar estas propinas que o PSD de Cavaco Silva e Alberto João lhes pretende impor.

A DORAM do PCP considera extremamente preocupante a situação dos agricultores da Região e a inexistência de perspectivas para o seu futuro. De facto, a realidade

tem-se encarregado de desmarcar a propaganda do PSD, relativamente à situação da agricultura Regional. É cada vez mais patente que a produção da banana da Madeira não está minimamente defendida, assim, como é cada vez mais claro que a produção do vinho se encontra num beco de difícil saída e que não surjam ainda alternativas viáveis para as culturas tradicionais.

O documento refere-se ainda à situação na Assembleia Regional, cujo prestígio público considera estar a ser hipotecado:

A DORAM do PCP, lamenta que o prestígio público da Assembleia Regional esteja a ser hipotecado às ilegalidades cometidas a nível de viagens dos deputados e que esta questão se arraste há tanto tempo. Preferível teria sido sem dúvida, que os deputados tivessem votado favoravelmente a proposta de Mário Tavares deputado da CDU, que apontava para que fosse levantada a imunidade parlamentar aos deputados para assim assumirem as suas responsabilidades perante os tribunais e perante o povo que os elegeu. A reacção então verificada por parte dos deputados do PS e da UDP a esta proposta, apenas pode ser interpretada como comprometimento com práticas ilegais que o PCP desde há muitos anos vinha denunciando.

### Poder local

Ultrapassada a propaganda eleitoralista, estando a instalação dos Órgãos Autárquicos concluída, começa a surgir com mais clareza a verdadeira situação económica das Autarquias na Região. São os próprios autarcas do PSD que, vêm publicamente reconhecer que as suas Câmaras estão falidas e não têm meios para pagar, sequer, as despesas correntes. É surpreendente que os novos responsáveis do PSD na Câmara do Funchal, reconheçam com toda a desfaçatez que encontraram uns simples papéis perdidos mas que representavam só! Imagine-se... mais dois milhões de contos no buraco financeiro da Câmara. A verdade é que a dívida da Câmara do Funchal é superior a sete milhões de contos, sem que existam meios para pagá-los. Os empreiteiros e fornecedores

da Câmara e os expropriados que há alguns anos esperam pelo pagamento de indemnizações, não vão aguentar muito mais tempo sem receber. Perante esta situação os novos eleitos do PSD na Câmara até à data, têm apenas exibido os seus dotes propagandísticos tendo-se mantido calados acerca da situação de falência a que o PSD levou a Câmara do Funchal. Por isso mesmo é anedótico (ou não?) que apareça o PS pela boca de um dos seus vereadores a elogiar o PSD, na Câmara do Funchal.

A DORAM do PCP solidariza-se com a luta que os eleitos da CDU no Concelho de Câmara de Lobos estão a travar no sentido de trazerem a discussão do PDM do Concelho, para a opinião pública e alerta a população em geral e os municípios em particular para as manobras especulativas de terrenos e outras jogadas, que debaixo do secretismo dos PDM's, se podem estar a realizar.

### As comemorações de Abril e as iniciativas do PCP

A DORAM do PCP condena publicamente a recusa dos deputados do PSD em comemorar o 25 de Abril na Assembleia Regional, e chama a atenção dos madeirenses em geral e dos reformados e pensionistas em particular para o discurso neofascista do deputado do PSN (Mário Albuquerque) ao considerar o 25 de Abril como uma tragédia. Fica mais claro que significado atribui este deputado às palavras modernidade e solidariedade com que diariamente enche o seu discurso político.

A DORAM do PCP, apela a todos os democratas e antifascistas da Região que comuniquem dos ideais de liberdade justiça e progresso social que levaram o 25 de Abril, para que conjuguem esforços a fim de que o 20.º aniversário do dia da liberdade seja comemorado na Região com a dignidade que merece. O PCP/Madeira fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o PSD não transforme esta data tão querida aos Madeirenses em mais uma manobra reaccionária de apoio à sua política.



A DORAM do PCP analisou ainda nesta reunião aspectos ligados à Direcção e Organização da sua actividade política e tomou para já as seguintes decisões:

1.º Realizar na primeira quinzena de Fevereiro um Plenário Geral de Militantes a fim de analisar o trabalho preparatório das Eleições para o Parlamento Europeu.

2.º Convidar os Deputados do PCP no Parlamento Europeu a deslocarem-se à Região

no final de Fevereiro a fim de prestarem contas da sua actividade neste final de mandato.

3.º Comemorar o Aniversário do Partido, marcando desde já a realização de um jantar comemorativo para o dia 5 de Março próximo.

4.º Organizar debates dirigidos aos seus militantes com o objectivo de elevar a sua formação política e ideológica.

5.º Convidar o Deputado do PCP na Assembleia da Repú-

blica e conhecido especialista em política internacional, Miguel Urbano Rodrigues, a deslocar-se à Região a fim de realizar uma (ou mais) Conferência sobre a Situação Internacional.

6.º A DORAM do PCP decidiu ainda realizar um amplo debate no seio do Partido sobre o papel dos movimentos de massas na transformação social, o papel dos Comunistas nesses movimentos. ■

## DORL do PCP apoia trabalhadores da Construção civil

Em nota divulgada há dias, o Executivo da DORL do PCP expressa o seu apoio às justas reivindicações dos trabalhadores da construção civil e obras públicas:

O sector da Construção Civil tem papel de relevo e contribui de modo decisivo para a actividade e o desenvolvimento económico da região de Lisboa e do País. É, apesar desta realidade, um sector onde a grande maioria dos trabalhadores tem condições laborais penosas e até desumandas.

Neste sentido, o PCP considera que se impõe, e é inteiramente justa e necessária, uma revalorização e maior dignificação das condições de vida dos trabalhadores da construção civil e obras públicas, nomeadamente, aumento significativo dos salários reais e melhoria das condições de trabalho e de formação profissional.

Não reconhecendo esta necessidade imperiosa,

visando o lucro máximo e a concentração da riqueza, as Associações Patronais da Construção Civil e os Sindicatos da UGT, estimulados pela política antioperária do Governo PSD/Cavaco Silva, celebram entre si um acordo miserável, contra os interesses e as aspirações mais legítimas dos trabalhadores do sector, recusando-se de seguida a prosseguir as negociações do CCTV apresentado pelos sindicatos da CGTP-IN.

### UGT tem duas caras

Torres Couto e a UGT afirmam-se na televisão contra o roubo que o Governo anda a fazer nos salários dos trabalhadores. Enquanto dizem tal na TV, os sindicatos da UGT na Construção Civil assinam com as Associações Patronais um aumento salarial de 3% para 1994 e a flexibilização do horário semanal de trabalho para 50 horas. Sem qualquer

representatividade neste sector, os sindicatos da UGT, com este acto, põem a nu, uma vez mais, a sua verdadeira natureza e objectivos: instrumentos da ofensiva do patronato e do Governo contra a classe operária e os trabalhadores.

As propostas dos Sindicatos da CGTP-IN avançadas através do CCTV do Sector, designadamente o aumento salarial na tabela de 12,5% e a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, são medidas mínimas para repor o poder de compra dos salários e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da construção civil e obras públicas.

O PCP manifesta o seu total apoio ao prosseguimento da luta pela negociação do CCTV, está confiante de que os trabalhadores, seguros da força que representam, saberão rechazar o miserável acordo feito contra os seus interesses fundamentais. ■

## Nota do Secretariado do PCP

## A ameaça de intervenção da NATO na Bósnia

O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou no passado dia 10 uma nota sobre a ameaça de intervenção da NATO na Bósnia:

1. A pretexto da mortífera explosão, de dramáticas consequências, de um obus no mercado de Serajevo, no passado dia 5, nova escalada de propaganda anti-sérvios foi desencadeada para justificar uma intervenção externa militar. Todavia, mesmo os observadores da ONU no local consideram que não podem dizer de qual das partes partiu o obus, enquanto a parte sérvia reclama insistentemente um inquérito internacional.

É de recordar que já em Maio de 1992 outro obus, que matou 16 civis que se encontravam à porta de uma padaria, foi atribuído aos sérvios, quando posteriormente se veio a comprovar tratar-se de uma acção muçulmana. Seja qual for o responsável neste recente caso, a horrível realidade é que, não só em Serajevo mas por toda a Bósnia, se vêm cometendo crimes sobre civis por parte de todas as forças envolvidas, como é reconhecido aliás hoje por observadores imparciais e

pelos próprios comandantes da FORPRONU no terreno.

Importa pois não «satinizar» nenhuma das partes envolvidas, mas tratar em pé de igualdade sérvios, croatas e muçulmanos da Bósnia, ajudando a criar o clima para que ponham fim à guerra civil e cheguem a um acordo equitativo por via da negociação pacífica.

2. No curso das negociações apadrinhadas pela CE e a ONU, já em Fevereiro de 1992, em Janeiro de 1993, em Agosto de 1993, como agora, se esteve à beira de alcançar um acordo. A verdade é que tais acordos saíram afinal gorados porque a parte muçulmana pôs em causa o resultado laboriosamente construído, elevando sempre as suas reivindicações. Tal atitude não se pode desligar da ajuda e incentivo que do exterior têm recebido, nomeadamente por parte dos EUA, que assumem graves responsabilidades pelo prosseguimento da tragédia bósnia, tal como a Alemanha teve no despoletar do processo de desmantelamento da ex-Jugoslávia.

É imprescindível que se ponha fim a intervenções externas unilaterais, parciais e injustas, que só prolongam a tragédia das populações da Bósnia.

3. Desde sempre o PCP tem elevado a sua voz contra uma intervenção militar externa envolvendo a CE, a ONU ou a NATO. Seria acrescentar mais guerra à guerra, causar mais vítimas civis, criar condições para fazer alastrar o conflito à região balcânica, com consequências imprevisíveis. Por isso é motivo de justificado alarme que a NATO tenha ontem resolvido fazer um ultimato aos sérvios bósnios de Serajevo para retirarem unilateralmente a sua artilharia sob pena de um ataque aéreo da NATO, ao mesmo tempo que deixam intocadas as forças militares e artilharia muçulmanas.

Uma tal acção armada não resolverá o problema real, porá em perigo as próprias forças da FORPRONU, ameaçará ampliar o conflito.

Além disso, seria um gravíssimo precedente de intervenção militar que a carta da ONU e as resoluções do Conselho de Segurança nunca autorizaram até aqui e constituiria a primeira intervenção bélica directa da NATO desde a sua criação.

4. O PCP apela aos portugueses amantes da paz para que se oponham decididamente a uma intervenção militar estrangeira na Bósnia, e reclama do Governo Português que

se empenhe no prosseguimento dos esforços de negociação e ajuda humanitária, actuando por igual junto de todas as partes para a cessação dos combates em toda a Bósnia, o prosse-

guimento de negociações com vistas à adopção de um acordo equitativo, a solidariedade à população de todas as comunidades para, em paz, poderem recuperar das suas imensas

perdas humanas, materiais e morais.

10.2.94

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Constituição da UE  
Um processo degradante

Acerca dos Relatórios Herman sobre a Constituição da União Europeia (ver página 13 deste número), o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no fim-de-semana passado a seguinte posição dos deputados comunistas portugueses no Parlamento Europeu:

1. O PE acaba de adoptar o segundo relatório do deputado Herman sobre a Constituição da União Europeia, culminando assim um processo degradante, irresponsável e incoerente de que são principais responsáveis os dois maiores grupos políticos (PSE e PPE), e que não pode deixar de suscitar as maiores interrogações e apreensões na opinião pública.

2. Os deputados do PCP tiveram uma intervenção permanente nesta questão, quer em plenário, quer na Conferência de Presidentes, e pautaram essa sua intervenção, antes de mais, por uma posição de fundo: uma clara oposição à dotação da União Europeia de uma Constituição.

Essa posição decorre de duas considerações essenciais:

a) uma Constituição representaria a consagração da natureza federal da União Europeia;

b) esta proposta constituiria, simultaneamente, uma tentativa de tornar irreversíveis orientações neoliberais já inscritas no Tratado de Maastricht.

3. A votação deste segundo relatório e a não votação pelo plenário do projecto de Constituição — que agora é remetido para anexo do relatório aprovado expeditamente — representa um recuo importante relativamente às intenções iniciais quer dos grandes grupos, quer da maioria dos deputados com assento na Comissão dos Assuntos Institucionais.

4. Esse recuo — a que não é indiferente o papel interventivo e coerente de quantos, desde sempre, assumiram uma atitude contrária às teses federalistas — resulta, agora particularmente do receio de parte significativa dos deputados do PE de reafirmarem posições anteriormente assumidas quanto a esta matéria, face à proximidade das eleições e ao crescente afastamento dos cidadãos relativamente a essas teses.

A remissão deste assunto para a próxima legislatura, se por um lado dá nota da importância dos movimentos de opinião pública contra as ori-

entações federais e neoliberais, revela, entretanto e por outro lado, o espírito manobrista e falta de transparência e democraticidade de que enfermam os posicionamentos de quantos estiveram na base da presente decisão.

5. Os deputados do PCP não podem, a este propósito, deixar de denunciar a forma degradante como um assunto de tal importância e gravidade foi tratado no PE. Como não podem deixar de sublinhar, neste contexto, que o PE remete para discussão pública e solicita a opinião dos parlamentos nacionais sobre um projecto que, finalmente, ele próprio não assumiu.

6. Em coerência com o que antes se refere, os deputados do PCP votaram favoravelmente os dois pedidos de reenvio à Comissão do primeiro relatório e votaram contra o segundo relatório, congeminado literalmente da noite para o dia.

Quanto à votação deste segundo relatório é de sublinhar quer o número significativo de votos contra e de abstenções que mereceu, quer também a forma precipitada e atribulada como ocorreu, evidenciando uma pressa desmedida da parte dos grandes grupos em «arrumarem» um assunto crescentemente incómodo.

Setenave-Solisnor  
Vitória da unidade

Reunidos para fazer o ponto da situação político-autárquico no concelho e discutir medidas de organização e plano de iniciativas para os próximos tempos, eleitos comunistas e outros quadros do PCP do concelho de Setúbal decidiram:

1. Saudar a expressiva vitória da lista unitária (lista A) concorrente às eleições da Comissão de Trabalhadores da Setenave/Solisnor;

2. Saudar a jornada de luta dos trabalhadores da generalidade da Função Pública e da Administração Local, cuja

greve, uma vez mais, registou uma massiva adesão.

Ao obter 87,8% dos votos expressos (10 mandatos) contra 10,5% (1 mandato) da lista apoiada pela UGT/PS/PSD e Mellos (lista B), a lista A, reflectindo uma ampla unidade dos trabalhadores do estaleiro e garantindo a continuidade da luta em defesa dos postos de trabalho e da viabilização da empresa, viu aumentada a sua influência em mais um mandato em relação às eleições anteriores!

A célula do PCP da Setenave/Solisnor empenhou-se resposavelmente na prossecução daquele objectivo crucial para

dificultar o ambicioso plano do Governo e dos Mellos de recuperar posições perdidas com o 25 de Abril.

A vitória da lista A ganha particular significado perante a derradeira tentativa da Administração de enviar os trabalhadores para casa, a pretexto de não haver laboração suficiente no estaleiro que justificasse a sua presença.

As jornadas de luta de 10 e 11 de Fevereiro confirmam a possibilidade de uma grande convergência que garanta as condições políticas para uma política alternativa ao Governo do PSD/Cavaco Silva.

## O Militante



ABERTURA  
UM ANO DE LUTAS DECISIVAS

O MILITANTE  
Um novo ano  
Uma maior difusão da imprensa do Partido

## Governo quer esvaziar competências

# CNA solidária com Casa do Douro

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) manifestou-se solidária com as posições dos vitivinicultores do Douro, que se insurgiram contra uma proposta do Governo sobre a alteração da orgânica institucional do sector do Vinho do Porto. O perigo é deixar os vitivinicultores à mercê das multinacionais.

“A CNA exprime a sua solidariedade activa à Casa do Douro, Federação das Adeegas Cooperativas do Douro e vitivinicultores durienses perante o processo conduzido pelo ministério da Agricultura e Governo”, lê-se num comunicado.

No entendimento da organização, o Governo tem em vista o “esvaziamento das actuais e históricas competências da Casa do Douro para, a curto prazo, deixar os vitivinicultores à mercê dos interesses das multinacionais do sector”.

A Confederação critica ainda o governo ao afirmar que, “no plano mais geral dos recentes acordos do GATT, permitiu que certos países,

como a Austrália, continuem a fabricar e a comercializar vinhos utilizando a denominação “Porto” (Port Wine)”.

“Nesta situação preocupante e difícil, a CNA manifesta também a sua disponibilidade para encarar acções de reclamação e protesto em conjunto com os vitivinicultores durienses e as suas organizações representativas”, acrescenta o comunicado.

O Conselho Regional de Vitivinicultores da Região Demarcada do Douro, em reunião no fim-de-semana, rejeitou por unanimidade uma proposta de Lei que visa alterar a orgânica institucional do sector do Vinho do Porto.

### Ministro escamoteia razões de quebra de rendimentos

Entretanto, “finalmente”, o ministro da Agricultura admitiu que os rendimentos dos agricultores quebraram nos dois últimos anos. A “confissão” foi feita por Arlindo Cunha em entrevista à RDP 1, que justificou o facto com razões como a redução dos preços agrícolas, ao encontro da política de harmonização da Comunidade Europeia, prevista no Tratado de Adesão, o elevado serviço das dívidas contraídas para investimento e, ainda, as más condições climáticas dos dois últimos anos.

Razões que contrariam e escamoteiam as razões dos agricultores, que desde há muito



A CNA pretende manifestar activamente a sua solidariedade com os vitivinicultores do Douro

tempo reclamam contra, entre outros, as elevadas taxas de juro do crédito agrícola, os elevados custos dos factores de produção e a invasão de produtos estran-

geiros em prejuízo de produções tradicionais da nossa agricultura. Desvantagens específicas dos agricultores portugueses, que os colocam em desvanta-

gem perante quase todos os seus colegas da União Europeia, dada a política agrícola seguida nos últimos anos pelo Governo português. ■

## Madeira

### Financiamento da Universidade ainda por definir

A organização na Madeira da Juventude Comunista Portuguesa (JCP/M) insurge-se em comunicado contra a indefinição, arrastada no tempo, sobre a atribuição de responsabilidade do financiamento da Universidade no arquipélago. “Não se compreende como é possível que após tantos anos em regime de instalação, ainda não tenha sido definido o quadro de financiamento da Universidade da Madeira (UMA)”, diz a JCP/M, que responsabiliza os Governos Regional e da República, ambos do PSD, pela actual situação financeira da UMA, “que tem condicionado de forma negativa o seu funcionamento e o desenvolvimento futuro”, diz a nota.

A este propósito, os jovens comunistas lembram as propostas por si avançadas há já alguns anos, nomeadamente no tocante à instalação definitiva da UMA em termos físicos, que a JCP/M considera que “é da responsabilidade do Governo Regional, pois anualmente têm sido orçamentadas verbas para a construção do *campus universitario do Monte*”.

Por outro lado, quanto ao financiamento da actividade universitária e académica, a JCP/Madeira defende que a responsabilidade deve caber ao

Governo da República, através do Ministério da Educação, “como acontece com as restantes universidades que ministram o Ensino Superior Público no nosso país”.

“A JCP/Madeira ao defender esta proposta fá-la porque entende que o quadro de financiamento do Ensino Superior Público em Portugal deve ser uno, pois todas as universidades devem usufruir do mesmo critério e, porque liberta o Orçamento Regional desta acentuada verba, verba essa que pode e deve ser aplicada nos outros graus de Ensino”, lê-se no comunicado. ■

## Carta no dia dos namorados

A Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro enviou, segunda-feira, à ministra da Educação uma “carta aberta” sobre o “Dia dos Namorados” acompanhada por “um ramo de espinhos”.

A “carta aberta”, que Manuela Ferreira Leite refere que o Ensino Superior “atravessa uma fase difícil”, explicando que os “espinhos” enviados em simul-

## Reportagem de TV britânica confirma Segundo massacre em Timor?

Uma reportagem de uma televisão britânica, a transmitir no próximo dia 22 (terça-feira), afirma que parte das pessoas que se salvaram do massacre de 12 de Novembro de 1991 em Dili, Timor Leste, terão sido abatidas de seguida pelo exército indonésio. O jornal australiano “The Sydney Morning Herald” publicou domingo referências a essa reportagem, filmada clandestinamente em fins de 1993 em Timor Leste e que deverá ser transmitida em 22 deste mês pela cadeia de televisão privada britânica, ITV.

A notícia aconteceu numa altura em que a Indonésia lançava uma ofensiva diplomática, para evitar a humilhação de ser novamente condenada pela Comissão dos Direitos do Homem da ONU pela sua actuação em Timor Leste.

O Ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros convidou os jornalistas estrangeiros residentes em Jacarta para uma

viagem a Timor Leste de 14 a 18 de Fevereiro, sem contudo garantir o livre acesso ao território.

O debate da Comissão dos Direitos do Homem sobre Timor deverá iniciar-se a 23 de Fevereiro e estar concluído entre 6 e 7 de Março, segundo fontes diplomáticas. Portugal conseguiu, a 11 de Março de 1993, a aprovação de uma resolução pedindo contas à Indonésia sobre, nomeadamente, as dezenas de pessoas dadas como desaparecidas depois do massacre por soldados indonésios a 12 de Novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz em Dili, capital do território.

Sobre o conteúdo da reportagem britânica, o comentário oficial indonésio é lacónico: “É simplesmente invenção da FRETILIN (Frente Revolucionária para a Independência de Timor Leste) e daqueles que a apoiam, para que a questão de Timor oriental se mantenha na ordem do dia”, afirmou a pro-

pósito o porta-voz do Ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros, Irawan Abidin.

A ex-colónia portuguesa de Timor foi anexada em 1976 pela Indonésia e a 12 de Novembro de 1991 soldados indonésios abriram fogo sobre uma manifestação independentista em Dili, capital do território, matando dezenas de pessoas e levando ao desaparecimento de 60 outras, segundo um balanço oficial. Outras fontes e diversas organizações de

defesa dos direitos humanos apontam para, pelo menos, 115 mortes.

Pouco depois desse massacre, que provocou numerosos protestos internacionais, organizações de defesa dos direitos do homem denunciaram um alegado segundo massacre, visando os sobreviventes do primeiro. As alegações foram na altura desmentidas pelo governo indonésio, mas poderão ser agora confirmadas pela reportagem da ITV. ■



## Pioneiros da Brandoa comemoram aniversário

O núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal está a comemorar os 16 anos de existência, organizando, no próximo sábado, a partir das 15 horas, um convívio entre todos os que desejem comparecer na Casa do Pioneiro, situada no Largo 1.º de Maio na Amadora.

Na terça-feira de Carnaval, este núcleo promoveu uma festa e um desfile de máscaras e amanhã, no mesmo local, vai comemorar o seu aniversário.

Estas iniciativas inscrevem-se num programa de actividades já definido para este ano, que incluem a realização de um piquenique na mata da Paiã no dia 20 de Março, uma festa da Páscoa a 3 de Abril, a participação no desfile em Lisboa do 25 de Abril, a plantação de girassóis durante o mês de Março, a comemoração do Dia Mundial da Criança a 1 de Junho, etc. ■

# Constituição europeia pode esperar

O que falta à Comunidade não é uma Constituição, mas sim medidas que terminem com os problemas que a afectam, nomeadamente o desemprego - palavras do eurodeputado Joaquim Miranda, ao intervir no debate sobre a Constituição da União Europeia, tema quente da sessão plenária do Parlamento Europeu, a semana passada.

O relatório do deputado Herman, sobre a Constituição da União Europeia, levou ao plenário o projecto da Comissão dos Assuntos Institucionais do PE. Um projecto cujo objectivo é dotar a UE de uma Constituição unificadora dos vários tratados que regem

a Comunidade, segundo um modelo classificado de "federal descentralizado". Não houve consenso. Depois de complicadas negociações, o PE acabou por aprovar, na quinta-feira, uma resolução em que "se toma nota com satisfação" do trabalho desenvolvido pela referida comissão e se recomenda à nova assembleia, a eleger em Junho, que dê seguimento ao processo.

Mais do que divergências de fundo entre as grandes famílias políticas representadas no PE (socialistas e liberais), em causa esteve a oportunidade da aprovação de um projecto de Constituição para a UE. Em vésperas de eleições, não falta quem se interroge como reagirá o eleitorado ao avanço do federalismo.

Diferente é a posição dos deputados comunistas, que se

pronunciaram a favor da retirada do relatório da ordem de trabalhos, e para quem a questão principal não é a da oportunidade do debate, mas sim "o sentido que se pretende imprimir ao processo de integração e, em particular, se a União deve ou não ser dotada de uma Constituição".

Na sua intervenção sobre a matéria, Joaquim Miranda pôs o dedo na ferida, ao considerar que a apresentação do projecto em causa está na linha e dá continuidade a anteriores resoluções adoptadas pelo Parlamento, pelo que se afigura incoerente que os mesmos que reclamaram o projecto no passado sejam os que hoje levantam a questão da sua oportunidade.

O mesmo é válido para a pertinente interrogação sobre a legitimidade ou ilegitimidade do Parlamento em debater

e formular qualquer projecto de Constituição da União Europeia, tão pertinente agora como no passado, até porque o PE não tem competências constituintes.

Como Joaquim Miranda afirmou, o que está em causa - e justifica o voto contra dos comunistas - "é o sentido federal e neoliberal que se vem imprimindo à construção europeia"; é "o facto de se insistir, numa perspectiva maximalista agora, em aspectos essenciais do Tratado da União Europeia"; é a "tentativa de se consagrar e tornar irreversível essas orientações, dotando a UE de uma Constituição"; é a "insistência numa via de que largamente discordamos e que é larga e crescentemente refutada pelos cidadãos".

Como repetidamente têm defendido os comunistas,

essa não é a única, nem sequer a melhor via para a Europa e para os países que a integram. Pelo contrário.

A 'construção europeia' defendida pelo PCP deverá concretizar-se no respeito pela identidade dos Estados-membros, numa base de profunda cooperação e de efectiva solidariedade.

"O que falta à Comunidade - disse Joaquim Miranda - não é uma Constituição, mas sim medidas que terminem com os problemas que a afectam, nomeadamente o desemprego".

Sublinhando que a justeza desta avaliação foi confirmada pela incomodidade provocada pelo debate do projecto de Constituição, o eurodepu-

tado concluiu que tal incomodidade "resulta do facto de estarmos em vésperas de eleições, o que leva a que alguns neguem ou tentem esconder hoje o que proclamaram ontem".

Pelo contrário, os comunistas consideram que a proximidade das eleições não pode nem deve servir de argumento para evitar o debate das questões de fundo, nem para ocultar posições e intenções. Pelo contrário, "deve ser encarada como uma oportunidade privilegiada para se reafirmar o que cada um defendeu ao longo da legislatura, particularmente quando tanto se afirma - e bem - a necessidade de transparência no funcionamento das instituições". ■

## No regresso ao meu/nosso tempo

Acabo de chegar de uma grande viagem, de uma enorme viagem no desempenho de funções do Parlamento Europeu. Dir-se-á que é normal, que os tais parlamentares estão lá para isso, para essas andanças, o que até seria uma das suas muitas sortes...

É claro que para leitores a pensar assim não valerá muito a pena falar do cansaço de três horas de voo, mais três de escala num aeroporto, logo seguidas de 15 horas dentro de outro avião, das quais 14 a voar e uma de escala sem poder ir pisar terra... ou cimento. De ter estado dois dias e meio numa cidade (de 12 milhões de habitantes) que levaria uma semana para conhecer minimamente, que pediria outra semana ao sol, a ler e a descansar, e pouco mais ter visto que o hotel, o trânsito louco, as salas de reunião e o Parlamento lá do sítio.

Depois, ainda fiz um voo curtinho (de três horas!) e repeti a dose noutra cidade, embora esta ao que parece apenas com 8 milhões de cidadãos mas com ainda mais coisas para ver e o trânsito ainda mais louco. E mais 11 horas de avião, mais duas horas num aeroporto para mudar de avião, e de novo três horas para finalmente regressar a Lisboa.

Uf! Só de contar fiquei de novo cansado e ainda falta o pormenor da mala despachada ter ficado algures pelo caminho, e só recuperada com custo e burocracia (diga-se que simpática).

Agora, tenho de digerir muito bem tudo o vivido. Mas só depois de recuperar o meu tempo. É que - e não é o menos perturbador - para lá, tive de adiantar o relógio sete horas e, para cá, atrasá-lo outras tantas. O que troca os sonos, altera ritmos interiores, não se sabe que fazer com medicamentos de horas certas ou depois das refeições, perde-se um almoço para lá e oferecem-nos dois pequenos-almoços para cá.

(O Vasco da Gama e contemporâneos fizeram viagens destas mas demoravam meses e anos, adaptando-se pelo caminho mas, também é verdade, morrendo de escorbuto e outras doenças de então, não precisando de ir buscar novos carregamentos de sida lá pelas paragens por onde passei a correr).

Mas também é certo que ninguém me tira do currículo que estive já em Manila e em Bangkok do Reino do Sião.

Mais interessante será que, de repente, descobri que, nisto de tempos, acabo de chegar do ano 2537. É verdade. Está aqui, num programa escrito em alfabeto absolutamente ininteligível que nos diz (perdão, que dizia aos naturais daquele país) qual a agenda de trabalhos dos seus parlamentares com os homólogos europeus, e em que as únicas coisas inteligíveis são os números 26 e 29 (de Janeiro, claro) e 2537 (do ano).

Por isso, no avião que não é ficção científica (mas já foi) no regresso ao meu tempo, descobri que vinha a recuar não as tais sete horas mas que estas seriam só um pequeníssimo troco para os 543 anos.

A razão deste ainda mais perturbador recuo no tempo está em que Buda teria nascido antes de Jesus Cristo os mesmos 543 anos (mais coisa menos coisa). Quer dizer: o Deus deles (ou o que faz o seu lugar pois o budismo - disseram-me - não é uma religião mas um modo de estar e ser na vida), esse Buda é mais velho 543 anos que o filho do Deus que é o nosso. Pelo menos, da maioria de nós.

Não há dúvida... o Homem inventa cada uma e descobre cada outra! ■ SR

## Um bailinho a toque de «Constituição»

O que aconteceu com a tentativa de se deixar, como testamento político da actual sessão do Parlamento Europeu, um projecto de Constituição para a União Europeia é por de mais significativo.

Num verdadeiro bailado - ou bailinho - houve quem quisesse avançar/dançar mais e mais depressa para o federalismo, houve quem quisesse evitar tal debate e decisão por ser inoportuno (eleitoralmente falando), houve quem quisesse hoje uma coisa, amanhã outra e depois de amanhã coisa nenhuma ou as duas.

Sempre instrumentalizando uma questão de fundo: que futuro para a dita "construção europeia". Corrijo-me: duas questões essenciais. A que já está e uma outra: que respeito merece a opinião pública, os cidadãos. E isto porque, no tal bailinho, há movimentos que se assemelham à conhecida "marrada de carneiro". Com receio da opinião pública, temendo-se ser penalizado por se defender aquilo que ela não compreende e/ou não quer, recua-se para tomar balanço, adianta-se a decisão para quando o desrespeito por essa opinião pública não tiver penalização sob forma de votos a menos.

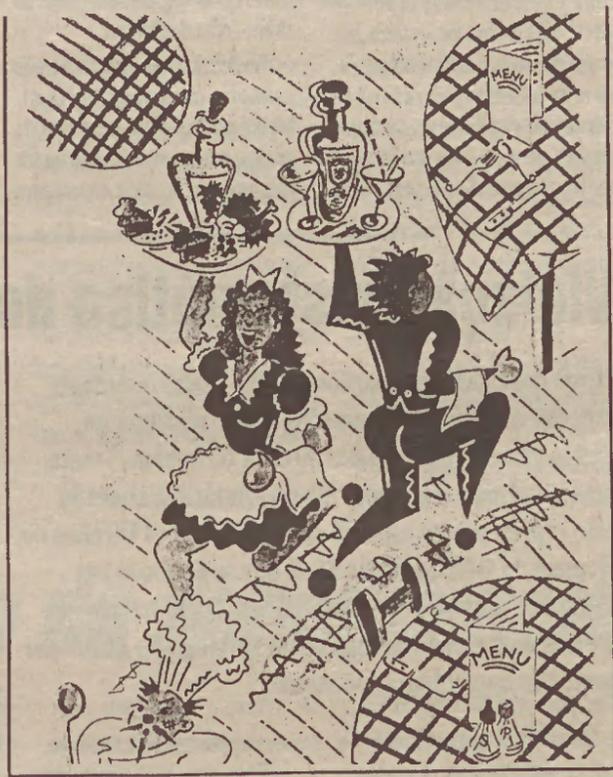
Contrastando com este espectáculo, uma posição coerente, consequente. A nossa. Dos deputados comunistas. De que justamente nos orgulhamos. Pelo reenvio para a comissão especializada, contra o projecto apresentado depois de manobras e "jogos de bastidores". Posi-

ção que se fez ouvir, no meio de silêncio e respeito, quase como uma voz de consciência porque consciente e lúcida. A de Miranda da Silva, no plenário.

Ao mesmo tempo, a clara contradição entre a volúvel super estrutura e uma determinada e constante acção na base económica e social, minando conquistas seculares dos trabalhadores, agravando situações que começam a ser insuportáveis.

Mas... voltando à super estrutura parlamentar, que fiquem para a história três quadros sobre as posições dos deputados portugueses no Parlamento Europeu, quanto a esta questão, durante o plenário de Fevereiro de 1994. ■

■ Sérgio Ribeiro



2ª feira, 7, às 17.52.04h, sobre o reenvio do relatório à comissão

	a favor	contra	abstenção	ausentes	
PSD	1	-	-	8	9
PSE	-	2	1	5	8
PCP	3	-	-	-	3
PPE (ex-CDS)	-	-	-	3	3
Arco Iris	-	-	-	1	1

4ª feira, 9, às 17.45.06h, sobre o reenvio do relatório à comissão

	a favor	contra	abstenção	ausentes	
PSD	2	-	4	3	9
PSE	6	-	-	2	8
PCP	3	-	-	-	3
ex-CDS	2	-	-	1	3
Arco Iris	-	-	-	1	1

5ª feira, 10, às 12.55.58h, sobre o relatório

	a favor	contra	abstenção	ausentes	
PSD	-	4	-	5	9
PSE	2	-	-	6	8
PCP	-	3	-	-	3
ex-CDS	-	-	-	3	3
Arco Iris	-	1	-	-	1

## FRANÇA

O partido de extrema direita de Le Pen tem vindo a registar um acentuada quebra de popularidade. Segundo uma sondagem agora realizada pela Sofres, e comparando com um inquérito de Outubro de 1991, a adesão às ideias defendidas por Le Pen sofreu uma baixa de 13 pontos. Em 27 meses, passou de 32%, número recorde, para 19%. O recuo já tinha sido registado numa sondagem da Sofres para a imprensa da província, em Junho de 1993, com uma percentagem de 23%. No eleitorado de direita, 29% das pessoas interrogadas declaram-se de acordo com as ideias defendidas pelo partido fascista, o que significa uma redução de 25 pontos em relação ao inquérito de Outubro de 1991. No eleitorado de esquerda, o desacordo - que tinha atingido o seu nível mais baixo em 1991, com 84% - volta a subir para 91%. Paralelamente, 73% dos franceses consideram hoje que Le Pen e o seu movimento representam uma ameaça para a democracia.

## BÓSNIA

As forças sérvias da Bósnia aceitaram colocar a sua artilharia em volta de Serajevo sob controlo dos capacetes-azuis, sem retirarem, e insistem no controlo paralelo da infantaria muçulmana pela Forpronu. Esta decisão terá permitido ultrapassar a situação de impasse gerada pelo desacordo em relação à exigência sérvia de que a infantaria muçulmana fosse igualmente colocada sob controlo dos capacetes-azuis. Exigência que, nas palavras do porta-voz da Forpronu em Serajevo, Bill Aikman, reflecte a preocupação "com a perspectiva de os bósnios utilizarem a cidade como centro fortificado a partir do qual podem atacar", e que na sua opinião é uma "preocupação válida". Desenvolvimentos que vêm na sequência das decisões que têm vindo a ser avançadas, pela União Europeia e pela NATO, no sentido do recurso a bombardeamentos aéreos contra as posições dos sérvios bósnios em torno de Serajevo. Entretanto prossegue intensa actividade diplomática. Nessa perspectiva, as negociações de paz em Genebra sobre a Bósnia-Herzegovina foram interrompidas para serem reatadas dentro de duas, três semanas.

## ALEMANHA

Prossegue a luta dos metalúrgicos alemães com novas greves parciais, depois de

terem fracassado as conversações na Renânia-Vestefália. Terça-feira, mais de dez mil operários paralisaram por várias horas, a maioria no estado do Hesse Norte e na região do Reno-Palatin. A semana anterior, e segundo o porta-voz do sindicato metalúrgico IG Metal, 600 mil trabalhadores participaram em greves parciais. O patronato do sector pretende um congelamento dos salários e cortes no subsídio de férias, o que corresponderia a uma quebra de 10% no poder de compra. Os sindicatos exigem aumentos de seis por cento.

## ITÁLIA

O grupo Fiat foi condenado por um tribunal de Milão a reintegrar dois mil trabalhadores da fábrica Alfa Romeo de Arese, Norte de Itália, despedidos no quadro de um plano de reestruturação. O tribunal considerou o comportamento do grupo Fiat como anti-sindical. Os trabalhadores - colocados em desemprego técnico extraordinário em Junho de 1993 - deverão agora ser reintegrados. E se a empresa pretender avançar com outras supressões de empregos, terá de negociar um acordo com os sindicatos.

## PALESTINA

Israel e a OLP retomam, no Egipto, em França e nos EU, as negociações de paz, na sequência do controverso acordo parcial sobre segurança assinado a semana passada no Cairo. No Egipto estão em discussão as questões civis e militares que se levantam com a retirada israelita da Faixa de Gaza e de Jericó. Em Paris, discute-se os aspectos económicos da autonomia. Em Washington o debate é em torno das modalidades da eleição de um conselho de autonomia. Entretanto, o acordo parcial assinado do Cairo é alvo de profundas críticas, nomeadamente por parte do Partido do Povo Palestino (PPP), partido que engloba os comunistas palestinos e tem grande implantação nos territórios ocupados. O PPP - que apoiou a Declaração de Princípios assinada em Washington - rejeita o acordo do Cairo. No comunicado, entretanto emitido, afirma-se: "Pedimos ao Comité Executivo da OLP que recuse o acordo do Cairo. Trata-se de uma grande decepção para o povo palestino porque este acordo retoma as exigências israelitas em matéria de segurança".

## Sudão

## Dez anos de guerras

O Sudão voltou a ser tema de notícia nestes últimos dias, com a ofensiva das forças governamentais sudanesas nas zonas de actuação dos movimentos guerrilheiros e o apelo do Exército Popular de Libertação do Sudão/Unido, facção do movimento de oposição SPLA, dirigido às Nações Unidas, para que sejam designados medianeiros para tentar acabar com o conflito no país, e mesmo enviadas tropas para estabelecer zonas de segurança para a população civil. Um conflito que se vem a arrastar e a agudizar desde meados dos anos 80 - com a política então adoptada de islamização do país - e assume hoje graves proporções, particularmente nos montes Noubá.

A região designada por montes Noubá estende-se por cerca de 77 000 km<sup>2</sup>, e localiza-se no centro do país. Em termos administrativos, este território está ligado à província de Kordofan. Nos anos 80, a população autóctone era de cerca de um milhão de habitantes, distribuída por pequenas comunidades, cada uma com as suas características étnicas, religiosas, culturais e linguísticas. Animistas, críticos e muçulmanos viveram aqui conjuntamente durante decénios.

Os conflitos sociais, frequentemente tribais, que surgiam uma vez por outra, eram em geral resolvidos no quadro das tradições e costumes locais, sem perturbar as relações ancestrais das diversas comunidades com as suas terras e o meio cultural de origem, nem

pôr em causa a sua identidade étnica e cultural.

É a partir dos anos 80 - com o desenraizamento das comunidades dos montes Noubá, a abolição da administração tribal local e a política adoptada em 1983 pelo presidente Numeiri com vista a impor a lei islâmica, a "charia" - que se iniciam os confrontos sangrentos entre grupos islâmicos e não islâmicos (a população do norte é predominantemente islâmica e a do sul cristã e animista). Em 1985 regista-se a primeira acção armada do Exército popular de libertação dos povos do Sudão (SPLA), na região de Noubá, na aldeia árabe de Gardud.

Em 1987, o governo do então primeiro-ministro Dadiq al-Mahdi promove um programa de treino e armamento de milícias tribais cuja função seria lutar contra

o SPLA. No ano seguinte, algumas destas milícias tribais são reorganizadas sob a designação de forças populares de defesa (FPD). Em 1989, o actual governo legaliza, por decreto, estas unidades paramilitares.

Assim, em poucos anos, a guerra civil instala-se no país. E as populações civis, desarmadas, completamente indefesas, são vítimas quer das forças do governo, quer dos grupos paramilitares, assim como da própria guerra entre o exército e o SPLA.

A guerra, e em geral a política desenvolvida pelo governo, tem ainda outros custos adicionais. Em vastas zonas do país são na prática encerrados, quer os serviços de saúde quer as escolas. A fome alastra, empurrando as populações para fora das suas terras.

Segundo o estudo das Nações Unidas sobre a situação dos refugiados no mundo (1993), 5 milhões de sudaneses foram obrigados a abandonar as suas casas e as suas terras, e há 263 000 refugiados (número que se calcula atingir hoje os 500 000) do Sudão no Zaire, no Uganda, Quênia, República Centro-Africana e Etiópia.

As populações das terras situadas ao longo da "frente" da guerra civil são naturalmente as mais expostas. Segundo o relatório do representante especial da Comissão dos Direitos do Homem da ONU, Gáspár Bíró, que se deslocou ao Sudão em Setembro de

1993, "grande número de testemunhos indicam que depois de combates em que o SPLA foi forçado a retirar destas localidades, as unidades das FPD e do exército receberam ordem de juntar os civis - principalmente mulheres, crianças e velhos - e levá-los para aldeias controladas pelo governo. Os que tentaram escapar a esta situação, na maioria dos casos, acabam por ser obrigados a partir também, devido à situação de insegurança geral e à falta de produtos de primeira necessidade."

Os casos de duas aldeias - Umm Sirdiba e Kalkada - são apontados como casos exemplares. "A primeira - indica o relatório - foi atacada pelo exército e pelas FPD em Dezembro de 1990, segundo os testemunhos. Face à resistência das forças do SPLA situadas nos arredores, as forças do governo sudanês foram obrigadas a retirar, mas os confrontos são permanentes. Actualmente, a população de Umm Sirdiba está dispersa por todo o país."

Uma situação que se repete "na aldeia de Kalkada no distrito de Heiban. A diferença é que, aí, foi o SPLA que lançou os primeiros ataques em 1989. Em Maio de 1990, o exército ocupa a terra e lança fogo às habitações. Sessenta pessoas foram então mortas (...) Grande número de mulheres e crianças morreu e a maioria dos habitantes foi-se embora." ■

## Violação sistemática dos direitos humanos

"Com base nas informações obtidas, o Representante especial conclui sem hesitações que se registam no Sudão graves violações dos direitos do homem" - esta uma conclusão clara inserida no relatório elaborado pelo representante especial da Comissão dos Direitos do Homem da ONU, Gáspár Bíró, que se deslocou em Setembro passado a este país africano. Relatório que lhe mereceu a classificação como "inimigo do Islão" por parte das autoridades sudanesas.

De entre as graves violações dos direitos do homem denunciadas, Gáspár Bíró refere "um grande número de execuções extrajudiciais e sumárias, desaparecimentos forçados ou involuntários, torturas sistemáticas e prisões arbitrarias generalizadas de pessoas suspeitas de serem da oposição. Parece também que várias pessoas foram objecto de represálias após terem comunicado alguma informação ao Representante especial. O Representante especial conclui que violações particularmente graves e numerosas se registam nos montes Noubá, onde o governo parece tolerar a política das autoridades locais que visa expulsar as populações para lutar contra o SPLA. Um elemento importante desta política é a reinstalação forçada da população de Noubá".

Da lista de abusos divulgada em relatório - e que abrangem "praticamente todos os domínios da vida" - aqui referimos algumas

particularmente significativas.

• De entre as "informações reveladoras de execuções extrajudiciais e de execuções sumárias", o caso mais grave "diz respeito à prisão, desaparecimento e execução de centenas de civis e de oficiais após um ataque do SPLA (Exército Popular de Libertação do Sudão) em Juba, em Junho e Julho de 1992. Os trabalhadores das organizações estrangeiras de solidariedade foram também vítimas de represálias".

• Uma outra denúncia, baseada em "numerosas informações" - "as forças governamentais efectuaram bombardeamentos aéreos visando deliberadamente e sem distinção objectivos civis; por exemplo, os campos de pessoas deslocadas, nas regiões controladas pelo SPLA". São referidos casos concretos, em particular o campo de refugiados de Yundu. Segundo testemunho de pessoas que conseguiram fugir,

"os bombardeamentos começaram de manhã e foram seguidos, à tarde, por ataques terrestres de soldados que entraram no campo disparando indiscriminadamente em todas as direcções".

• "Unidades mistas de milícias árabes e de Forças populares de defesa (organização paramilitar oficial) terão morto centenas de civis ao longo da linha férrea entre Babanusa e Wau, na parte norte do Bahr Al-Ghazal. Em Fevereiro-Março de 1993, soldados armados dirigiram-se a cavalo de Babanusa a Wau ao longo dos caminhos-de-ferro, acompanhados de um comboio que se deslocava devagar. À medida que o comboio avançava, atacavam as aldeias situadas ao longo da via, pilhavam o gado, queimavam as casas, os celeiros e os campos, levavam as mulheres e as crianças (que terão sido depois libertadas) e matavam os civis que oferecessem resistência".

• A prisão e desaparecimento de opositores ao regime é outro facto corrente. Presas por oficiais dos serviços de segurança, essas pessoas são conduzidas a centros de detenção onde são "brutalmente torturadas durante períodos que variam entre algumas semanas e vários meses, não podendo ter nenhum contacto com o mundo exterior. Os membros da sua família não são informados da sua sorte nem do local

onde se encontram". Alguns destes "desaparecidos" acabaram por ser localizados, mas de outros continua a desconhecer-se o paradeiro. "A maioria dos casos de desaparecimento assinalados no decurso dos últimos quatro anos continua por esclarecer".

• "O Representante especial recebeu numerosas informações de que os presos políticos seriam sistematicamente torturados e maltratados pelas forças de segurança sudanesas". No relatório são indicados os métodos de tortura utilizados "correntemente": "pontapés, espancamentos com matraca, tubos de plástico, chicote", e ainda "queimaduras; choques eléctricos, nomeadamente nas partes mais sensíveis do corpo; privação de alimentos, água e repouso; recusa de cuidados médicos; ameaças de desaparecimento e simulacros de execução".

• Uma outra forma de intimidação utilizada: "As pessoas suspeitas de oposição ao governo são convocadas para comparecer nos serviços de segurança, da parte da manhã, para serem interrogadas. Fazem-nas esperar até ao fim do dia, sem as interrogar e frequentemente sem lhes dar alimento ou água. Ao fim do dia, são mandadas para casa com ordem de se apresentarem de novo no dia seguinte". ■

## Argélia Entre o diálogo e o terrorismo

Uma semana depois da sua tomada de posse, o novo chefe de estado argelino, general Liamine Zéroual, fez um discurso em que reafirmou a sua intenção de dialogar com todas as forças políticas e simultaneamente prosseguir a luta contra os grupos islâmicos armados. Uma decisão que abarca a Frente Islâmica de Salvação (FIS), e que por isso mesmo pode ser controversa.

"Estamos convencidos de que as medidas de segurança continuam a ser insuficientes para fazer o país sair da crise (que causou a morte de mais de duas mil pessoas em dois anos)", sublinhou o presidente, defendendo que "a crise política só se pode resolver através do diálogo e da participação de todas as forças políticas nacionais".

Diversos sectores políticos na sociedade argelina contestam entretanto qualquer forma de diálogo com os sectores fundamentalistas islâmicos, comprometidos nas múltiplas acções terroristas que hoje atingem praticamente todas as categorias sociais.

Na opinião de Kader, representante de Ettahaddi (com origem no Partido da vanguarda

socialista, criado pelos comunistas em 1965), não há diálogo possível com a FIS. E comenta: "Charia (a lei islâmica) contra democracia: é um diálogo de surdos".

Kader defende, como alternativa, um governo republicano que "ao mesmo tempo que enfrentasse o terrorismo, tomasse as medidas que se impõem no plano socioeconómico. Criar, nesse período de transição, os instrumentos adequados e as novas instituições de uma Argélia moderna, republicana, democrática e solidária. É preciso sanear progressivamente a economia, reformar o sistema educativo e judiciário, reabsorver o desemprego, construir habitações". Um programa positivo que passaria também pela separação



A faculdade de Carroubier em Argel. Islamismo e democracia - dois mundos que se opõem na Argélia

entre o político e o religioso, a protecção dos direitos (particularmente ameaçados) das mulheres.

No plano económico, o actual presidente reafirma a aposta na economia de mercado e nas negociações a decorrer com o FMI para reescalonamento da dívida externa, a mesma política que contribuiu para a situação de crise económica e ausência

de perspectivas que tanta força deram à FIS.

Segundo um relatório sobre as perspectivas económicas divulgado em Setembro de 1993, as exportações argelinas as exportações argelinas caíram de 11,3 mil milhões de dólares, em 1990, para 9,57 em 1991, enquanto a taxa anual de inflação passou de 34,7 por cento para 51%. O produto interno

bruto (PIB) que era de 55,4 mil milhões de dólares em 1990, não chegava aos 40 mil milhões em 1991. Entre 1978 e 1991, o PIB já tinha registado uma quebra de 42%. Entre 1985 e 1990, as famílias perderam 11,4% dos seus rendimentos.

Graves problemas socio económicos demagogicamente recuperados pelos fundamentalistas. ■

## Somália Um país desarticulado

A Somália continua mergulhada no ciclo vicioso da guerra e da fome. Lançada no quadro de uma grande operação mediática, a iniciativa americana "Restaurar a esperança" esfuma-se. Das demagógicas promessas iniciais nada resta. Num país desarticulado e marcado pela fome, não se vislumbram nem as necessárias soluções políticas, nem a urgente resposta às necessidades alimentares da população.

Em 4 de Fevereiro o Conselho de Segurança da ONU procedeu à revisão do mandato das forças das Nações Unidas na Somália, adoptando uma resolução que reduz os efectivos das forças deslocadas para este país e muda a natureza da operação, que se deverá cingir à ajuda humanitária.

Esta nova resolução entrará em vigor a 31 de Março, data da saída dos últimos sol-

dados norte-americanos. Momento em que deverão ter já saído também, na sua totalidade, as tropas francesas, belgas, suecas, italianas, alemãs, norueguesas, gregas turcas e tunisinas. Doravante a Índia e o Paquistão, com mais de 5.000 homens cada um, serão o esteio fundamental da ONUSOM II (operação das Nações Unidas na Somália).

No plano político, nenhum

passo mais foi dado no sentido da concretização dos acordos assinados em 8 de Janeiro de 1993 em Addis-Abeba, e que o Conselho de Segurança por diversas vezes reafirmou como o quadro adequado à busca de caminhos para a paz.

Os acordos de Addis-Abeba resultaram da reunião, por iniciativa da ONU, de catorze grupos somalis, e previa uma imediata declara-

ção de cessar-fogo, o fim da "propaganda hostil" entre os diferentes grupos e a realização de uma conferência de reconciliação nacional - que até à data, e apesar dos vários encontros realizados, não deu quaisquer resultados palpáveis.

Pelo contrário - neste momento a guerra parece antes ampliar-se e ressurgir em pontos onde se registava alguma - relativa - acalmia.

Momento oportuno para voltar a questionar do sentido e das razões de uma operação apresentada como humanitária, mas significativamente contestada pelas organizações humanitárias que já antes trabalhavam junto das populações somalis para lembrar também das razões de uma tão dramática situação - gente a morrer à fome num país desarticulado. ■

## O preço da dependência

Nos anos 60 e 70, e apesar das secas, a Somália era quase auto-suficiente em produtos alimentares. A economia do país - em que os pastores constituíam 50% da população - baseava-se nas trocas entre os pastores nómadas e os pequenos agricultores. Até 1983, o gado representava 80% das receitas de exportação.

No início dos anos 80, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial impuseram um plano de austeridade - cujo objectivo era o reembolso da dívida - e que pôs em perigo o delicado equilíbrio entre sectores nómada e sedentário. Estavam lançadas as sementes das grandes fomes no país.

O programa de ajustamento estrutural, então imposto, levou ao crescimento da dependência alimentar, nomeadamente no plano cerealífero.

Entre 1975 e 1985, a "ajuda alimentar" foi multiplicada por quinze, o que corresponde a um ritmo de crescimento anual da ordem dos 31%.

As entradas de trigo e arroz (que eram vendidos no mercado nacional) em simultâneo com o aumento das importações de produtos alimentares, levou à alteração de hábitos de consumo em detrimento das produções nacionais, com graves consequências para a agricultura somali e para os camponeses.

A desvalorização da moeda somali, imposta em Junho de 1981 pelo FMI (e a que depois se seguiram outras desvalorizações), levou a uma alta generalizada dos produtos de importação para a produção agrícola. Nas cidades, o poder de compra cai radicalmente. As verbas orçamentadas para os planos de desenvolvimento do governo sofreram grandes cortes. As despesas com a agricultura baixaram em cerca de 85% relativamente a meados dos anos 70.

De par do empobrecimento das comunidades agrícolas, vítimas da concorrência da "ajuda alimentar", também a produção de gado foi

seriamente atingida por uma política de privatização de serviços veterinários, fazendo pagar às populações nómadas mesmo a vacinação do gado. A água e as pastagens tornaram-se bens comercializáveis e sofreram profunda degradação, de par da redução da população dedicada à pastorícia. Em 1984, as exportações de gado somali para a Arábia Saudita e os países do Golfo baixaram radicalmente, em benefício de países da Comunidade Europeia e da Austrália.

As reformas económicas impostas no quadro dos planos de ajustamento estrutural levaram também à desintegração dos progra-

mas de saúde e de educação. Em 1989, as despesas com a saúde eram inferiores em 78% às de 1975. Em 1982 o orçamento corrente para a educação era de cerca de 82 dólares por ano por cada aluno da instrução primária. Em 1989, essa verba tinha descido para cerca de 4 dólares. Entre 1981 e 1989, as inscrições escolares sofreram uma quebra de 41% (apesar do aumento da população em idade escolar). Cerca de um quarto dos estabelecimentos escolares acabaram por fechar.

Os salários reais do sector público sofreram uma quebra de 90% entre meados dos anos 70 e 1989. O

Banco Mundial propôs entretanto um plano de aumentos salariais que passava pelo despedimento de 40% dos funcionários...

A desarticulação do Estado somali estava à vista. Entretanto, em Janeiro de 1991, num momento em que a guerra civil já alastrava pelo país, os credores propunham novas medidas de ajustamento, que visavam nomeadamente reduzir mais ainda as despesas públicas e liquidar a quase totalidade das empresas de Estado.

Em 1989, o serviço da dívida representava 194,6% das receitas de exportação. A Somália estava completamente dominada pela teia da dívida. ■

Texto  
Anabela Fino

Fotos  
Jorge Caria

# Questões sociais na CEE servem para enfeitar ramallete neoliberal

Tinhas uma carreira bastante promissora como economista. O que é que te levou a abandoná-la pela política?

O 25 de Abril.  
Só o 25 de Abril?

Eu já tinha uma intervenção política intensa antes do 25 de Abril; era membro do Partido, director do "Notícias da Amadora" e simultaneamente administrador da Prelo, além de ser na altura o árbitro dos metalúrgicos na contratação colectiva.

Se antes do 25 de Abril dedicava cinquenta por cento da minha vida à actividade política, depois passei a dedicar-lhe quase cem por cento.

O que é perdeste e o que é que ganhaste com essa opção?

Perder, creio que não perdi nada. Eventualmente uma outra remuneração! Mas do meu ponto de vista creio que só ganhei: riqueza humana, melhor conhecimento do país e da realidade social, capacidade de intervenção

A actividade política interfere certamente com a tua vida familiar. Não perdeste nada nesse campo?

Naturalmente que sim. Todos os portugueses que estavam numa idade de poder intervir perderam alguma coisa em relação à família, quando passaram a dispendir grande parte do seu tempo na intervenção política. A revolução é assim mesmo, entra por todas as casas, por todas as portas, por todas as janelas. Atinge, portanto, todas as pessoas, todas as famílias. O meu caso não foi diferente.

Tu tens um filho pequeno. Como é que ele reage por ter um pai "tão político"?

Normalmente. Também tenho filhos mais velhos que reagem normalmente. Não acho que façam grandes considerações sobre isso.

Nunca te sentiste cansado de tanta actividade, com vontade de mandar tudo às urtigas e ir, por exemplo, ao cinema, ao teatro, passear?

Muitas vezes faz-me falta descansar. Tenho um certo vício do cinema e por vezes sinto-lhe a falta. Sobretudo quando passo muitas semanas seguidas sem fins-de-semana, sinto como os outros falta de umas horas de lazer, de uma actividade cultural. Mas procuro preencher o meu calendário com isso e nesse sentido tenho cuidado na repartição das tarefas, procuro organizar a vida para sempre que possível abrir um espaço para o cinema, o teatro, uma actividade cultural.

## Orgulhosamente acompanhados

Vamos entrar num período em que não te vai sobrar muito tempo para isso. Desta vez são as eleições para o Parlamento Europeu. Não é um tema fácil de explicar ao eleito, em particular quando, aparentemente, o PCP partilha posições semelhantes ao CDS e parece estar em permanente desacordo quer em relação ao PSD quer ao PS. O que é que distingue a política do PCP nesta matéria, em relação aos restantes partidos?

Nós tivemos sempre uma posição muito clara e coerente em relação à CEE. O CDS é que recentemente começou a ter uma postura de oposição, designadamente em relação ao tratado de Maastricht, mas é uma posição que se enquadra nos fundamentos nacionalistas e diferen-

te da nossa. O CDS vê a CEE através das vantagens do livre cambismo, do neoliberalismo e preocupa-se sobretudo, como dizia a sra. Thatcher, que a Comunidade "seja um grande mercado, nada mais que um grande mercado".

Aparentemente, é uma contradição.

Não. O CDS tem uma posição nacionalista e classista em relação à CEE. Defende o grande capital nacional, a grande burguesia, está de acordo com todas as medidas anti-sociais.

Nós temos uma posição totalmente diferente. Somos pela Europa contra Maastricht, temos uma postura patriótica e não nacionalista, e pensamos que esta construção europeia é ditada pelas transnacionais. Tem alguns floreados sociais, como a Carta Social Europeia e outras directivas, que não funcionam ou não têm aplicação prática. Com o andar dos tempos, vemos que há uma política de *revanche*; a Comissão hoje já se sente estimulada a apresentar directivas que são uma verdadeira aberração no plano social, como por exemplo a respeitante ao trabalho juvenil e ao trabalho nocturno que é uma regressão a antes de 1919, como foi denunciado recentemente pela Organização Internacional do Trabalho.

As questões sociais na CEE são utilizadas pura e simplesmente para enfeitar o ramallete do livre cambismo e do neoliberalismo.

E em relação ao PSD e ao PS?

Esses dois partidos têm uma grande coincidência de posições nesta matéria. Ambos se têm apresentado federalistas na Europa e menos federalistas em Portugal...

Há quem acuse o PCP de ter uma posição tipo "orgulhosamente sós"...

Mas nós não estamos sós, pelo contrário estamos cada vez mais acompanhados de portugueses e portuguesas que vêm na prática que tínhamos razão; em relação à agricultura, em relação às pescas, à desindustrialização... O que nós afirmamos é que, estando o período de transição na prática já perdido, uma boa parte dos fundos têm sido aplicados não de forma produtiva, criadora de empregos, mas dirigidos para o

## Nós não somos contra a Europa. Somos contra o tratado de Maastricht

consumo, em actividades clientelares do Governo, com prejuízo do nosso futuro e da nossa economia. Há que ter em atenção que temos uma economia cada vez mais fragilizada e subcontratada.

Por outro lado, importa sublinhar que nós não somos contra a Europa. Somos contra o tratado de Maastricht, contra esta integração e a sua dinâmica que tende a afastar os cidadãos e os povos dos centros de decisão, que tende para a implantação de um verdadeiro directório político das grandes potências para ditar as regras e as ordens aos países de economias mais débeis e periféricos.

Somos contra uma construção que, longe de promover o princípio da coesão económica e social, tende a promover o distanciamento dos países mais pobres em relação à média comunitária e o domínio do grande capital dos grandes países sobre os pequenos países e sobre as pequenas e médias empresas.

Não faz sentido que questões decisivas para o futuro da economia portuguesa, para o futuro de todos nós, passem completamente à margem da Assembleia da República

Tomemos, por exemplo, as diversas fases da União Europeia. A primeira fase começou com a livre circulação de capitais e terminou com o "estofo" do Sistema Monetário Europeu; a segunda fase, iniciada no princípio do ano, começou com 17 milhões de desempregados e com a perspectiva de chegar ao fim do corrente ano com mais de 20 milhões de desempregados e cerca de 55 milhões de pobres. Isto diz-nos qual o sentido e a orientação da construção da União Europeia.

## Eleições em tempo de crise

A denúncia dessa realidade vai ser a linha forte da campanha para as eleições para o PE?

Sem nunca esquecer que estas eleições são para escolher os deputados ao Parlamento Europeu, sem dúvida que a denúncia dessa e de muitas outras realidades estarão presentes na nossa campanha.

Já agora, qual vai ser o cabeça de lista?

Será apresentado em breve. Como ia dizendo, já houve eleições anteriores e já elegemos deputados. O que podemos mostrar ao nosso povo é que temos tido uma grande intervenção no PE em defesa dos interesses nacionais, em defesa dos agricultores, dos pescadores, dos pequenos e médios empresários, dos trabalhadores. Uma intervenção ímpar em relação às outras forças políticas. Daqui resulta, em primeiro lugar, a importância do povo português escolher representantes que defendam os interesses nacionais e tenham uma atitude firme em relação à União Europeia.

Esta é uma grande linha da nossa intervenção e do nosso discurso.

Por outro lado, pretendemos intervir de forma a captar meios e fundos para a economia portuguesa. Consideramos, por exemplo, que se deve começar já a pressionar no sentido de que os fundos estruturais não terminem em 1999. Pensamos que é um erro estratégico, do ponto de vista negociado, admitir que em 1999 os fundos estruturais acabam. Foi o que aconteceu em relação ao GATT, levando a que nos últimos dias o Governo português cedesse em toda a linha com todas as consequências conhecidas em relação aos têxteis. Há muito tempo que o PCP alterava para a necessidade de tomar medidas para salvaguardar os nossos interesses; tudo decorreu em grande secretismo e o desenlace foi o que se sabe.

Outra linha da nossa intervenção vai no sentido da democratização das instituições e do reforço do nosso Parlamento. Não faz sentido que questões decisivas para o futuro da economia portuguesa, para o futuro de todos nós, passem completamente à margem da Assembleia da República. Uma das características desta construção europeia e deste Governo tem sido a marginalização da AR de todos os aspectos comunitários, pelo que a maior parte da informação que os deputados recebem é só a posteriori.

Achas que este discurso político é capaz de ganhar o eleitorado e em particular a juventude?

Creio que sim.

Não é o discurso da desgraça?

Não é o discurso da desgraça, é o discurso pela positiva. É um discurso realista. Chamamos a atenção para o que está em cima da mesa, para as consequências que pode ter para o nosso país, neste fim de século, a continuação de uma construção europeia baseada não em relações de cooperação mútua mas em relações de dominação. Nomeadamente as consequências disso para a juventude, e a necessidade de superar este tipo de construção e este sistema, que em 1993 levou à CEE mais uns milhões de desempregados, mais uns milhões de pobres, mais contratos a prazo para a juventude e terminou em fanfarras em relação a toda a actividade especulativa e bolsista.

E nem sequer há a desculpa da crise do petróleo!

Como é que se compreende que estando nós numa época de grande desenvolvimento científico e tecnológico, em que há possibilidades de satisfazer cada vez mais necessidades humanas e poupar força de traba-

Avante!



## — entrevista com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP

lho, isto seja acompanhado de uma grande regressão social e não de uma redução do horário do trabalho, da melhoria da qualidade de vida, do bem-estar dos povos?

Há quem pense que os comunistas só têm capacidade de aumentar o seu eleitorado em tempo de crise, o que remete para a teoria do "quanto pior melhor". É assim?

De maneira nenhuma. Nós tivemos um bom resultado nas últimas eleições para o PE e não havia uma crise aguda do capitalismo no nosso país. O que acontece, pelo contrário, é que numa situação de crise há um elevado número de cidadãos, nomeadamente nas camadas mais desfavorecidas que, por razões da sua própria vida e de desespero (desemprego...) deixam de ser cidadãos activos e perdem perspectivas.

Por medo? Não só. O que a experiência mostra é que muitos cidadãos nessas condições se tornam menos activos do ponto de vista da luta pelos seus direitos e do exercício dos seus deveres cívicos. O peso da realidade e dos acontecimentos, a necessidade que têm de resolver os seus problemas, afastam-nos muitas vezes da actividade social e política.

## Alternativa à alternância

Que significa, para ti, ser-se comunista, hoje? Continuar a lutar pela transformação social, pelos ideais comunistas. O que a vida mostra é que quem afirma que o comunismo tinha morrido, que estávamos no fim da História, é forçado a confrontar essas afirmações com o que se está a verificar no mundo: ataque a direitos duramente conquistados, os nacionalismos e fundamentalismos, a irracionalidade, a virulência xenófoba. Como já alguém disse, até assistimos à reaparição de um Mussolini estilo *cover-girl* e dos nacionalistas russos "mais histrião que hitleriano", símbolos grotescos de uma decomposição profunda.

A Leste, temos as mafias, o descalabro social, a decadência, a regressão. E simultaneamente a resposta dos povos: as greves, as lutas, as revoluções como no México e a expressão da opinião pública. Uma sondagem feita na ex-RDA mostrava que 84 por cento de cidadãos deploravam a situação actual e afirmavam ter perdido muitas das conquistas conseguidas no passado; por exemplo, na ex-RDA, hoje sete em cada dez mulheres estão desempregadas, quando anteriormente 90 por cento estava empregada. Por outro lado, vemos que na Estónia, na Bielorrússia, na Polónia, na Bulgária, na ex-RDA, há uma progressão de forças que, embora por vezes com outro nome, se reivindicam dos ideais comunistas.

Mas o que se verifica nos países ocidentais, designadamente em Portugal, é que as pessoas parecem ter confiança nos comunistas quando se trata do Poder Local, por exemplo, mas o mesmo não se verifica quando se trata de escolher um projecto global de sociedade. Há uma desconfiança. Por quê?

Nascido em S. Pedro do Sul, ainda semeia as palavras de *xes* quando fala. Guarda da infância a memória de um tempo em que as quintas-feiras eram dias mágicos no calendário, com a chegada do *Mundo de Aventuras* e a sessão do *sonoro* de entrada garantida.

Aos 15 anos, viajou para o Porto, onde a par dos estudos foi luminotécnico de teatro, frequentou cursos de fotografia e tentou em vão fazer parte do orfeão. Uma actividade intensa que não o impediu de concluir com sucesso o curso de economia.

O desejo de uma sociedade mais justa levou-o para a política.

O 25 de Abril *apanhou-o* no «Notícias da Amadora».

Foi secretário de Estado do Trabalho em cinco governos provisórios, deputado ao Conselho da Europa e ao Parlamento Europeu e é deputado à Assembleia da República. Tem cinquenta e um anos.

É Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, em entrevista ao "Avante!".

Nós temos uma influência social muito superior à influência eleitoral. Por várias razões. Em relação às eleições autárquicas, são eleições em que as pessoas nos conhecem mais de perto, conhecem os próprios candidatos...

Os comunistas são bons para trabalhar...

Não é só isso. Conhecem mais de perto as realizações, a maneira de estar, de trabalhar dos candidatos e, por isso, estão mais imunes aos preconceitos e às campanhas anticomunistas, dando-lhes o seu voto. Em relação às legislativas muitos votam de outra maneira porque nessas eleições pesa o preconceito, a desinformação. A nossa mensagem é aí mais difícil de chegar. Repara que se tornou comum dizer que nas legislativas estamos a eleger um primeiro-ministro, quando de facto estamos a eleger deputados; é curioso ver que os mesmos que defendem após as eleições a necessidade de aproximar os deputados dos cidadãos, são os mesmos que para procurar a bipolarização falam antes de eleições para primeiro-ministro.

Por outro lado, poucas pessoas têm ideia que nas eleições legislativas o que conta é a maioria que se forma, não o partido mais votado. Neste caso concreto, o que deverá contar nas próximas legislativas é se o número de deputados eleitos pelo PCP e pelo PS é maior do que os deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS. Isto do ponto de vista numérico, naturalmente; do ponto de vista qualitativo, conta o projecto, as soluções. Por isso, temos afirmado que quanto mais nos reforçarmos maiores possibilidades há de Portugal vir a ter uma nova política.

Para nós o que está em causa não é uma alternância, é uma alternativa. Isto é, não se altera a política apenas pela mudança de pessoas; pode-se mudar de caras e continuar com a mesma política.

## Seguro de vida

A política de alianças do Partido nem sempre parece ser compreendida. Por um lado, há acordos com o PSD, por exemplo, nas autarquias, e por outro lado afirma-se que se privilegia a aliança com o PS para a tal alternativa...

Para nós, o que está em causa não é uma alternância, é uma alternativa. Isto é, não se altera a política apenas pela mudança de pessoas



Nós privilegiamos as alianças com as forças democráticas. O PS é que, com o mito da maioria absoluta, procura não definir alianças, o que mostra que poderá estar aberto a convergências com o PSD e repetir na prática, sob esta ou aquela forma, a experiência do bloco central. Em relação às autárquicas, não há alianças, há é a procura de

soluções e entendimentos entre os eleitos, o que decorre das próprias características do nosso Poder Local, o que de resto é uma das suas riquezas. Não há executivos homogêneos, os eleitos são-no pelo sistema proporcional; por isso, para a instalação dos órgãos autárquicos, é necessário chegar a acordos.

Nós privilegiamos nesses acordos as forças democráticas, mas temos de ter em atenção que, quando se verificam sistematicamente entendimentos entre o PS e o PSD para nos isolar e contrariar os resultados eleitorais, nós somos forçados a reagir. No distrito de Setúbal, por exemplo, há um grande número de Freguesias em que alcançamos uma maioria relativa e onde o PS se aliou com o PSD deixando-nos isolados, só com o presidente; o mesmo aconteceu em Assembleias Municipais, como é o caso de Sesimbra.

Isto nós condenamos.

Mas também o fizemos.

Fizemos, em dois ou três casos, porque se não o fizessemos éramos nós a ficar isolados. Em relação às Câmaras, procurámos distribuir pelouros por outras forças políticas, mas o que verificámos da parte do PS, em algumas delas, é que as suas reivindicações eram totalmente exorbitantes, com o objectivo de levar à ruptura para daí retirar depois dividendos políticos. Quando se fazem reivindicações de pelouros que não têm correspondência com a força eleitoral, quando se diz que, à excepção da presidência, tudo está em discussão, naturalmente que o que se procura é uma ruptura. Onde houve uma negociação razoável, chegou-se a acordo; é o caso do distrito de Évora, na Amadora, em Vila Franca de Xira.

Mesmo assim achas que é possível um entendimento com o PS para a tal alternativa, ou as oposições que existem são suficientemente fortes para o impedir?

No Poder Local houve, após as eleições, muitos entendimentos com o PS. A nível global, conhecemos a posição da direcção do PS, que é a mesma postura de Almeida Santos quando pediu a maioria absoluta, de Vitor Constâncio, de Jorge Sampaio. Não há alteração com António Guterres. Isto é um seguro de vida para o PSD e para Cavaco Silva. A arrogância e a ambição hegemónica não servem as forças democráticas nem pode colher a simpatia dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

O que nós pensamos é que, para além das alianças e das posições dos partidos políticos, a vontade dos cidadãos tem uma grande importância nesta matéria, bem como a sua expressão social, pública, e, naturalmente, nas urnas.

Tu já estiveste no Governo. O que é que representa para ti estar no Poder? Estar no Poder é só responsabilidade ou é também satisfazer ambições? O Poder fascina?

Para nós, estar no Poder é a possibilidade de concretizar as nossas propostas, o nosso programa e o grande objectivo que é a transformação da sociedade numa sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária.

Para outros poderá haver outros fascínios...

O fascínio não existe mesmo quando se tem objectivos muito nobres? Que sensação é essa de poder intervir de facto na evolução das situações?

Depende da posição de cada um. Muitos não procuram o Poder só para intervir, mas para enriquecerem, para satisfazerem os seus ilegítimos interesses, como é sabido.

Costuma dizer-se que o Poder corrompe. Os comunistas não correm esse risco?

Correm; por isso, nós defendemos a existência de um controlo democrático a todos os níveis. Uma das experiências a tirar dos países de Leste é essa: de que é preciso um controlo democrático, efectivo e a todos os níveis. É muito fácil

exorbitar-se os poderes que foram atribuídos, em todos os domínios, se esse controlo não existir.

Achas viável haver comunistas no Poder, num futuro próximo?

Acho viável, necessário e urgente!

## LEITURAS...

UM JORNALISMO  
com sabor a  
KETCHUP

**A** PESAR da pouca disposição do Primeiro-Ministro para a leitura dos jornais, e com razão - estragam muito a paisagem idílica com que o Governo veste o País -, penso continuar a justificar-se uma quotidiana atenção aos periódicos e a outros (cada vez mais só) fazedores de opinião e vendedores de enlatados e publicidade, os ditos *media*.

Continua a ser necessária, para estar vivo, uma boa dose de informação... mesmo se tropeçamos com demasiada frequência em lamentáveis prosas jornalísticas, como a do jornal «Público» de 7 de Fevereiro, sobre as eleições para o Parlamento Europeu.

É um longo «Destaque» de 5 páginas, onde avulta a já tradicional defesa oficiosa da mais-valia socialista e do seu secretário-geral, quase deus no título «PS: Guterres por todo o lado». Onde sobra o habitual contraponto anticomunista. Depois de uma jornalista, na coluna de «Comentário», referir a falta de «credibilidade política» do PCP, que «apostará, mais uma vez, em consolidar os votos dos marginalizados da modernização» (sempre há muitos marginalizados em alguns concelhos portugueses!), define-se pela negativa a peça específica sobre o PCP, com o esclarecedor título «Carvalhas não concorre a Estrasburgo!» Será que os secretários-gerais dos outros partidos portugueses vão concorrer?!

E eis que após viagem pelo PSD, onde as europeias vão provocar remodelação no Governo, e pelo CDS, onde «tudo depende de Monteiro», desaguamos na página 6. «Quem são os 24 deputados portugueses?» é o título do artigo onde, em faixas de cabeçalho e de rodapé, se estampam as fotografias de 10 dos felizes frequentadores dos corredores de Bruxelas e Estrasburgo.

Lá está o retrato do federalista sr. Capucho e de mais dois deputados do antifederalista PSD. Lá estão os senhores ex, Lucas Pires ex-CDS e futuro PSD, Pedro Canavaro ex-PRD eleito nas listas do PS. Lá está novamente o sr. João Cravinho, que já tinha tido fotografia de dedo em riste na página 3, certo que está «numa campanha protagonizada por Guterres». Lá está o, a muito custo ex-deputado europeu, Fernando Gomes, presidente socialista da Câmara do Porto. Lá está a ex-CDU e ex-Verde Maria Santos, agora integrada no Grupo Socialista. E embora não conste da galeria dos retratados nenhum dos três actuais deputados do PCP, onde se inclui o único português presidente de um Grupo Parlamentar, Joaquim Miranda, sejamos justos, lá está o camarada Rogério Brito que há três meses renunciou ao mandato e é hoje presidente da Câmara de Alcácer do Sal. E até, coisa admirável, a fotografia de um ex-PCP e actualmente ex-deputado. Que insondáveis designios terão levado o seleccionador do álbum a juntá-lo também ao ramalhete? O facto de ser desde já um futuro candidato e pré-deputado do PS? Isto é, a consideração de que antes de ser já o fora?!

Mas serão de estranhar estes estranhos e isentos critérios jornalísticos no vesgo tratamento do Partido dos trabalhadores portugueses num órgão de comunicação social, propriedade do Grupo Sonae - o tal que censurou um documento de democratas portugueses, mesmo quando foi tentada a sua publicação como publicidade paga, de solidariedade com Angola e o MPLA e repúdio pela criminosa actuação da UNITA?!

E quando há dias lemos, por acaso, no mesmo jornal, que o grupo multinacional agro-alimentar dos molhos Heinz adquiriu o jornal britânico «The Independent», fez-se luz no meu espírito. Nada de espantar que algum jornalismo saiba a *ketchup*!

## A imagem dos líderes empresariais

Mas, como ia dizendo, a leitura é sempre proveitosa e não devemos desanimar à primeira dentada que nos deixe uma sabor a tomate. Por exemplo, o interessante artigo de Clara Teixeira «Os Salteadores dos Grupos Perdidos» no Suplemento de Economia do mesmo jornal «Público» do já distante 22 de Novembro do ano que findou. Uma boa síntese da história recente dos maiores grupos empresariais da Europa, onde se explicitam algumas das razões dos desastres: «erros de gestão, estratégias de

diversificação mal sucedidas, endividamento e envolvimento em escândalos políticos e financeiros (...). E nele se esclarecem, com aquela santa ingenuidade que só bem intencionados jornalistas da economia atingem, as consequências do colapso desses grupos:

- Os «líderes empresariais» ficam com a «imagem» seriamente afectada.

- Os trabalhadores ficam no desemprego!

Vale a pena ler a via sacra do enriquecimento rápido, da corrupção, do nepotismo, do compadrio político dos partidos de direita e da social-democracia europeias, da absorção pelo poder económico do poder informativo, dos tentáculos vorazes e corruptores do grande polvo do capital transnacional, tecendo a teia que vai envolvendo cada vez mais homens, mais empresas, mais instituições, mais países, a que nem o Vaticano escapa sem resistir à tentação do dinheiro fácil, inchando, inchando... até estourar, feito bexiga de porco em brincadeira carnavalesca. É claro que, para lá de meia dúzia de figurões que vão parar à cadeia, os únicos que vão na enxurrada são os trabalhadores, que aos milhões nesta Europa «desenvolvida», no limiar do século XXI não encontram um emprego.

É a história dos Benedetti, dos Maxwell, dos Agnelli, dos Tapié, dos Conde.

É a história do Berlusconi, hoje activo chefe político da direita italiana, procurando opor-se ao crescer da maré dos trabajado-



AGOSTINHO LOPES  
Membro da Comissão Política

Os acérrimos defensores da iniciativa privada e das privatizações têm uma lógica tão sedutora como falsa: prejuízos privados, privados são; prejuízos públicos, é o bolso do contribuinte que paga.

res que, um pouco por toda a Europa, vão reganhando o seu imprescindível e insubstituível papel no combate ao capitalismo. (!)

É a história dos Ferruzzi, grupo que possui mais de um milhão de hectares de terra nos países onde a fome, a miséria e a doença depois justificam as ditas «intervenção humanitárias» do imperialismo, como aconteceu na Somália.

É a história dos que, lá e cá, continuam a inchar e a explorar. Por enquanto.

## A excelência da gestão privada

A falência brutal desses grupos, com as consequências dramáticas para a vida de milhões de europeus, e roturas dolorosas no tec-

do social e económico de muitas regiões da Europa, é também o desmentido brutal e categórico da «excelência» da gestão empresarial pelo capital privado. Da sua «insuperável superioridade» face à empresa e à gestão públicas! Da falência da teoria liberal e neoliberal, fundamentalista e absoluta vendida pelo grande capital, ensinada por ilustres doutores nas universidades, e levada à prática por subservientes governos de direita e social-democratas, do «só, e tão só, sacrossanto mercado», do glorificado «menos Estado».

Também por cá crescem os desacertos e desconcertos da gestão capitalista.

Até o «patrão» da Associação Industrial Portuguesa que, com a sua congénere CIP, é verdadeiro santuário do privado capital, se vê a braços com os prejuízos e possível falência do seu Grupo de Empresas Centrel.

Os acérrimos defensores da iniciativa privada e das privatizações têm uma lógica tão sedutora como falsa: prejuízos privados, privados são; prejuízos públicos, é o bolso do contribuinte que paga. Como se o encerramento de empresas, quaisquer que elas sejam, e a destruição de postos de trabalho não tivessem imensos custos sociais e económicos, pagos por todos nós! Mas, ironia do destino, no caso da Centrel, além dos prejuízos privados e do desemprego de centenas de trabalhadores, estão em causa (ainda) públicos capitais de accionistas como a Marconi, o IPE, o BFE...

Esquecem, certamente, os clamores de socorro financeiro, os perdões fiscais, os apelos públicos aos cofres do Estado, de quanto cão e gato neste País vai falindo as empresas, enquanto engrossam os cabedais próprios na especulação imobiliária, na roleta da Bolsa e outras roletas, nos jogos do câmbio, ... nos «negócios» das facturas falsas.

«Bom ano para as operações da Bolsa», assim se titulava o artigo do «Público» de 17 de Novembro passado, onde se referia que no fim do terceiro trimestre de 1993 já as corretoras levavam 900 mil contos de lucro!

E o Estado, pela mão do prof. Cavaco Silva, sempre, sempre pronto a ajudar com alguma «coisinha» dos dinheiros públicos os carenciados capitais privados. É ver os Mellos, extraordinários gestores que levaram à glória os melhores estaleiros da Europa, recebendo de prémio 43 milhões de contos e o direito a especular com os terrenos da Lisnave. É ver a Tertir, indemnizada em 38 milhões de contos pelos prejuízos resultantes da responsabilidade do Estado português na instituição do Mercado Único Europeu (quem indemniza os agricultores portugueses dos seus correspondentes e próprios prejuízos?).

E por hoje chega. Ficam para outra vez as leituras do escândalo Totta, em que o Governo não tem nenhuma culpa, segundo um ilustre deputado do PSD, e em que o PS, noutro plano, hipocritamente, alija também responsabilidades (quem abriu a porta às privatizações e ao figurino com que estão a concretizar-se?).

Ficam para outra vez os investimentos do capital privado aveirenses no partido do Governo! ■

(!) Seria ridículo fazer aqui referência à história dos Alves e Cia desta terra.

CONCURSO DOS ANOS  
Mais uma peça do "puzzle"

88 PÁGINAS  
com revista

CORREIO da manhã

Protestos no funeral do taxista

JORNAL DE NOTÍCIAS  
AVARIA PARALISA FURNOS DA SIDERURGIA DA MAIA DESDE JANEIRO

diário de notícias  
Lisboa e Brasília terão embaixadas conjuntas  
Freltas decide renunciar  
Lucas Pires certo no PSD  
A CAPITAL  
Tradição verga Cavaco  
TERÇA É GORDA  
PÚBLICO  
Expresso  
Champalimaud reúne 50 milhões para comprar maioria do Totta

# DROGA

■ António Filipe

Mais uma vez por iniciativa do PCP, a Assembleia da República debateu o gravíssimo problema da droga e propostas concretas para fazer frente a esse enorme flagelo social. No passado dia 10 de Fevereiro, foi debatido o Projecto de Lei do PCP que preconiza a criação de uma rede pública de centros de atendimento de toxicodépendentes e comunidades terapêuticas. Esta iniciativa foi recusada. Teve o voto contra do PSD e as abstenções do PS e do CDS.

A toxicodépendência cresceu de forma alarmante em Portugal ao longo da última década. Quem tenha uma visão do consumo influenciada pela realidade dos anos 60, em que as experiências alucinogéneas se apresentavam como forma de afirmação de sectores juvenis contestatários e de certa forma marcaram culturalmente uma geração, está hoje completamente arredado do mundo real e nada sabe do que representa a toxicodépendência nos dias que correm.

A realidade actual é marcada por dezenas de milhares de jovens portugueses que consomem heroína, nem para se afirmarem, nem para contestarem, mas porque se encontram absolutamente dependentes desse consumo, vivem exclusivamente para ele, não têm outra motivação na vida que não seja a procura incessante e a todo o custo da droga e dos meios para a obter.

Os efeitos nocivos para o sistema nervoso central, por vezes letais, das drogas geralmente consumidas pelos toxicodépendentes, independentemente das adulterações a que frequentemente são submetidas, são um dado indelével para a generalidade dos especialistas. A incapacidade de determinar o próprio com-

portamento que caracteriza os toxicodépendentes representa uma forma brutal de escravidão física e psíquica. Por isso o combate à droga tem de ser levado sem hesitações nem hipocrisias, por razões de saúde pública, e também em nome da dignidade do ser humano.

## Tratamento e reinserção social

### Carência de apoios

Não é aceitável que tendo a toxicodépendência a dimensão e a gravidade que tem, os serviços públicos vocacionados para o respectivo tratamento tenham uma dimensão nacional tão insuficiente e um ritmo de crescimento tão lento. A existência de pouco mais de 50 camas de internamento nesses serviços, em todo o país, acrescenta à toxicodépendência o drama da falta de auxílio ou do recurso a instituições particulares a praticar preços incompatíveis.

Tomando como base de trabalho ratios de validade reconhecida em diversos países europeus, impõe-se desde já a generalização da existência de Centros de Atendimento de Toxicodépendentes em todos os distritos, a criação de mais 60 camas para internamento de curta duração e a existência de cerca de mil camas em comunidades terapêuticas, na base de uma cama por cada dez mil habitantes. Sem prejuízo de futuramente, face a dados estatísticos e epidemiológicos fiáveis relativos à situação da toxicodépendência em Portugal, que sendo indispensáveis ainda não existem, se revelar como necessário ajustar em definitivo o dimensionamento de uma rede pública nacional capaz de responder eficazmente a este flagelo social.

O investimento necessário para a criação de uma rede de centros de atendimento distritais, incluindo, para além dos já existentes, seis centros com internamento, seria, a preços de 1993, da ordem dos 400 mil contos. A criação de 1000 camas em comunidades terapêuticas custaria cerca de 1,9 milhões de contos. Os custos de funcionamento da rede que se propõe seriam aproximadamente de 700 mil contos anuais para os CAT e de 1,5 milhões de contos para as comunidades terapêuticas. Estas verbas, sendo naturalmente elevadas, constituem um investimento que se justifica plenamente e que não serão mais do que uma pequena fatia do orçamento da Saúde, cada vez mais esbanjado no pagamento de actividades privadas.

### Combate global

Como todas as medidas que se tomem no combate à droga, esta iniciativa, só por si, tem um carácter limitado. O combate à droga tem múltiplas vertentes indissociáveis. O tratamento e reinserção dos toxicodépendentes é só uma delas, mas é muito importante.

As medidas de combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais provenientes dessa actividade, a consideração das formas mais correctas e eficazes de intervenção do sistema judiciário face ao consumo e ao tráfico, ou a adopção de medidas de prevenção primária, são evidentemente indispensáveis. Sobre todas estas vertentes de intervenção são conhecidas as iniciativas, reflexões e propostas do PCP, veiculadas através da actividade do Grupo Parlamentar do PCP nesta Assembleia, dos Deputados do PCP no Parlamento Europeu, ou da Comissão do PCP para as questões da toxicodépendência e narcotráfico. É também conhecida a reflexão relevante promovida pela JCP sobre estas matérias.

Mas mostra-se evidente que não é possível conceber uma política coerente de combate à droga que não encare o tratamento e reinserção social como uma vertente fundamental. Quer seja considerada em si mesma, quer do ponto de vista da sua complementaridade com outras medidas.

Não é hoje possível conceber uma intervenção correcta do sistema judiciário em matéria de consumo de drogas sem que exista capacidade disponível para o tratamento e reinserção social dos toxicodépendentes que entrem em contacto com ele.

O consumo de drogas é um comportamento juridicamente censurado, na base de uma concepção que considera a vida, a integridade e a dignidade humanas como bens indisponíveis que devam ser tuteladas e protegidos no interesse dos próprios indivíduos. Essa protecção, porém, face a uma realidade patológica como é a toxicodépendência, só pode ser correcta e eficaz se encarar o tratamento e reinserção social como objectivos fundamentais.

No entanto, como é óbvio, não há tratamento possível se não existirem estruturas e meios que o assegurem. E actualmente não existem.

Na falta de uma rede pública suficiente de centros de atendimento de toxicodépendentes e de comunidades terapêuticas não é possível realizar uma política séria de combate à toxicodépendência.

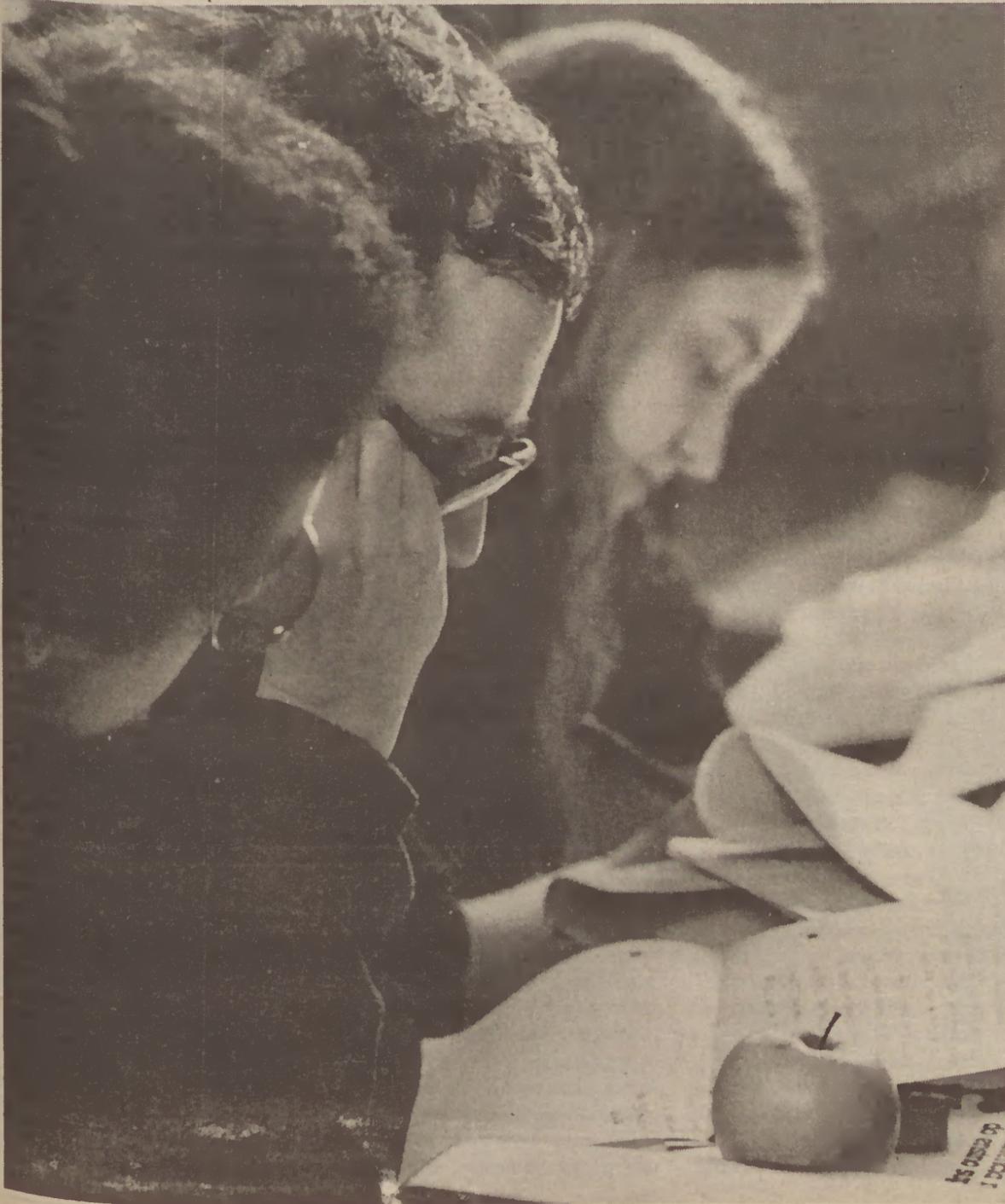
Isto mesmo tem vindo a ser reconhecido ultimamente por altos responsáveis governamentais. É certo que a promessa de dotar todos os distritos do país com centros de atendimento de toxicodépendentes foi muitas vezes repetidas pelo futuro administrador da RDP ao tempo em que era ministro da Saúde, sem ter sido cumprida. É certo também que no último Orçamento de Estado, o PSD recusou um comprometido financeiro com esse objectivo, que foi proposto pelo PCP.

Porém, o facto de recentemente o sr. ministro-adjunto ter assumido como seu o objectivo constante do Projecto do PCP e ter anunciado a disponibilização de verbas para esse efeito, obtidas com as receitas do recém-criado Joker, permite que algumas ilações sejam retiradas:

Primeira, a de que existe um amplo consenso social quanto à necessidade de dotar o País de forma adequada com serviços destinados ao tratamento de toxicodépendentes, tal como o PCP propôs;

Segunda, a de que existem finalmente meios financeiros para a concretizar, embora lamentavelmente não provenham do Orçamento do Estado;

Terceira, a de que o Projecto de Lei do PCP só foi recusado porque prevaleceu mais uma vez entre a maioria o sectarismo partidário mais lamentável e míope, que consiste em recusar propostas que se reconhecem válidas pelo simples facto de terem sido apresentadas pelo PCP. ■



# MÉXICO JÁ ESTÁ A ARDER

■ Manoel de Lencastre

Circula actualmente na Grã-Bretanha uma brochura, aliás bem feita e apresentada, que explica as potencialidades industriais, comerciais e exportadoras da República do México no momento em que o «Acordo de Comércio Livre Americano (NAFTA)», segundo se afirma no documento em questão, introduz a grande nação latino-americana no mundo de promessas que vai ser o século vinte e um.

## Na «NAFTA»

«É o início de uma nova era e a figura do presidente Carlos Salinas de Gortari será para sempre lembrada», diz-se, exaltadamente. Depois, surge a descrição das principais actividades económicas mexicanas através das quais se pretende a conquista do Mundo: os produtos da Casa Pedro Domecq; as indústrias extractivas de minérios diversos e de metais como a prata e o ouro; a do petróleo; as grandes cadeias de supermercados e de comercialização; as fábricas de calçado «Canada» cuja produção ascende a 50 000 pares de sapatos por dia; as conhecidas ganadarias de Cuantitlan Izcatli, no Estado de México, grandes produtores de lacticínios; os não menos famosos sumos de frutas «Jugos del Valle», de Teptzotlan; o sistema de transportes de carga «Dina»; as águas minerais e os produtos de origem agrícola da empresa «La Floresta» (cafés, arroz, mel, azeitonas, cacau, especiarias diversas) vendidos também na Europa através da subsidiária de Toledo, em Espanha; os grupos bancários suficientemente conhecidos; a indústria do turismo que, através da firma «Fonatur» oferece aquilo que designa como «partes do paraíso» na zona do Pacífico — tudo, enfim, a fazer-nos crer que, sob a direcção de sucessivos governos e presidentes do Partido Institucional da Revolução, o México não pertence mais ao chamado «Terceiro Mundo» mas entrou no grupo dos países industrializados e vive em plena prosperidade.

Infelizmente, as coisas, na realidade, não são bem assim. Todos nos demos conta, com estupefacção, do drástico e sanguinário esmagamento da séria revolta popular que eclodiu no país, recentemente, com o governo a recorrer à utilização de helicópteros de ataque e aviação de combate, porque no México da NAFTA a voz do povo oprimido não pode ser ouvida e a servidão ao capitalismo «gringo» é o preço, no fim de contas, para a pseudo-entrada no círculo dos países industrializados. Mas o México tem fome. A pobreza é a realidade da vida do seu povo. E a sombra da histórica figura de Emiliano Zapata, «leader» da revolução camponesa e de todo o país, em 1910-1920, volta a inspirar os mexicanos fazendo-os pensar, agitando-os, elevando-os ao seu melhor nível de povo a quem as conquistas da grande revolução foram subtraídas.

De algum modo, o povo do México sente que o «comércio livre» da NAFTA encerra novas grilhetas, novas misérias para as grandes massas de trabalhadores da indústria e do proletariado rural. A NAFTA é o alargamento do raio de acção dos potentados económicos norte-americanos aos mercados do Sul (México) e do Norte (Canadá) através do desmantelamento das últimas protecções de natureza aduaneira e fiscal. Para os mexicanos, especialmente, será o fim de uma era. Mas poderá ser, também, o começo de uma nova trajectória. O futuro está, como nunca, nas mãos do seu povo.

## Bancos portugueses são de Portugal

Dizem que o Banco Totta & Açores, designado em Espanha como uma simples filial do Banco Español de Crédito (Banesto), poderá voltar a cair, se os administradores do falido banco espanhol nomeados pelo Banco de España assim o acharem conveniente, sob o controlo de certos capitalistas portugueses. E José Manuel de Mello, na opinião do insuspeito e sempre bem informado «Financial Times», seria um dos mais sérios candidatos.

Mas a presença da família Mello no seio do importante banco português já vem de longe. Aos Mellos, domina-os, e isso até se compreende, para além de naturais interesses financeiros, o instinto do regresso ao passado — uma ilusão, porque o passado, quando retorna, vem embalado em condições diferentes. Com efeito, foi em 1921 que o então D. Manuel de Mello, genro de Alfredo da Silva, apareceu ligado ao «José Henriques Totta». Alfredo da Silva, o homem da famosa Companhia União Fabril, já vinha do Banco Lusitano nos tempos em que ser banqueiro em Portugal era coisa fácil —

nasciam e faliam bancos, no nosso país, todos os dias, praticamente.

Entretanto, a grande crise internacional e portuguesa, consequentemente, colocou Alfredo da Silva perante uma agonizante situação que não é para qualquer nem é de todos os dias, francamente — ser industrial ou ser banqueiro. Preferiu a primeira dessas duas actividades e o genro, então, o referido D. Manuel de Mello, foi substituí-lo na Casa Totta quando esta, embrulhada na grande crise, já não dispunha de forças para sobreviver sem a entrada de dinheiro fresco.

Assim, a 15 de Dezembro de 1930, deram-se as inevitáveis alterações na estrutura social e dirigente do banco. José Paes Borges, cedeu a sua quota a D. Manuel de Mello, e os outros sócios, António Augusto Costa Ramos, João Gomes, Herdeiros, e Carlos Alberto Rodrigues, cederam as suas a favor da «Sociedade Geral» que, como a «Tabaqueira» eram empresas criadas e possuídas por Alfredo da Silva, o empreendedor que, havendo entrado para o banco quando José Henriques Totta soçobrava, se afastava agora, como dissemos, para prosperar no sector das indústrias químicas e outras. Mas os seus interesses no banco, evidentemente, permaneceram. O novo Totta, assim, ganhou outro fôlego que lhe permitiu lançar-se na via que lhe conhecemos, até que o governo patriótico do 25 de Abril nacionalizou, e bem, toda a indústria bancária.

Aquilo que se passou depois, acha-se bem fresco na memória de todos nós. A ironia está em que os Mellos pretendem que ainda é seu um Banco que, na realidade, deixou de sê-lo. O Totta, como todos os bancos portugueses, não pertencem às famílias e aos grupos bancários portugueses ou internacionais. Pertencem a um país chamado Portugal. E a prova de que assim é, está perfeitamente à vista quando olhamos o espectacular descalabro a que tem conduzido a ilusão das privatizações. ■



## Emigrantes com Problemas Parte IX

A escritura do prédio da Rua Dr. António Granjo, em Algés, fora marcado para Abril. Mas, em Fevereiro, Cipriano Guerreiro não conseguira transferir os 250 contos mensais a que se obrigara, nos termos do contrato de compra e venda celebrado com o construtor. Consequentemente, a atitude do gaioleiro de Algés e de Paio Pires registou-se através do telegrama seguinte:

«Não recebi a mensalidade vencida a 28 de Fevereiro. Espero transferência, em 31 de Março, da importância de 500 contos mais os respectivos juros. Na falta da mesma, considerarei nulo o nosso contrato.»

Era a hora dos almoços, mas o restaurante do Cipriano, a «Pérola do Atlântico», achava-se vazio. Apareceu Carvalhais, a pedir um café. «É um bagaço», acrescentou. A um canto, os empregados de mesa conversavam baixinho adivinhando, certamente, o colapso próximo do empreendimento de Cipriano. E a este, morria-lhe a alma. Sentia-se desconjuntado, vazio, sem forças, e tremiam-lhe as mãos. Ele próprio serviu o café pedido por Carvalhais, um velho amigo que chegara com ele ao Canadá pretendendo também, que ia ver os Jogos Olímpicos. Carvalhais, que possuía uma oficina de reparações de automóveis, falava franco: «Homem, tens isto às moscas. Passa-se alguma coisa?»

«O tempo não ajuda. Não vês? O inverno afugenta os clientes». Chegou uma carta registada. Carlos Maganão, o empregado de mesa, principal, assinou o recibo e levou-a ao patrão. Carvalhais, pagou o café e saiu. Havia silêncio, um silêncio de maus prenúncios e Cipriano, tentando combater o lúgubre ambiente que estava patente, ligou o aparelho de TV cujas rápidas imagens de um jogo de hóquei sobre o gelo chamaram a atenção dos empregados. Leu a carta, impacien-

temente. Vinha do banco e os seus termos eram assustadores. Dizia o seguinte: «No fecho do movimento de hoje, verifico que a conta-corrente de «A Pérola do Atlântico», garantida pessoalmente por si e pela senhora Guerreiro, apresenta um saldo devedor de 50 000 dólares canadianos. Agradeço a respectiva liquidação dentro de oito dias e peço o obséquio de não emitir mais cheques que o banco, evidentemente, não estará em condições de cobrir. Assinado: o gerente.»

Passou à cozinha, rapidamente, e colocou a carta sobre a mesa grande onde se preparavam os serviços do restaurante. Mariana, sem nada que lhe ocupasse o tempo, limpava peças de loiça que raramente utilizava e dificilmente, portanto, careciam dessa operação. Mas, vendo o nome do banco no cabeçalho da carta, adivinhou-lhe o conteúdo. A sua atitude quanto à situação criada pela imprudência do marido, alterara-se, entretanto. Deixara de chorar. Para si, dadas as condições, a derrocada tornava-se inevitável, estava à vista, aproximava-se.

«Entrega-lhes o prédio, Cipriano. Que fiquem com tudo, com o hotel, o restaurante...»

«Não querem» disse o marido, «exigem o dinheiro, atão não falei já com eles?»

Mariana, compreendendo o erro monumental cometido pelo esposo, via perfeitamente, porém, que ele lutava contra forças que de modo algum poderia influenciar. Tivera o bom senso de reconhecer que no meio daquela catástrofe, as boas qualidades do marido se mantinham. Cipriano não era homem de negócios. Ela, sim, gostava de dinheiro, mas era a ele que competia dirigir as coisas. Sempre tinham vivido felizes, assim. Via-o sofrer. Amava-o mais, por isso, resolveu-se, então, a ler

a carta, após o que, sem demonstrar surpresa, disse:

«Estão a estrangular-nos Cipriano, tal como fizeram ao meu pai, em Santiago (!) — não lhe queriam a cortiça, não lhe queriam o armazém nem as casas. Só falavam no pagamento das letras. E o parvo, ia-lhes dando, por conta, tudo o que arranjava. Mas lavrados os protestos no tribunal, caíram-lhe sobre as coisas e ao dinheiro que tinham recebido chamaram-lhe juros, despesas e encargos. Nem a bicicleta escapou.»

Cipriano sentia-se mais triste ao ouvir aquelas histórias. A voz tremendo-lhe, achando-se à beira de sustentar inaceitáveis prejuízos e de perder todas as economias realizadas em muitos anos de Canadá, desabafou aquilo que mais lhe doía no coração:

«O prédio comprado em Algés, minha filha, irá também por água abaixo... não sei para que lado voltar-me... se tivesse coragem...»

«Coragem para quê, Cipriano? Estamos falidos? Muito bem. O meu pai também faliu. E maior ainda foi a falência dos Parreiras que eram donos de meio Alentejo e ficaram nuzinhos. Nós, Cipriano, levanta-me esses olhos, homem!, ainda seremos capazes de regressar ao Saskatchewan e começar de novo. Não disseste, há dias, que das nossas derrotas construiremos vitórias?»

Já não encontrava respostas para a própria mulher. Antes, era ele quem tudo decidia, quem procurava solução para os problemas da vida do casal. Sentia-se vencido, tinha medo, medo das consequências imprevisíveis que o tempo construiria a partir da trágica situação em que se achava. Mas a porta da cozinha abriu-se e Carlos Maganão, sem ousar entrar, perguntou:

«Seria possível uma palavrinha, só Cipriano?» ■

(!) Santiago do Cacém

Encontro do PCP  
exige inversão de política

# O DESERTO NA PLANÍCIE ALENTEJANA

«Regionalizar e desenvolver» foi o lema do Encontro de quadros comunistas realizado no passado sábado em Beja, que se debruçou sobre a situação no Alentejo, tendo em conta os resultados das eleições de 12 de Dezembro, o Plano de Desenvolvimento Regional e o Programa Operacional da Região do Alentejo, no contexto do novo Quadro Comunitário de Apoio. Os presentes debateram ainda a decisão governamental sobre o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, defendendo a necessidade da urgente criação das Regiões Administrativas.

A encerrar o Encontro, que contou com a presença de mais de 250 quadros comunistas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e de quatro concelhos do Sul de Setúbal, interveio o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que referiu a crescente «desertificação do interior do País», notando que «o Alentejo não foge à regra».

Como sublinhou, «os níveis de desenvolvimento do interior do país afastam-se cada vez mais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e do Litoral. A bicefalia e a litorização do país têm-se vindo a agravar».

## Como Pilatos

Para Carvalhas, «confrontado com esta realidade, Cavaco Silva em vésperas de Carnaval, mascara-se e toma a postura de Pilatos. Lava as mãos», acusou o dirigente comunista recordando as recentes declarações do Primeiro-Ministro em entrevista à TVI.

No entender do secretário-geral do PCP, esta atitude verifica-se «como se a desindustrialização do país e a ruína da agricultura nada tivessem a ver com o Governo, como se o seu governo não fosse o responsável directo pelo aumento das assimetrias regionais».

«Postura de Pilatos face ao caso Totta e à recusa pelo PSD do inquérito parlamentar proposto pelo PCP. Postura igual acerca do esbanjamento dos dinheiros públicos para efeitos eleitorais aos ministros da Saúde e Obras Públicas, ou quando candidamente diz que foi o seu Governo que propôs uma nova lei sobre o financiamento dos Partidos, ou quando aborda a evasão fiscal ou ainda quando se refere à corrupção ou ao desemprego, ao trabalho infantil e aos salários em atraso».

Neste sentido, Carlos Carvalhas acrescentou que «é uma realidade que com a política do PSD, o emprego precário tornou-se regra e a especulação e a Bolsa como Templos da República».

«O desenvolvimento é sacrificado à submissão a Maastricht, à concentração da riqueza e ao clientelismo».

Assim se explica, segundo o líder comunista, «o recente anúncio do actual ministro da Economia de ligar as privatizações à dinamização do mercado de capitais, comprometendo-se a privatizar uma empresa por mês».

«O desemprego aumenta diariamente, mas para o Governo o que conta é o leilão do riquíssimo património público e a satisfação da avidez das clientelas. Em vez da promoção do investimento produtivo que crie empregos e empregos qualificados o Governo dedica-se à transferência da propriedade».

Carvalhas frisou que não se trata de «esperar por uma retoma do crescimento para criar empregos como diz Cavaco Silva, mas ao contrário batermo-nos pela criação de empregos de qualidade que são eles sim o grande factor do relançamento viável da economia».

## Salários caem 10% desde a adesão

Por outro lado, «a submissão às políticas de Maastricht vão no sentido contrário à necessidade do relançamento da economia», disse o secretário-geral que aludiu a um relatório da Comissão das Comunidades Europeias, agora divulgado, onde se afirma que as «despesas com os salários caíram em Portugal cerca de 10 por cento desde a adesão do nosso país à

CEE, sendo o país da Comunidade com mais baixo nível salarial».

Carvalhas aproveitou para criticar o aumento nominal do salário mínimo em 4 por cento, condenando o Governo por negar «mais uma vez as suas promessas eleitorais e o princípio constitucional que garante ao salário mínimo a devida revalorização face ao aumento do custo de vida».

Contudo, com fez questão em salientar, aquele «aumento» significa na prática «uma diminuição de mais de dois pontos percentuais. O mesmo se passa em relação ao bloqueamento da contratação colectiva e em relação à proposta da tabela salarial para os trabalhadores da Administração Pública», acrescentou.

Considerando aquela proposta como «uma afronta aos trabalhadores», Carvalhas saudou «a sua luta e a sua jornada de greve», adiantando que «a luta pela actualização condigna dos vencimentos da Administração Pública e pela anulação da lei dos Disponíveis, que não é mais do que um elemento de chantagem sobre os trabalhadores, é uma luta justíssima. A posição do Governo só pode ser compreendida por revanche, tanto mais que no Orçamento de Estado a dotação provisional permite uma outra proposta».

## Alentejo e Alqueva

Referindo-se à questão do Alqueva, Carlos Carvalhas afirmou que foi através da «luta persistente» que «conseguimos arrancar a decisão política sobre a construção do empreendimento do Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo».

Reconhecendo que se trata de «um empreendimento com grandes incidências em todo o evoluir desta região», o dirigente comunista deixou claro que «o Alentejo não pode ficar à espera da conclusão do Alqueva».

«Até lá é necessário dar resposta a alguns dos seus problemas mais urgentes, aproveitar os seus recursos e levar à prática uma política de desenvolvimento integrado. Mas é também necessário criar desde já as condições para que o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo sejam concretizados com êxito e que se tenha em devida conta os interesses das populações que possam ser afectadas como é o caso entre outros, da população da aldeia da Luz e dos trabalhadores da fábrica Portucel, em Marvão».

O secretário-geral sublinhou ainda que «o Alqueva não pode ser governamentalizado», considerando «inaceitável que o Conselho Consultivo da Comissão Instaladora do Alqueva, que incluiu oito representantes do Governo, tenha apenas um representante dos agricultores, designado por despacho do ministro da Agricultura, e que os trabalhadores e as autarquias, não tenham nenhum representante». ■



# Regionalizar para desenvolver

**Os 250 participantes do Encontro aprovaram um comunicado que divulga as principais conclusões do debate. O texto, que a seguir se transcreve, reclama, nomeadamente, o fim da CCRA e o avanço decidido da criação e instituição das Regiões Administrativas até ao fim de 1995.**

O Encontro salienta a expressiva e significativa vitória da CDU no Alentejo, maioria CDU em 28 dos 47 concelhos da região, considerando ser a mesma uma inequívoca demonstração do reconhecimento, pelas populações alentejanas, da notável obra realizada pelos comunistas e outros democratas da CDU no poder local, um claro testemunho de apoio às propostas e à política do PCP para o Alentejo e um novo e rotundo não à política de direita que, sucessivos governos do PS, PS/CDS, PSD/CDS, PS/PSD e sobretudo do PSD, vêm praticando há 18 anos consecutivos, com as e desastrosas consequências de todos conhecidas: a crise económica, a destruição da Reforma Agrária, o desemprego em massa, o envelhecimento e a desertificação crescente de uma região que representa 1/3 do território nacional.

O Encontro condena veementemente a falta de ética e honestidade política, para a hipocrisia e ausência de princípios, que caracterizou a intervenção da maior parte dos candidatos do PS e do PSD que, silenciando as inequívocas responsabilidades dos respectivos partidos na destruição das UCP/Cooperativas da Reforma Agrária e consequente liquidação de dezenas de milhares de postos de trabalho, na reconstrução das velhas e caducas estruturas fundiárias, na falência da agricultura e ruína de milhares de pequenos e médios agricultores, no boicote ao projecto do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, na alienação dos nossos recursos mineiros, na delapidação dos milhões de contos da Comunidade Europeia, no estrangulamento financeiro às autarquias, na obstrução à regionalização, tudo fizeram para fazer crer que a grave situação que se vive no Alentejo seria o resultado da existência de um Poder Local maioritariamente comunista e não de uma má política governamental ao serviço dos grandes proprietários absentistas e latifundiários em tudo contrária aos interesses e necessidades da região e do povo alentejano. A verdade, pelo contrário, é que os indicadores que dependem da área do Poder Local estão acima da média do País, sendo o inverso para aqueles que dependem da intervenção da Administração Central.

O Encontro, saudando a renovada confiança do Povo do Alentejo nos comunistas e outros democratas da CDU, reafirma o empenho dos Comunistas Alentejanos em prosseguir no poder local, com trabalho, honestidade e competência, a sua obra em prol do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida das gentes do Alentejo.

O Encontro avaliou a situação no Alentejo tendo presente os resultados obtidos com os 203 milhões de contos disponibilizados para o Alentejo no contexto do 1.º Quadro Comunitário de Apoio/PDR 89-93 bem como as perspectivas resultantes do novo PDR 94-99 e do Programa Operacional da Região Alentejo no âmbito do 2.º Quadro Comunitário de Apoio que prevê um total de 544 734 milhões de contos para a região considerando nestes o investimento para Alqueva.

O Encontro, reafirmando a opinião de que as verbas disponibilizadas são manifestamente insuficientes, face à gravidade da situação que tem vindo a ser criada no Alentejo, tal como noutras zonas do País, considera no entanto que a causa principal dos estrangulamentos que conduzem à estagnação económica, ao envelhecimento e à desertificação da região são as opções políticas deliberada e conscientemente tomadas pelo governo Cavaco Silva/PSD e que se inserem e subordinam às estratégias do grande capital.

O Encontro considera que a inexistência de um plano integrado para o Alentejo como há muito foi reclamado, o atraso no arranque de Alqueva e na prossecução do Plano de Rega do Alentejo, a falta de incentivos específicos para reanimar a plataforma de Sines ou para melhorar a produtividade dos regadios bem como para atrair investimento para a região, a não implementação da metalurgia de cobre e a entrega de Neves Corvo a uma lavra de rapina, bem como a crise nas minas de Aljustrel, as dificuldades no sector das rochas ornamentais, a falência das indústrias agro-alimentares, o manifesto atraso na melhoria dos eixos rodoviários principais ou a não construção da auto-estrada pelo interior do Baixo Alentejo, a inexistência de um cais de carga geral em Sines ou a não criação e instituição de regiões administrativas, os cerca de 40 mil desempregados, a que corresponde a maior taxa de desemprego do País,

não são acasos ou fatalidades mas o resultado de uma política alheia aos interesses da região e do País.

O Encontro, condenando energicamente a política em curso, responsabiliza o PSD, o seu governo e a sua maioria na Assembleia da República pelo atraso na implementação dos projectos estratégicos e estruturantes para o Alentejo, há muito reclamados pelo PCP, organizações sociais e autarquias, e pela sua persistência na implementação desta política que a não ser rapidamente travada e invertida irá condenar a região alentejana a entrar no séc. XXI mais atrasada, envelhecida e desertificada, com maiores e mais profundas disparidades em relação a outras regiões do País e da Europa.

O Encontro considera que, num estado Democrático e de Direito, é inaceitável que um partido instrumentalize as instituições para satisfazer os seus objectivos estritamente partidários e a gula insaciável das suas clientelas ignorando a vontade do Povo Alentejano, livre e democraticamente expressa e reafirmada nas urnas em sucessivos actos eleitorais, cego, surdo e mudo às propostas dos seus mais próximos e legítimos representantes, numa postura arrogante e autoritária que ignora e contraria o próprio espírito e letra da Lei Fundamental do País – a Constituição da República Portuguesa.

O Encontro considera que um governo que caracteriza a situação de envelhecimento e desertificação do Alentejo como extremamente grave e preocupante, que admite como válidas as projecções que apontam para o agravamento desses indicadores até ao final do século, se não for invertida a política em curso, que reconhece e consagra nos seus estudos que «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos», que sabe que cresce o défice agro-alimentar do País que importa hoje cerca de 70% do que consome enquanto lança na ruína os produtores nacionais e que apesar disto tudo persiste no novo Plano de Desenvolvimento Regional/PDR-94-99 em não definir nenhum programa nem nenhum sistema de incentivos que promovam o desenvolvimento e a reestruturação da agricultura que assiste ao encerramento das poucas agro-indústrias implantadas na região, não cria um sistema específico de incentivos para melhoria da produtividade dos regadios, que decide o arranque de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo amputando-o significativamente de uma das suas mais importantes valias – o regadio, que subscreve uma nova PAC – Política Agrícola Comum – contrária aos interesses nacionais, não acautelando a especificidade da agricultura portuguesa nem definindo um quadro de objectivos de especializações culturais, é um governo sem perspectivas e visão nacional e logo um governo que perde legitimidade de governar.

## Alqueva

O Encontro, salientando a importância estratégica e estruturante do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, aprovou uma importante resolução onde se desenvolvem, de forma mais aprofundada, as opiniões dos comunistas alentejanos sobre este importante empreendimento bem como as reivindicações e considerações que julgam fundamentais para o êxito do mesmo. O Encontro considera que as valias resultantes da irrigação da terra devem reverter para a posse do Estado e as terras valorizadas serem objecto de reestruturação fundiária que corresponda aos interesses dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores da região, proprietários ou rendeiros. O Encontro considera ainda que devem ficar no domínio público os terrenos envolventes do perímetro da albufeira bem como as ilhas resultantes do enchimento da mesma. O Encontro defende a participação de um representante das autarquias do Alentejo na Comissão Instaladora e o alargamento do Conselho Consultivo a maior número de representantes de Organizações de Agricultores, das Uniões Sindicais, Regiões de Turismo e Organizações Empresariais do Alentejo.

O Encontro considera que o novo PDR-94-99 não serve o Alentejo pois não consagra fundos suficientes para a região, governamentaliza a gestão de mais de 91% das verbas, marginaliza os parceiros sociais e as autarquias que reconhecidamente se revelaram como as entidades mais capazes de gerir melhor e mais eficazmente os fundos disponíveis, não contempla muitas das propostas feitas designadamente pelos órgãos do Poder Local, não especifica nem clarifica o que se vai fazer com importantes e estratégicos projectos e sectores ficando-se pela apresentação de tímidos exemplos, orçamenta verbas ridículas em sectores essenciais como a saúde e o ensino, regionaliza responsabilidades centrais e refere a transferência de novas responsabilidades para as autarquias



nas áreas de saúde, ensino e cultura sem clarificar o quê e em que condições. O Encontro denunciando a farsa que o governo Cavaco/PSD vem fazendo em torno do que chama diálogo e participação mas que, como a vida demonstra, não passa de mera propaganda, alerta desde já a opinião pública, e o Povo do Alentejo em particular, para as inevitáveis correrias de Ministros e Secretários de Estado que, colocando 1.ª e 2.ª pedras em novos e velhos projectos não deixarão de tentar fazer demagogia com os milhões da CE, sobretudo em vésperas de eleições, para fazer esquecer a má política que vêm e querem continuar a praticar.

## Regionalização

O Encontro, considerando o importante papel que as Regiões Administrativas podem e devem ter no aproveitamento e potencialização dos recursos disponíveis, denuncia a estratégia do PSD de protelar a sua criação e instituição. A ausência de Regiões favorece o propósito do Governo de gerir discricionariamente os milhões do novo Quadro Comunitário de Apoio e intervir assim de forma determinante numa região onde não dispõe de apoios significativos mas onde pode por esta forma, dar satisfação às suas clientelas e prosseguir a sua política de tráfico de influências à custa do aparelho do Estado.

O Encontro, que recusa terminantemente esta política de compadrio e clientelismos que ameaça o presente e o futuro do Alentejo, aprovou uma importante resolução sobre a Regionalização reclamando o fim da CCRA, enquanto elemento estranho e imposto contra a vontade do Povo Alentejano, e o avanço decidido da criação e instituição das Regiões Administrativas no Continente, importante pilar da democracia participada que a Constituição consagra e o PSD não cumpre. O Encontro manifesta a disponibilidade dos comunistas, para em matéria de áreas regionais viabilizar soluções que respeitem a vontade popular como forma de garantir a criação e instituição de Regiões Administrativas. O Encontro desafia o PSD e o PS a assumir idêntica posição.

Assinalando a importância dos projectos de lei rerepresentados pelo PCP esta semana na Assembleia da República, o Encontro sublinha o particular significado da proposta de calendário da Regionalização, com vista à sua institucionalização até ao fim de 1995. Recorda em particular que o PSD prometeu no seu programa e manifesto eleitorais a instituição das Regiões Administrativas na presente Legislatura.

O Encontro aprovou ainda uma Resolução sobre as Regiões de Turismo no Alentejo considerando a urgência da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico para a região sublinhando a necessidade da criação de uma Região de Turismo para o Alentejo como solução mais adequada para responder positiva e eficazmente aos desafios de afirmar o Alentejo no futuro do Turismo em Portugal.

O Encontro aprovou igualmente um importante conjunto de medidas para o reforço do trabalho do Partido no Alentejo.

O Encontro, salientando a importância da luta dos trabalhadores contra a política de direita em curso, em defesa dos salários, em que se destaca a luta dos trabalhadores da Administração Pública, exorta as populações do Alentejo à participação activa nas jornadas de acção e de luta em curso com destaque para a jornada de luta da CGTP-IN marcada para 26 de Fevereiro próximo.

Saudando o 20.º aniversário do 25 de Abril, o Encontro exorta todos os comunistas a intervir activamente com confiança e determinação no esclarecimento e mobilização do povo do Alentejo, certos de que este, com a consciência e combatividade que lhe é reconhecida, não deixará de corresponder ao apelo e à luta pelo progresso e o bem-estar do Alentejo.

O Encontro apela a todos os alentejanos, às suas organizações e instituições para que façam do ano de 1994 – ano do 20.º Aniversário do 25 de Abril – um ano de acção e de luta pela regionalização e o desenvolvimento do Alentejo.

O Encontro realça que as comemorações do 1.º de Maio deverão constituir uma importante jornada de repúdio pela política do PSD e de combatividade e unidade dos trabalhadores portugueses em torno da CGTP-IN, apelando à participação de todos os trabalhadores e do povo do Alentejo nas comemorações do 1.º de Maio.

O Encontro considera da maior importância que o povo do Alentejo reafirme de forma inequívoca o seu não à política de direita nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e contribua com o seu voto para a construção de uma alternativa democrática expressando mais uma vez o seu apoio aos comunistas e outros democratas da CDU que de forma coerente, nos bons e nos maus momentos, sempre estiveram, estão e estarão na primeira linha da luta em defesa dos interesses e mais profundas aspirações dos alentejanos e do Alentejo. ■

## Alqueva

O Encontro de Quadros dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e 4 concelhos do Sul de Setúbal do Partido Comunista Português avaliou o significado da decisão tomada no sentido de se avançar com o Projecto de Alqueva e Plano de Rega do Alentejo bem como das medidas, conhecidas, tomadas ulteriormente na sequência de tal decisão.

O Encontro reafirmando a importância da decisão tomada, e reconhecendo a justeza da luta desenvolvida ao longo dos anos pelo povo do Alentejo e em que os Comunistas tiveram destacado papel, considera um grave erro a não inclusão do distrito de Évora no âmbito do empreendimento bem como a intenção manifestada de não avançar no imediato com a construção do subsistema do Ardila o que significa excluir do projecto toda a zona crítica da Margem Esquerda do Guadiana. O Encontro considera inaceitável que, depois de tantos anos de boicote ao empreendimento por sucessivos governos do PS, PSD/CDS, PS/PSD e PSD, que tão graves consequências tem acarretado para o Alentejo e para o País, se tome a decisão de arrancar como o projecto amputando-o significativamente de uma das suas mais importantes valias a irrigação do Alentejo. Num País que importa hoje cerca de 70% dos produtos agro-alimentares que consome uma tal decisão não constitui apenas uma má decisão contra o Alentejo mas um atentado contra os interesses do País.

O Encontro salientando o carácter estratégico de Alqueva enquanto reserva de água, elemento essencial ao desenvolvimento do Alentejo, valorizando a sua valia eléctrica — energia nacional e não poluente, e reconhecendo as inúmeras potencialidades, considera no enquanto que é o Plano de Rega do Alentejo que, rasgando horizontes a uma nova, moderna, e diversificada agricultura, pode contribuir e dar

um grande impulso para arrancar o Alentejo da estagnação, da desertificação e envelhecimento para que tem vindo a ser conduzido por uma política que, correspondendo aos interesses dos grandes proprietários e latifundistas tem estrangulado, levado à ruína e à destruição o mundo rural alentejano.

O Encontro considera que não basta reconhecer, como se reconhece e bem no Programa Operacional da Região do Alentejo 1994-1999, entregue em Bruxelas, que «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas sendo já frequente o abandono dos campos».

O Encontro, lembrando as responsabilidades do PS e particularmente do PSD na reconstituição das estruturas fundárias existentes, através da liquidação, ao arrepio da Constituição, das UCP/Cooperativas da Reforma Agrária, considera que as valias resultantes da irrigação da terra, através de Alqueva, devem reverter para a posse do Estado e as terras valorizadas serem objecto de reestruturação fundiária que responda aos interesses dos trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores da região, proprietários ou rendeiros.

O Encontro considera que seria um absurdo inaceitável que as valias resultantes de um tão importante e vultoso investimento público viessem a reverter de novo exclusivamente para os grandes proprietários da terra, em geral absentistas e contrários a Alqueva e ao desenvolvimento do Alentejo, em detrimento dos que, a custa de inúmeros sacrifícios, fazem do duro trabalho da terra o seu ganha-pão.

O Encontro considera igualmente que devem ficar no

domínio público os terrenos envolventes do perímetro da albufeira bem como as ilhas resultantes do enchimento da mesma por forma a salvaguardar um valioso património que não deixará de ser alvo dos apetites desmedidos de especuladores e cuja exploração deve ser feita de forma criteriosa, sustentada em planos de ordenamento previamente elaborados, discutidos e aprovados com a efectiva participação dos interessados, designadamente das autarquias, parceiros sociais e populações.

O Encontro considera indispensável que se avance desde já com a elaboração de um Plano Integrado para o aproveitamento de todas as potencialidades criadas com Alqueva e se definam com carácter de urgência as fileiras agro-alimentares a implementar, por forma a proceder-se no imediato à reconversão e aproveitamento dos perímetros de rega já existentes, à avaliação da capacidade industrial instalada e à sua necessária reestruturação e modernização por forma a inverter a situação de descalabro que se vem verificando no sector. O Encontro considera que seria ruinoso aguardar-se a construção da barragem para se iniciar a necessária investigação e experimentação e a indispensável formação integrada de quadros, trabalhadores e agricultores, adaptados às novas realidades, pelo que entende dever iniciar-se, desde já, um trabalho em profundidade envolvendo os diversos graus de ensino, instituições de investigação agrícola e estabelecimentos de formação profissional e os diferentes agentes e parceiros sociais.

O aproveitamento de Alqueva em todas as suas potencialidades, designadamente no desenvolvimento agrícola da Região, vem evidenciar ainda mais a ruínea política do PSD, quer no plano interno, quer no âmbito das instâncias comunitárias, e tornar mais imperiosa uma nova política que assegure o desenvolvimento da agricultura à luz dos interesses nacionais e não na óptica dos interesses das grandes economias agrícolas e agro-alimentares que dominam hoje a PAC.

Por outro lado, coloca de novo na ordem do dia a questão da terra, que ao longo dos tempos tem sido o problema chave da agricultura do Alentejo, pois o aproveitamento eficaz do regadio não é compatível, como a vida já demonstrou, com a estrutura agrária latifundista de novo predominante na região.

O Encontro, subscrevendo a ideia de que, para garantir uma exploração otimizada dos recursos a disponibilizar, se impõe assegurar a participação de todos os potenciais beneficiários e considera inaceitável a composição da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva — 5 membros todos representantes do Governo — e do seu Conselho Consultivo que incluindo 8 representantes directos do Governo apenas tem um representante de agricultores a designar por despacho do ministro da Agricultura. O Encontro reclama não só a inclusão de um representante das autarquias do Alentejo na Comissão Instaladora bem como o alargamento do Conselho Consultivo a maior número de representantes de organizações de agricultores, das Uniões Sindicais, Regiões de Turismo e Organizações Empresariais do Alentejo.

O Encontro considera da maior importância que, para além da salvaguarda dos interesses dos que possam ser afectados pelo projecto, como é o caso entre outros da população da Aldeia da Luz e dos trabalhadores da Fábrica da Portucel, do património arqueológico a inundar se salvaguardem igualmente os interesses dos trabalhadores alentejanos no desemprego através de atempada reconversão profissional e de medidas cautelares que privilegiem a sua admissão nos trabalhos do empreendimento.

O Encontro considera que as entidades portuguesas competentes devem tomar a iniciativa junto das suas congéneres espanholas no sentido de dar combate à poluição do rio Guadiana e à salvaguarda dos interesses nacionais no quadro da cooperação luso-espanhola no domínio hídrico.

O Encontro exige do Governo uma informação pública, actualizada e regular, do andamento do empreendimento e exorta as populações, as instituições e organizações representativas do Alentejo no sentido de não descansarem pelo facto de ter sido anunciada a decisão de retomar os trabalhos de Alqueva. É preciso estar vigilante para com as manobras conducentes ao protelamento do arranque dos trabalhos e é necessário e fundamental que nos empenhemos todos na luta para que Alqueva seja mais que um grande lago de 250 km<sup>2</sup> ao serviço de estratégias alheias ao Alentejo e ao País.

O Encontro reafirma a disposição dos comunistas alentejanos de prosseguir com firmeza e determinação a sua luta.

## Turismo

O Encontro apreciou a nova realidade resultante da existência no Alentejo, no sector do Turismo, de 4 Regiões de Turismo — RT de S. Mamede, no distrito de Portalegre, RT Évora, no distrito de Évora, RT Planície Dourada, no distrito de Beja, e RT Costa Azul, no distrito de Setúbal, e de 2 Comissões Municipais de Turismo nos concelhos de Elvas — distrito de Portalegre, e Odemira — distrito de Beja.

O Encontro decidiu saudar todos os Municípios e as suas Associações bem como outros agentes económicos e sociais que, com a sua determinação e vontade, deram expressão a esta importante realidade que são as Regiões de Turismo.

O Encontro congratula-se com a crescente cooperação que se vem verificando entre todas as Regiões e Comissões Municipais de Turismo do Alentejo bem como pelo recente protocolo acordado entre as mesmas no sentido de assegurar uma intervenção mais concertada tendo em vista o desenvolvimento das potencialidades do Turismo Alentejano.

O Encontro analisou entretanto as limitações que se colocam à actuação das Regiões e Comissões Municipais de

Turismo resultante da magreza dos financiamentos de que dispõem e de condicionamentos impostos pela lei-quadro das Regiões de Turismo. Esta situação é ainda mais importante face à necessidade de assegurarem um maior protagonismo e eficácia na promoção e afirmação do Alentejo como destino turístico num mercado onde a concorrência se faz sentir de forma crescente e cada vez mais «agressiva» e onde as vizinhas e fortes regiões da Estremadura e Andaluzia, do lado espanhol, e a fortíssima região do Algarve, a Sul, não podem ser ignoradas.

O Encontro considera, entretanto, que a identidade cultural, o património histórico, monumental e cultural, a diversidade e complementaridade que o caracteriza e enriquece podem contribuir para que o Alentejo se assumira como uma importante realidade no plano turístico que urge preservar e potencializar o que exige uma forte concentração de recursos sem os quais não é possível garantir os volumosos investimentos que uma eficaz promoção e animação turística requer na actualidade.

Nesse sentido, considera-se como uma necessidade a criação urgente da Região de Turismo do Alentejo e como sua primeira prioridade a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico para a Região.

O Encontro considera que, a criação de uma só Região de Turismo do Alentejo não deve significar, em caso algum, a criação de um centro todo poderoso e periféricas sujeitas a uma menor atenção.

Nesse sentido, se garantirá nos futuros estatutos a visão e a perspectiva global da Região e se salvaguardará a unidade e a coesão indispensáveis para que a Região de Turismo do Alentejo, enquadre a sua oferta, desenvolva e divulgue os seus produtos e coloque o nome do Alentejo no futuro do Turismo em Portugal.



# A assinatura

UM cabeçalho acaba a funcionar para um jornal como uma espécie de assinatura. Mantem-se o nome, mas o traço vai-se modificando com a idade, como que acompanhando o fluir da vida. No fundo, pode fazer-se a história dos tempos passados olhando esse traço, tentando ler o que está para além da palavra.

No traçado modernista do cabeçalho do primeiro «Avante!» é fácil descortinar o estilo marcante da década de 20 que pouco antes findara. O cubismo, o grafismo dos futuristas russos descortina-se com facilidade na espessura diferente das hastes das letras, nas curvas tão características dos «dês», dos «pês» e «erres».

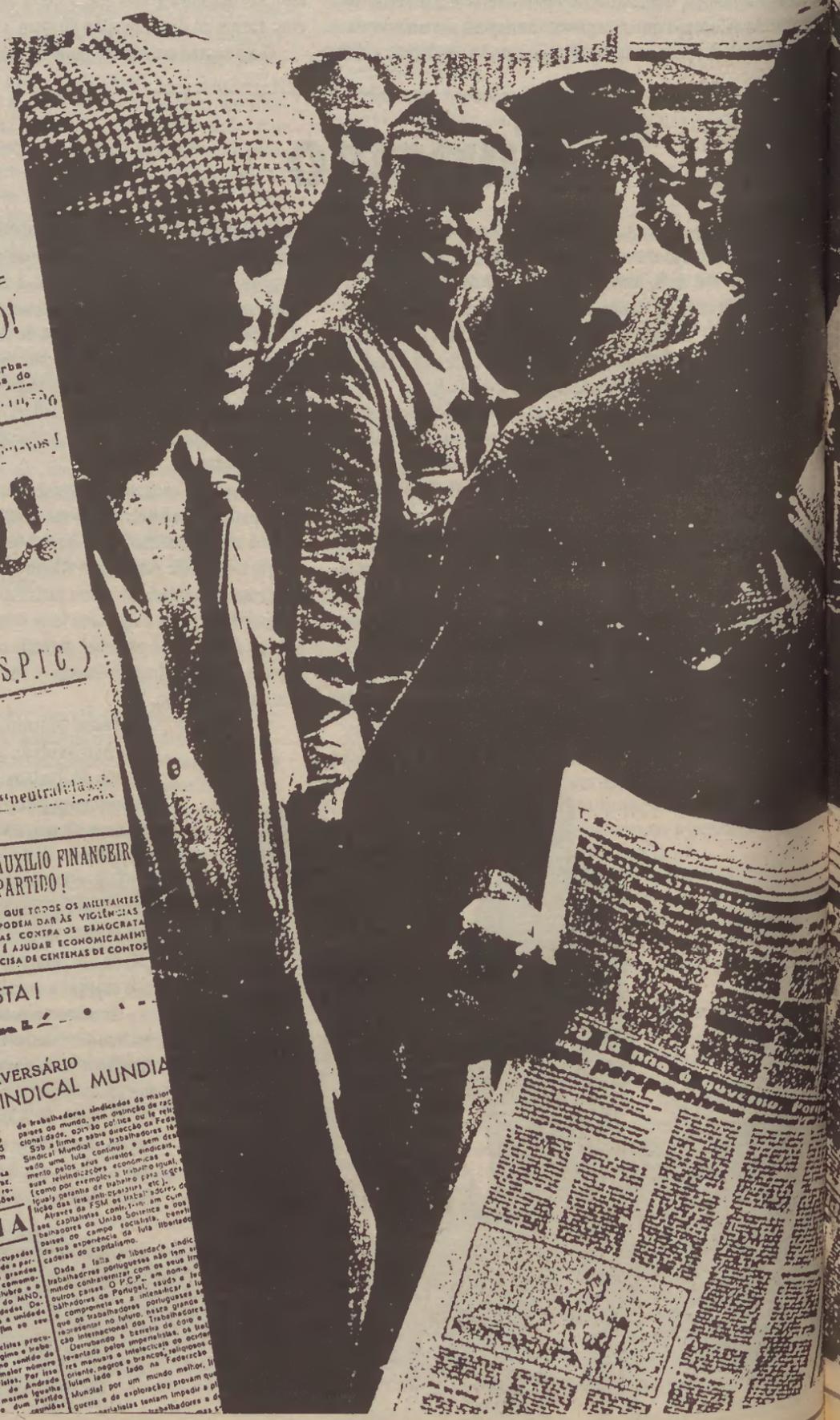
Mas, para além dessa influência, o cuidado desenho do logotipo revela algo mais: a impressão foi seguramente feita em tipografia razoavelmente equipada e a partir de uma zincogravura bem executada. Apesar da repressão que desde 1926 se fazia sentir em Portugal, era ainda possível encontrar uma tipografia disposta a correr o risco de uma impressão clandestina.

As malhas vir-se-iam contudo a apertar. O cabeçalho de 37 reflecte já as dificuldades, o desenho é menos elaborado, possivelmente um zinco feito artesanalmente, sem o rigor de uma matriz em película. Em 41, o «Avante!» da reorganização. Combativamente, o cabeçalho surge na diagonal, como que reflectindo o dinamismo dos que se lançavam à reconstrução do Partido. A foice e o martelo adquiria igualmente uma configuração exótica... E assumia uma característica que ainda hoje

mantém: está à esquerda quando, no tradicional desenho do símbolo da aliança operária e camponesa, figura do lado direito.

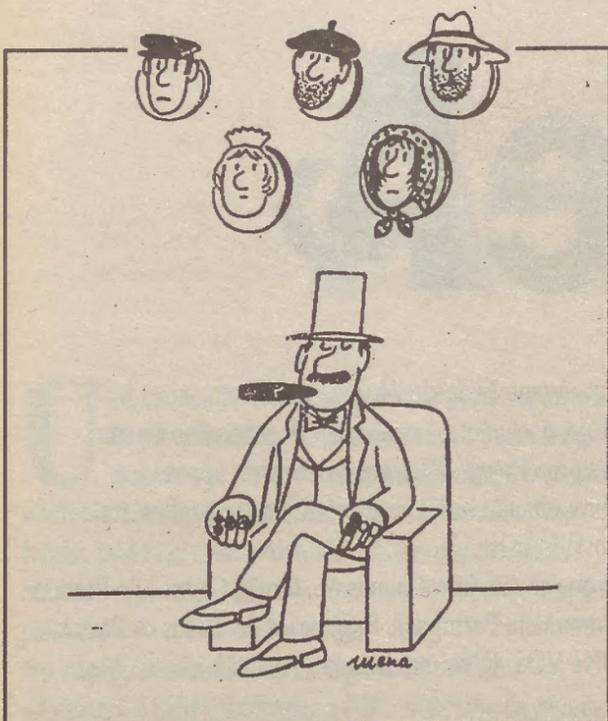
Nesses tempos ganha igualmente novo alento a epopeia das tipografias clandestinas. Também com os seus aspectos técnicos, as inovações introduzidas nos prelos e o recurso frequente ao linóleo para substituir o zinco. Mais fácil de entalhar, não exigindo exposições fotográficas, fixadores e ácidos, o linóleo passaria a ser um instrumento de sempre do grafismo da imprensa clandestina.

Nos anos 60 nota-se no linóleo do cabeçalho a mão segura de alguém que sabe e marcaria as páginas do «Avante!»: José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha. Mas nas vésperas do 25 de Abril haviam sido dados passos: o cabeçalho do «Avante!» era claramente um zinco, de novo profissionalmente elaborado. O logotipo do primeiro número legal foi retocado por





# PONTOS CARDEAIS



## Insaciável PSD

A gula do PSD em matéria de dinheiros é insaciável. Disso ninguém tinha dúvidas, mas agora vão-se acumulando as provas na própria imprensa. Primeiro foi a descoberta de que parte das facturas falsas

encobriam financiamentos de grandes empresas ao partido do Governo. Depois foram as notícias do "saco azul" da distrital de Aveiro resultado das "cobranças" feitas por deputados e notórios militantes laranja nas empresas da região.

Agora são as revelações de que o PSD também come num Fundo Social Europeu. Segundo informações de um relatório oficial que o "Diário de Notícias" divulgou, obteve daquele Fundo 677 mil contos "para acções de formação" naturalmente partidárias. A fraude começa na área do Governo! É claro que tamanha gula não se sustenta senão com muito tráfico de influência, desvio de funções e corrupção. Mas Cavaco Silva continua a insistir que "ninguém está acima da lei". Por isso é que o seu partido se especializou tanto nos negócios subterrâneos...

## Na sombra

O último "Terça à noite" da SIC sobre a aplicação dos fundos comunitários teve inegável interesse. Desde logo o resultado do inquérito feito pelo telefone: 76

por cento das chamadas consideraram má a aplicação dos fundos. Além disso, muitos aspectos da política económica do Governo foram consistentemente condenados e combatidos. Uma das curiosidades do programa era o desempenho de Henrique Neto, o ministro-sombra do PS para a Indústria. Foi o mais fraco de todos os presentes. Miguel Sousa Tavares apresentou-o com muita simpatia como "um empresário de sucesso", "feito com dinheiros públicos" acrescentou Pacheco Pereira, que logo lembrou também ter ouvido há dias este porta-voz do PS elogiar a política governamental do PEDIP. Na circunstância de Terça, Henrique Neto vinha visivelmente muito recomendado para ter cuidado com a língua. Ainda assim, o seu primeiro impulso foi para se insurgir,

como qualquer patrão, contra os exagerados aumentos de salários de 1991, por ele considerados um grande erro do Governo. Depois tentou corrigir dizendo que os propostos para este ano também são baixos de mais. Tentou outras tiradas sobre o ensino pré-primário, mas devia estar a fazer confusão com qualquer outra coisa. Também defendeu como especialização para a indústria portuguesa "a construção de comboios para transportar camiões". Deve ser porque alguém lhe disse que não podemos perder o comboio da Europa. Tudo pegado com cuspo. Pode ser um empresário de sucesso. Patrão é com certeza. Como ministro-sombra não saiu da sombra...

## Melancia

Grande melão deve ter sentido Carlos Melancia ao receber a notícia de que, afinal, apesar de absolvido - com um dos juizes a votar vencido nessa sentença - terá de voltar a sentar-se no banco dos réus. Quem não deve não teme, diz-se, mas, neste caso, Melancia deve ter-se sentido ameaçado com o novo julgamento. E, se no primeiro não disse mal dos magistrados que o absolveram, agora já se queixa. E vai longe. Não apenas na queixa mas também nas subentendidas ameaças... "Se nos tribunais não há perseguições aos políticos, há magistrados que disfarçam muito bem", disse ele, segundo o "Expresso". E ainda: "Talvez haja quem tenha dificuldade em acreditar que há políticos inocentes." Talvez. É só a gente lembrar-se das inocências que por aí andam a fugir aos inquéritos. Quando não andaram a fugir à polícia...

## Comboios

Há gente que não perde nenhum comboio. É só ver um a partir e agarra-se logo a ele, nem que seja ao último vagão, para mais adiante se chegar à frente. Há também comboios preparados para essa gente. Como se tem visto em alguma imprensa, estando para partir a composição comemorativa dos vinte anos de Abril, há quem tenha reservado lugar, mesmo sem bilhete nem crédito, no vagão da entrevista.

É o caso de Alpoim Calvão, entrevistado no "Público"... a "propósito" do 25 de Abril, no qual afirmou não ter entrado. É claro que o homem também lá esteve. Como outros, de pouca saudosa memória, entre os quais Spínola, Silvério Marques, Diogo Neto e o general «indonésio» Galvão de Melo. Só entre eles fariam um longo comboio, com partida de Conakri e passagem em Djacarta. É paragem obrigatória em alguns jornais...

## FRASES da SEMANA

"Ninguém faz ideia de como é que, num dia, se tiram cinco ministros e se colocam outros cinco ministros... Não é uma tarefa fácil. Eu sou o único com essa experiência. Ninguém em Portugal antes de mim fez uma remodelação ministerial."

☛ (Cavaco Silva, entrevista à "Quatro", 7.02.94)

"O prof. Cavaco Silva está a exagerar a sua propensão para a seriedade descontraída. Vimo-lo na TVI, conversando na mais amena das calmas, a falar de uma governação que atingiu plausivelmente a sua velocidade de cruzeiro, a mostrar como enfrenta os problemas, a exhibir aquela combinação flexível de argúcia, capacidade política, conhecimento dos problemas, seriedade, sentido político, razoabilidade, etc., etc., tudo o que explica as escolhas maioritárias do eleitorado."

☛ (Vasco Graça Moura - "Diário de Notícias", 13.02.94)

"Fomos ao Vale do Ave e vimos uma região do país que trabalha, que mexe, que se agita, que tem possibilidades e esperança, mas que também tem dificuldades. Há quem queira ver o Vale do Ave enfermo de doença aguda evolutiva que o vai definhando até à morte ou quem, sobretudo lá - repito, sobretudo lá - não entende as dificuldades como fatalismos, antes como desafio."

☛ (Nuno Delerue, PSD, na AR, citado em "Público", 12.02.94)

"Só mesmo alguém que não vive no Vale do Ave, nem tem de se governar sem salário ou com salários próximos do ordenado mínimo, pode afirmar que a situação é boa, ou não é tão grave como se diz."

☛ (Adão Mendes, União dos Sindicatos de Braga - "Expresso", 12.02.94)

"Sou tão Moon como marciano."

☛ (Teles Varela, vice-presidente do PSN - "Público", 14.02.94)

"Antes (do 25 de Novembro), podem dizer que fui eu que as mandou pôr, a todas (as bombas), que eu não desminto."

☛ (Apoim Calvão - "Público Magazine", 13.02.94)

"Desempenhei em Portugal funções de todo o tipo político. Fui deputado, ministro, presidente de um partido... Portanto, o que é que posso fazer mais cá dentro?"

☛ (Lucas Pires - "Diário de Notícias", 10.02.94)

"Talvez haja quem tenha dificuldade em acreditar que há políticos inocentes."

☛ (Carlos Melancia - "Expresso", 12.02.94)

## PONTOS NATURAIS

### O MOCHO SÁBIO

Estava o lobo a falar à grande assembleia de carneirinhos cheia e frangos já na idade de canjar.

Diz o tal, meigamente: - Acabaram-se os perigos. Sou, dos vossos amigos decerto o mais presente. Eu vivo a realidade da vossa condição. Comigo tereis pão trabalho e liberdade. Minhas esperanças ponho só em vos querer servir. Com vocês a dormir até à noite sonho. A caminho da Europa eu sempre, com desvelo, vos vou chegando a roupa ao pêlo isto é aquecer-vos pois todos sereis servos da mesma fé. Eu vos prometo frotas de todas sem batotas e nada mais de multinacionais e outras coisas que tais. A palavra vos dou!

Grita o mocho - Ó marmanjo tira a máscara de anjo que o tempo do entrudo já acabou...

Não vou explicar agora a história. Com juízo a fábula montada sobre a hora disse o que era preciso.

### Teatro Rapidinho

#### LIBERATO, AQUELE PRATO

##### 1.º Acto

**Construtor civil** — Aquela sede do PSD está uma vergonha.  
**Presidente da Distrital** — Sem dúvida. Não está mesmo nada condizente com a importância nacional e universal do nosso partido. Por acaso, andamos a fazer uma subscrição entre os amigos.  
**Construtor** — Homem, já podia ter dito. Aqui tem um cheque de cinco mil contos. E não fico por aqui, se as coisas me correrem bem.  
**Presidente** — Felizes os partidos que têm amigos tão dedicados!

##### 2.º Acto

**Presidente** — Então, já viu a nova sede?  
**Construtor** — Agora, sim. Está uma coisa espantante.  
**Presidente** — De facto, um partido como o nosso que lidera a Civilização Ocidental e Cristã, não podia viver assim naquela espelunca.  
**Construtor** — A propósito, eu precisava de ver desbloqueada a situação daqueles terrenos. Vocês não podem dar um jeito naquilo?  
**Presidente** — É para já, homem de Deus. Os amigos são para as ocasiões.

##### 3.º Acto

**Construtor** — Então, meu caro, há seis meses, falámos daquela história dos terrenos.  
**Presidente** — Sim, mas...  
**Construtor** — Parecendo que não, tenho ali empatadas umas centenas de milhares de contos.  
**Presidente** — Pois é, sabe, mas recebemos agora novas instruções. O nosso secretário-geral, Nunes Liberato, obriga as distritais «a recusarem donativos condicionados à concessão de favores».  
**Construtor** — Mas isto não é um favor, caramba. Isto é tudo a bem da economia do país.  
**Presidente** — Isso é verdade. E então agora, com as eleições europeias à porta. A campanha vai exigir um enorme esforço...  
**Construtor** — Homem, aqui tem mais um cheque. E agora?  
**Presidente** — Agora, vou já mandar um fax ao Liberato a dizer que, por este lado, tudo está nos conformes...

(DESCE O CHEQUE, PERDÃO, DESCE O PÂNICO)



## EPIGRAMA

— Já nem sabe a quantas anda  
(de Cavaco ouço dizer)  
Manda e não sabe o que manda  
pois não sabe o que fazer.

E logo outra voz desanda  
com o bom senso a aconselhar:  
— Se não sabe a quantas anda  
o melhor é pôr-se a andar...

Mário Castrim

## Plenários e reuniões AVEIRO

Debates com a participação de Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu:

- sábado, dia 19, às 15.00, no salão da Junta de Freguesia de Gafanha de Nazaré, sobre "A Política de Pescas da União Europeia e o distrito de Aveiro";

- domingo, dia 20, às 10.30, no salão nobre da Câmara Municipal de Estarreja, sobre "A Política Agrícola da União Europeia e os agricultores do distrito de Aveiro".

## BARREIRO

Encontro concelhio de eleitos da CDU: sábado, às 14.30, no CT do Barreiro.

## CASCAIS

Reunião de Reformados da freguesia de Cascais: hoje, quinta-feira, às 16.00, no Centro de Trabalho do PCP.

## FARO

Encontro Regional do Algarve de Eleitos, Candidatos e Activistas da CDU, para debate das principais linhas de intervenção da CDU e dos seus eleitos nos órgãos autárquicos da região, na AMAL e na Assembleia Distrital: sábado, dia 19, a partir das 15.00, no Auditório do Instituto da Juventude, com a participação de Luís Sá.

## LISBOA

Reunião da célula da Cooperativa "Resistência": hoje, quinta-feira, às 17.30.

Plenário mensal do Sector de Serviços da ORL: hoje, quinta-feira, às 19.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião do Organismo de Direcção dos Bancários: no Centro de Trabalho Vitória, hoje, quinta-feira, às 17.30.

Reunião da célula da Habidigna: sexta-feira, dia 18, às 21.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

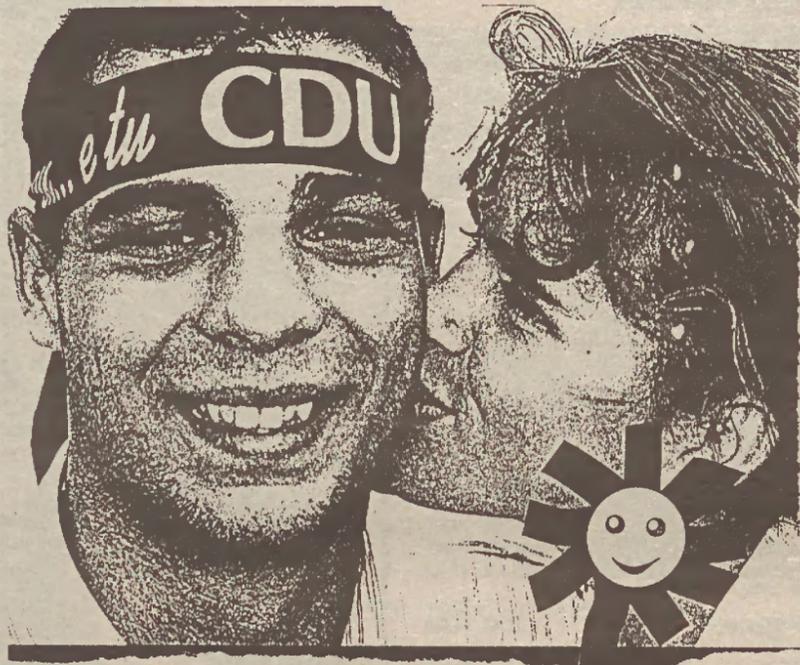
Reunião com bancários independentes sobre eleições sindicais: no Centro de Trabalho Vitória, segunda-feira, dia 21, às 17.30.

Plenário de militantes bancários de Lisboa: quinta-feira, dia 24, às 17.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector da Saúde da ORL: preparação do Encontro Nacional da Saúde, a realizar em Maio, e de outras acções do Partido em 1994. No Centro de Trabalho Vitória, terça-feira, dia 22, às 21.00.

## SETÚBAL

Sessões com a participação do camarada Leandro Martins para



## Reunião Distrital de Setúbal de activistas, candidatos e eleitos da

### JUVENTUDE CDU

Domingo, 20 de Fevereiro,  
entre as 14h e as 18h30,  
na sede da Junta de Freguesia  
de Alcochete  
com a participação do camarada

**CARLOS CARVALHAS**

discussão da situação política e entrega dos novos cartões do Partido 94/95: sábado, dia 19, às 21.30, em Praias-Sado (Centro de Trabalho de Praias-Sado), e domingo, às 15.00, no Centro de Trabalho do Faralhão.

Plenário-convívio promovido pela Comissão de Freguesia de N.ª Sr.ª da Anunciada, no Centro de Trabalho, sábado às 15.30, com a participação da camarada Luísa Araújo. Entrega dos novos cartões do Partido.

Sessão de esclarecimento do PCP sob o lema "Os Reformados, Pensionistas e Idosos merecem melhor política": sexta-feira, dia 25 de Fevereiro, às 15h, no CT de Setúbal (Edifício Arrábida), com a participação do camarada Jaime Félix.

### PLENÁRIOS NO SEIXAL

Por lapso, foram anunciados para o passado sábado os seguintes plenários de militantes no Seixal, a realizar de facto no próximo sábado, dia 19, e todos para discussão da situação política e social, análise dos resultados das eleições autárquicas e entrega dos novos cartões do Partido 94/95:

- da organização de freguesia de Amora: às 15.00, no CT de Amora.

- da organização de freguesia do Seixal: às 15.30, no CT do Seixal.

- da organização de freguesia de Arrentela: às 15.00, no CT de Arrentela.

## DEBATES SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

com

**Carlos Brito**  
da Comissão Política  
Director do "Avante!"

• Em **SETÚBAL**  
CT do Edifício Arrábida  
Hoje, 17 de Fevereiro,  
21h30

• No **BARREIRO**  
Centro de Trabalho  
Amanhã, 18 de Fevereiro,  
21h30

## CONVÍVIO NA QUINTA DA ATALAIA

aberto a todos os camaradas, amigos e activistas da CDU  
e a todos os candidatos e actuais eleitos na freguesia da  
**COVA DA PIEDADE**

**Almoço — Animação cultural**

Domingo, 20 de Fevereiro, no restaurante de apoio  
com a participação do camarada

**Jorge Pires**

### Lisboa

#### Jantar-convívio

comemorativo do 63.º  
aniversário do "Avante!",  
promovido pelo Sector  
**Centro/Norte de Empresas**  
no CT da Av. Duque de Loulé,  
sexta-feira, dia 18, às 20.00  
com a participação do camarada  
**Francisco Melo**

### Jantar-convívio

promovido pelo  
**Sector dos Quadros  
Técnicos e Científicos da  
ORL**  
no Restaurante Valenciana  
(R. Marquês da Fronteira,  
Lisboa)

Quinta-feira, dia 24, às 20h  
(Inscrições, no CT Vitória, até 21/2)

## Centros Históricos do Porto e Gaia em debate

Com a participação de

**Abílio Fernandes**

Presidente da CM de Évora

**Rui Godinho**

Vereador da CM de Lisboa

**Joaquim Miranda**

Deputado no PE

18 de Fevereiro, 21h30 Casa de D. Hugo, à Sé — **Porto**



Avante!  
Agenda

**PALAVRAS CRUZADAS**

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 — Santa padroeira de Bruxelas, brabançona de alta linhagem, criada na abadia de Nivelles, onde levou uma vida de piedade e de caridade; corporação de artesãos, mercadores e artistas, comum na Idade Média. 2 — Invulgares; diz-se do pólo do eléctrodo positivo (fis.). 3 — Ósmio (s.q.); Radiotelevisão Italiana (sigla); partida; Cálcio (s.q.). 4 — Estudar, senhora (abrev.); argola; cintura. 5 — Estímulo; fragrância; parte posterior do navio, oposta à proa. 6 — Frutos de romãzeira; ramificação. 7 — Membros de ave; subida e descida das águas do mar. 8 — Ilhas no litoral mer. do Est. de Santa Catarina; Estado da Ásia ocidental, às margens do Mediterrâneo. 9 — Erva-doce; dente queixal; cura. 10 — Que te pertence; protóxido de cálcio; viscera dupla; maior. 11 — Carta de jogar; doçura (fig.); ponto cardeal; apelido. 12 — Dispendiosas; aderem com cola. 13 — Branqueira; planta rasteira, cultivada em hortas e jardins.

**VERTICAIS:** 1 — Adorno feminino; espilhar. 2 — Estampilha; peso. 3 — Antiga cidade da Caldeia; peregrinação religiosa; Cobalto (s.q.). 4 — Oferecer; cheias; oceano. 5 — Larvas que se criam nas feridas dos animais; tempero; substância que constitui os favos das abelhas. 6 — Mulher de cabelo claro; osso par da face. 7 — Arsénio (s.q.); altar cristão; astro-rei; saudável. 9 — Gálio (s.q.); patroa; parceiro; cabelo branco. 10 — Juntara; alegrias. 11 — Elemento químico metadóide; chefe etíope; fêmea do mulo. 12 — Circunscrito; licença limitada (sigla); capital da França e sede da região Ilde - France, constituindo um departamento; a família. 13 — Compaixão; tomaram como alimento; isolado. 14 — Ramagem superior das árvores; enguia. 15 — Pequeno povoado; personagem bíblico, irmão de Moisés e primeiro grande sacerdote de Israel.

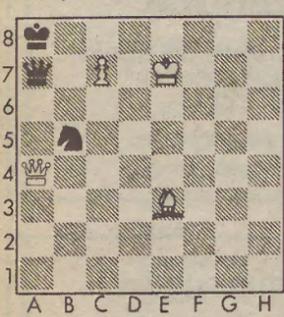
**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS:** 1 — Bolota; abute. 2 — Rica; arão. 3 — Avara; Sor; armas. 4 — Roda; malar; após. 5 — Ata; lãs; eta. 6 — Sá; mãe; ror; or. 7 — Polvo; lulas. 8 — Na; são; más; ri. 9 — Ora; sul; par. 10 — Mali; donas; rumo. 11 — Ermos; lar; malas. 12 — Adam; coroa. 13 — Isolam; corara.

**VERTICAIS:** 1 — Caras; nomes. 2 — Vota; arar. 3 — Orada; almas. 4 — Lira; mós; iodo. 5 — Oca; calam; sal. 6 — Tá; evo; má. 7 — Sal; sol. 8 — Molar; dunas. 9 — Rás; lar. 10 — Na; rum; Co. 11 — Ura; rolas; mor. 12 — Tara; rás; rara. 13 — Rompe; pular. 14 — Acto; rama. 15 — Aássar; irosa.

**XADREZ**

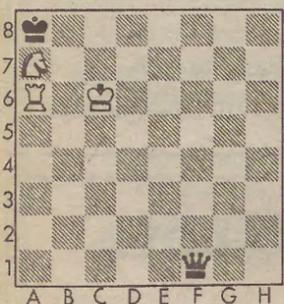
CDXLVIII - 17 DE FEVEREIRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994X009  
Por: CENEK KAINER  
Norodai OSVOBOZENIE, 1927  
Pr: [3]: Cb5-Da7-Ra8  
Br: [4]: Pç7-B63-Da4-R67



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X010  
Por: HENRI RINCK  
Basler Nachrichten, 1936

Pr: [2]: Df1-Ra8  
Br: [3]: Ca7-Ta6-Rç6



Branças jogam e ganham

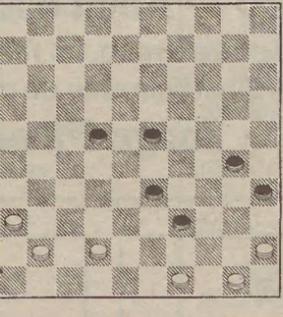
**SOLUÇÕES DO Nº CDXLVIII**

Nº 1994X009 [C. K.]: 1. Rd8!, Da6 (a4); 2. ç8-D++  
1. .... Da5; 2. D64++  
1. .... Cç7; 2. D:a7++  
Nº 1994X010 [H.R.]: 1. Cb5+, Rb8, 2. Tb6+, Pç8; 3. Cd6+, Rd8; 4. Tb8+, Rç7; 5. Te8+, Rf6; 6. ç7f8+ e g. SE: 2. .... Ra8; 3. Cç7+, Ra7; 4. Tb1+ →

A. de M. M.

**DAMAS**

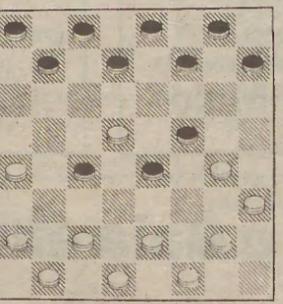
CDXLVIII - 17 DE FEVEREIRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994D009  
Por: K. de LIGT  
Pr: [6]: 22-23-30-33-35-39  
Br: [6]: 36-41-42-45-49-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D010  
GOLPE Nº 56  
Por: HENRY SPAYTH - 1860

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-16, 20-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 14-19, 18-14; 6. 1-5, 21-18; 7. 10-13 DIAGRAMA.



Pretas jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº CDXLVIII**

Nº 1994D009 [K. de L.]: 1. 42-38, (33x42); 2. 49-43, (39x48-D); 3. 45-40, (35x44); 4. 50x39, (48x34); 5. 41-37, (42x31); 6. 36x40+  
Nº 1994D010 [H.S.]: 7. .... 27-23; 8. 13:22, 14-11; 9. 7:14, 28-24; 10. 19:28, 26:1-D+

Nota: Nas Damas clássicas é também possível: 7. .... 14-11; 8. 7:21, 26:1-D+

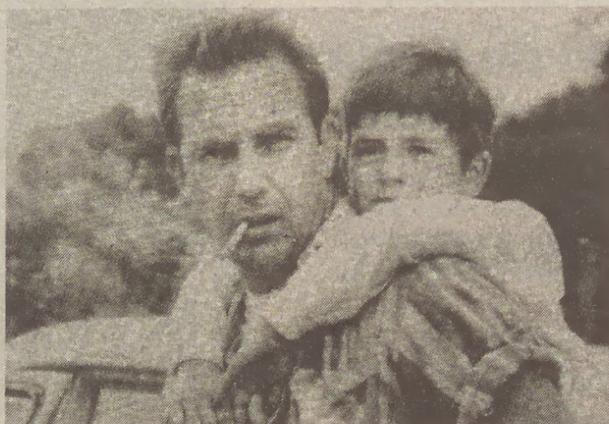
A. de M. M.

**CINEMA**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Adeus Minha Concubina	★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b> Idade da Inocência	★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>C</b> M. Butterfly	★★★★	★★★	★★★★
<b>D</b> Um Mundo Perfeito	★★★★	★★★★	★★★★
<b>E</b> Urga - O Espaço sem Fim	★★★★	-	-

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Chen Kaige — Nimas (14.45, 18.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Martin Scorsese — Monumental/2 (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15) — Lisboa.
- C — Real. David Cronenberg — King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Clint Eastwood — Amoreiras/10 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Nikita Mikhalkov — Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.



«Um Mundo Perfeito», de Clint Eastwood, com Kevin Costner e T. J. Lowther

**TEATRO**

**COMUNA**  
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: BÃO (peça infantil), de João Mota. Café-Concerto: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

**TEATRO ABERTO**  
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. O TEMPO E O QUARTO, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**  
Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DIÁLOGOS SOBRE A PINTURA NA CIDADE DE ROMA, textos de Francisco de Holanda, encenação de Christine Laurent, pelo Teatro da Cornucópia.

**TEATRO CINEARTE**  
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sala Um - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: A CANTORA CARECA, de Ionesco, encenação de Helder Costa. Sala Nova - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: DE BRAÇOS

ABERTOS, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

**TEATRO MARIA MATOS**  
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDERELLA revista à portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

**TEATRO POLITEAMA**  
Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

**TEATRO DA TRINDADE**  
Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. 10 ELEVADO A -43 — EXTASIS, de Christiane Torloni e José Possi Neto.

**TEATRO VILLARET**  
Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBIS.

TEATRO MUNICIPAL MARIA MATOS  
Cinderella  
revista à portuguesa

**FILMES**

**QUINTA, 17**

**Caprichos à Italiana**  
«Capriccio All' Italiana» (It/1968). Real.: Steno, M. Bolognini, P. P. Pasolini, Pino Zac, M. Monicelli. Int.: Tótó, Silvana Mangano, Laura Betti, Ira de Furstenberg, Regina Seigner. Cor, 78 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1)

**O Doador**  
«Donator» (Jugoslávia/1989). Real.: Veljko Bulajic. Int.: Ljubomir Todorovic, Peter Carsten, Urska Hlebec. Cor, 96 min. Drama de Guerra. (00.40, Canal 1)

**SEXTA, 18**

**Nunca te Deixarei**  
«High Tide at Noon» (Gr.Br./1957). Real.: Philip Leacock. Int.: Betta St. John, William Sylvester, Michael Craig, Elora Robson. P/B, 107 min. Melodrama. (14.35, Canal 1)

**Corações de Aço**  
«Casualties of War» (EUA/1989). Real.: Brian De Palma. Int.: Michael J. Fox, Sean Penn, Don Harvey, John C. Reilly. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.05, Canal 1)

**A Minha Prima Raquel**  
«My Cousin Rachel» (EUA/1952). Real.: Henry Kostner. Int.: Olivia de Havilland, Richard Burton, Audrey Dalton, Ronald Squire. Cor, 98 min. Ver Destaque. (01.00, Quatro)

**Cérebros Trocados**  
«Brainwaves» (EUA/1982). Real.: Ulli Lommel. Int.: Keir Dullea, Tony Curtis, Vera Miles, Percy Rodrigues. Cor, 80 min. Horror. (01.00, SIC)

**A Força do Sexo Fraco**  
«For Att Inte Tala Om Alla Dessa Kvinnor» (Suécia/1964). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Jarl Hulle, Georg Funlquist, Eva Dahlbeck. Cor, 78 min. Ver Destaque. (01.15, TV 2)

**Operação Outubro Negro**  
«Cover Up» (EUA/1991). Real.: Many Cotto. Int.: Dolph Lundgreen, Louis Gossett, Jr., Lisa Berkley, John Finn. Cor, 88 min. «Thriller» de Espionagem. (01.40, Canal 1)

**SÁBADO, 19**

**A Força da Liberdade**  
«Coming out of the Ice» (EUA/1982). Real.: Warris Hussein. Int.: John Savage, Willie Nelson, Francesca Annis, Ben Cross. Cor, 98 min. Drama. (12.00, TV 2)

**Guerra à Coroa**  
«April Morning» (EUA/1987). Real.: Delbert Mann. Int.: Tommy Lee Jones, Susan Blakely, Rip Torn, Chad Lowe. Cor, 96 min. Telefilme / Guerra. (14.30, SIC)

**Raça de Campeões**  
«Jocks» (EUA/1987). Real.: Steve Carver. Int.: Scott Strader, Perry Lang, Mariska Hargitay, Richard Roundtree. Cor, 89 min. Comédia. (15.30, Canal 1)

**Baxter, Vera Baxter**  
«Baxter, Vera Baxter» (Fr./1977). Real.: Marguerite Duras. Int.: Claudine Gabay, Delphine Seyrig, Gérard Dépardieu, Noelle Chatelet. Cor, 91 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

**Os Fantasmas do Futuro**  
«Trancers» (EUA/1984). Real.: Charles Band. Int.: Tim Thomerson, Helen Hunt, Michael Stefani, Telma Hopkins. Cor, 75 min. Ver Destaque. (00.15, Canal 1)

**DOMINGO, 20**

**O Herói Está de Regresso**  
«My Heroes Have Always Been Cowboys» (EUA/1991). Real.: Stuart Rosenberg. Int.: Scott Glenn, Kate Capshaw, Ben Johnson. Cor, 102 min. Melodrama. (a partir das 14.00, Canal 1)

**A Culpa Foi do Macaco / Agulha em Palheiro**  
«Monkey Business» (EUA/1931). Real.: Norman Z. McLeod. Int.: Groucho, Chico e Zeppo Marx, Thelma Todd. P/B, 75 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

**Hook**  
«Hook» (EUA/1991). Real.: Steven Spielberg. Int.: Dustin Hoffman, Robin Williams, Julia Roberts, Bob Hoskins, Maggie Smith. Cor, 135 min. Ver Destaque. (15.45, Quatro)

**Uma Mulher Sensual**  
«Grand Isle» (EUA/1991). Real.: Mary Lambert. Int.: Kelly McGillis, Adrian Pasdar, Ellen Burstyn, John DeVries. Cor, 112 min. Comédia. (21.30, SIC)

**O Príncipe das Marés**  
«The Prince of Tides» (EUA/1991). Real.: Barbra Streisand. Int.: Barbra Streisand, Nick Nolte, Blythe Danner, Kate Nelligan. Cor, 132 min. Ver Destaque. (22.30, Quatro)

**Os Fantasmas Divertem-se**  
«Beetle Juice» (EUA/1988). Real.: Tim Burton. Int.: Michael Keaton, Geena Davis, Catherine O' Hara, Alec Baldwin. Cor, 92 min. Ver Destaque. (23.25, Canal 1)

**Águas Profundas**  
«Eaux Profondes» (Fr./1981). Real.: Michel Deville. Int.: Isabelle Hupert, Jean-Louis Trintignant, Philippe Clévenot. Cor, 96 min. Ver Destaque. (23.50, TV 2)

**A Última Investigação**  
«The Late Show» (EUA/1977). Real.: Robert Benton. Int.: Art Carney, Lily Tomlin, Bill Macy, Eugene Roche. Cor, 94 min. Ver Destaque. (02.00, Quatro)

**SEGUNDA, 21**

**Esta Nobre Raça**  
«This Happy Breed» (Gr.Br./1944). Real.: David Lean. Int.: Robert Newton, Celia Johnson, John Mills, Kay Walsh. Cor, 110 min. Ver Destaque. (14.40, Canal 1)

**Não Dês Bronca**  
«Do The Right Thing» (EUA/1989). Real.: Spike Lee. Int.: Danny Aiello, Spike Lee, John Turturro, John Savage, Giacarlo Esposito. Cor, 116 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

**Tela Criminosa**  
«Dangerous Obsession» / «Mortal Sins» (EUA/1990). Real.: Yuri Sivo. Int.: Brian Benben, Debrah Farentino, Anthony Lapaglia. Cor, 90 min. «Thriller» Policial. (01.00, Canal 1)

**TERÇA, 22**

**A Mulher de Cinco Caras**  
«Woman in Question» / «Five Angles on Murder» (Gr.Br./1950). Real.: Anthony Asquith. Int.: Jean Kent, Dirk Bogarde, John McCallum. P/B, 84 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

**Mulheres do Sul**  
«Fried Green Tomatoes» (EUA/1991). Real.: John Avnet. Int.: Kathy Bates, Jessica Tandy, Mary Stuart Masterson, Mary-Louise Parker. Cor, 130 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

**Um Bater de Coração**  
«Heart Beat» (EUA/1979). Real.: John Byrum. Int.: Nick Nolte, Sissy Spacek, John Heard, Ray Sharkey. Cor, 104 min. Reconstituição Biográfica. (00.05, TV 2)

**Raparigas na Prala**  
«The Beach Girls» (EUA/1982). Real.: Pat Townsend. Int.: Debra Blech Val Kline, Jeana Tomasina, James Daughton. Cor, 88 min. Comédia. (01.05, Canal 1)

**QUARTA, 23**

**No Campo da Honra**  
«Champ d' Honneur» (Fr./1987). Real.: Jean-Pierre Denis. Int.: Cris Campion, Pascale Rocard, Eric Wapler, Frederic Mayer. Cor, 82 min. Drama. (15.00, Canal 1)

**Anatomia do Golpe**  
«The Grifters» (EUA/1990). Real.: Stephen Frears. Int.: Anjelica Huston, John Cusack, Annette Bening, Pat Hingle. Cor, 108 min. Ver Destaque. (22.05, Canal 1)

**Tragédia Silenciosa**  
«Dead Silence» (EUA). Real.: Peter O' Fallon. Int.: Renée Estevez, Lisanne Falk, Carrie Mitchem, Steven Brill. Cor, 87 min. Drama. (23.35, Quatro)

**A Noite Fatal**  
«Prom Night» (EUA/1980). Real.: Paul Lynch. Int.: Leslie Nielsen, Jamie Lee Curtis, Casey Stevens, Eddie Benton, Antoinette Bower. Cor, 80 min. Horror. (00.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO



Depois do Ganso espanhol, qualquer Cornélia portuguesa é uma delícia...

O regresso de todos os detectives, supõe-se que em reprise absoluta: Poirot na passada semana, agora Miss Marple e os celebrados Modelo e Detective

A segunda e última parte de "A Visita da Velha Senhora", obra-prima de Friedrich Dürrenmatt e um clássico do teatro moderno, é apresentada esta semana na TV2, na habitual rubrica de teatro das segundas-feiras, em realização assinada por Artur Ramos e com um elenco que integra dezenas dos nossos mais prestigiados actores de teatro e televisão, com destaque para Mariana Rey Monteiro no mesmo papel que há mais de 30 anos coube a sua mãe, no palco do Nacional

Quinta, 17

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.55 Caprichos à Italiana (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Sarilhos Com Elas
- 16.45 O Bar do Jack
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Marina, Marina
- 18.20 Com a Verdade M'Enganas
- 19.05 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financeal Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Mandala
- 21.30 Isto... Só Vídeo!
- 22.15 Você Decide
- 23.10 Os Anos de Ouro
- 24.00 24 Horas
- 00.40 O Doador (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televidas
- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 A Caminho com Ulisses
- 14.15 Sem Legendas
- 15.55 Força Bruta
- 16.40 Pé Grande e os Amigos
- 17.10 Infantil
- 17.40 Os Jovens Cowboys
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 Reagan
- 20.25 Sem Limites
- 21.00 TV2 Desporto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP - Financeal Times
- 23.10 Você é Excepcional
- 00.10 Remate
- 00.30 Amazônia
- 01.25 Magazine "Teatro"

SIC

- 12.05 O Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Agenda
- 16.30 Notícias
- 16.40 MTV
- 17.30 Assuntos de Família
- 18.00 Notícias
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Renascer
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.40 Casos de Polícia
- 23.40 Escândalos de Hollywood
- 00.15 Último Jornal
- 00.40 Os Donos da Bola
- 00.50 MTV

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 Fang
- 12.35 Animação
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.25 Topázio
- 14.10 Meteorologia
- 14.15 Uma Casa na Pradaria
- 15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Animação
- 16.55 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Topázio
- 18.25 Estrela
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Já Tocou na Faculdade
- 21.40 Telemotor
- 22.10 Artur Albarran
- 01.00 Ponto Final
- 01.15 Malgret

Sexta, 18

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Haydaze
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.35 Nunca te Deixarei (ver «Filmes na TV»)
- 16.25 Sarilhos com Elas
- 16.50 Miss Marple
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Marina, Marina
- 18.20 Com a Verdade M'Enganas
- 19.05 Verão Quente
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Mandala
- 22.45 Concurso "1, 2, 3"
- 00.05 Corações de Aço (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 24 Horas
- 01.40 Operação Outubro Negro (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 11.00 Televidas
- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 Segredos do Mundo
- 14.15 Sem Legendas
- 15.25 Vida Animal
- 16.15 Pé Grande e os Amigos
- 16.45 Infantil
- 17.55 Os Jovens Cowboys
- 18.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Outras Margens
- 20.15 Quem Fala Assim
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Financial Times
- 22.10 Amazônia
- 22.55 Remate
- 23.15 Serões na Província
- 00.40 A Força do Sexo Fraco (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Agenda
- 16.30 Notícias
- 16.40 MTV
- 17.30 Assuntos de Família
- 18.00 Notícias
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Renascer
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Chuva de Estrelas
- 22.30 Na Cama Com...
- 23.40 Último Jornal
- 00.05 Os Donos da Bola
- 00.15 Playboy
- 01.00 Cérebros Trocados (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.05 Fang
- 12.25 Animação
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.25 Topázio
- 14.10 Meteorologia
- 14.15 Uma Casa na Pradaria
- 15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Animação
- 17.45 Topázio
- 18.25 Estrela
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Clássicos da Animação
- 21.10 Já Tocou na Faculdade
- 21.40 Em Nome da Justiça
- 22.40 Rua Jump, 21
- 23.30 Ponto Final
- 23.45 A Minha Prima Raquel (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 19

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 11.30 Luta Livre Americana
- 12.30 Isto É Magia
- 13.00 Notícias
- 13.10 Parlamento
- 14.00 Clube Disney
- 15.30 Raça de Campeões (ver «Filmes na TV»)
- 17.45 Emoções Fortes
- 18.20 Beverly Hills 90210
- 19.05 Palavra Puxa Palavra
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Os Simpsons
- 21.55 Parabéns
- 23.25 Dinastia Strauss
- 00.15 Os Fantasmas do Futuro (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.10 O Preço da Liberdade (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Sétima legião em Alvalade
- 14.35 Eerie Indiana
- 14.55 Poirot
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.30 Irmãs
- 23.20 Sexualidades
- 23.55 Baxter, Vera Baxter (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Classe de 96
- 14.30 Guerra à Coroa (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 Desporto
- 16.45 PS: Amo-te
- 17.35 Grande Prémio Internacional de Circo
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Primogénito
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.10 Sábado Mágico
- 00.15 Último Jornal
- 00.40 Água na Boca
- 01.30 Boxe

QUATRO

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Momentos de Glória
- 13.05 Contra-Ataque
- 14.35 Animação
- 15.10 Estrela (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Na Mira do Crime
- 20.50 O Jogo do Ganso
- 00.15 Informação
- 00.35 Futebol: EUA-Suécia
- 02.20 Emissão Especial de Cinema: «A Última Investigação», de Robert Benton; «O Charlátão», de Jerry Lewis; «O Mundo Perdido», de Irwin Allen.

Domingo, 20

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 Domingo Gordo
- 14.15 Blossom
- 15.30 O Herói Está de Regresso (ver «Filmes na TV»)
- 19.20 Dinossauros
- 19.45 Joker
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Cheia
- 22.55 Os Bonecos da Bola
- 23.25 Os Fantasmas Divertem-se (ver «Filmes na TV»)
- 01.05 Clips e Spots

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 Saudades de Portugal
- 11.00 Missa
- 12.00 70 x 7
- 12.30 Forum Musical
- 13.30 Regiões
- 14.30 O Espírito da Cor
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.25 Artes e Letras: «Steve McQueen»
- 23.50 Águas Profundas (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 A Culpa Foi do Macaco/Agulha em Palheiro (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 O Santo
- 17.05 Que Bem se Está no Campo
- 18.05 Obras em Casa
- 18.35 Passageiro Imprevisto
- 19.05 Os Imortais
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Primogénito
- 21.30 Uma Mulher Sensual (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Conversas Curtas
- 00.15 Último Jornal
- 00.40 Espiões

QUATRO

- 10.05 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Quatro Ventos
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.30 Animação
- 14.00 Documentário (Jacques Cousteau)
- 14.45 Vamos ao Circo
- 15.45 Hook (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 O Novo Caminho das Estrelas
- 18.25 Magia
- 18.55 Moda Stravaganza
- 19.30 Informação Quatro
- 20.30 Pedidos e Achados
- 21.00 Maravilhas
- 22.15 Informação
- 22.30 O Príncipe das Marés (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 21

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.40 Esta Nobre Raça (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Sarilhos com Elas
- 16.55 Miss Marple
- 17.50 Caderno Diário
- 18.00 Marina, Marina
- 18.30 Com a Verdade M'Enganas
- 19.15 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financeal Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Mandala
- 21.30 A Filha da Cornélia
- 23.05 As Teias da Lei
- 23.55 Querido John
- 00.20 24 Horas
- 01.00 Teia Criminosa (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 Sobreviver
- 14.15 Sem Legendas
- 15.25 A Fama no Séc. XX
- 16.15 Pé Grande e os Amigos
- 16.40 O Treinador
- 17.05 Infantil
- 18.00 Os Jovens Cowboys
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 Os Kennedy
- 20.40 Crimes
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Financial Times
- 22.10 Amazônia
- 22.55 Remate
- 23.05 Teatro: «A Visita da Velha Senhora» (Parte II)
- 00.50 Magazine «Cinema»

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Agenda
- 16.30 Notícias
- 16.40 MTV
- 17.30 Assuntos de Família
- 18.00 Notícias
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Renascer
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Ora Bolas, Marina
- 22.10 A Brincar, a Brincar
- 22.45 Terça à Noite
- 24.00 Amor e Guerra
- 00.20 A Bolsa e a Vida
- 00.35 Último Jornal
- 00.40 Os Donos da Bola
- 00.50 Três É Companhia

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 Animação
- 12.25 Um Dia a Casa Cai
- 12.50 Dama de Rosa
- 13.40 A Amiga Olga
- 14.05 Uma Casa na Pradaria
- 15.00 Rosa Baiana
- 16.55 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.45 Topázio
- 18.25 Estrela
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Rua Jump, 21
- 21.45 Informação Especial
- 23.05 Desporto
- 23.35 Ponto Final
- 23.50 Modelo e Detective
- 00.45 Forum

Terça, 22

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 15.00 A Mulher de Cinco Caras (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Sarilhos com Elas
- 16.55 Crime, Disse Ela
- 18.00 Marina, Marina
- 18.30 Com a Verdade M'Enganas
- 19.15 Verão Quente
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Mandala
- 21.30 Os Inocentes
- 22.00 Nico d'Obra
- 22.30 Lace
- 23.25 Repórteres
- 00.25 24 Horas
- 01.05 Raparigas na Praia (ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
- 14.15 Sem Legendas
- 15.50 Para Além do Ano 2000
- 16.40 Pé Grande e os Amigos
- 17.05 Infantil
- 18.00 Os Jovens Cowboys
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Rotações
- 20.45 Magazine «Viver Saúde»
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Financial Times
- 22.10 Amazônia
- 22.55 Remate
- 23.15 Ideias com História
- 00.05 Um Bater de Coração (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 12.05 O Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.15 Agenda
- 16.30 Notícias
- 16.40 MTV
- 17.30 Assuntos de Família
- 18.00 Notícias
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Renascer
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Ora Bolas, Marina
- 22.10 A Brincar, a Brincar
- 22.45 Terça à Noite
- 24.00 Amor e Guerra
- 00.20 A Bolsa e a Vida
- 00.35 Último Jornal
- 01.00 Internacional Sic

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 Mulherzinhas
- 12.25 Um Dia a Casa Cai
- 12.50 Dama de Rosa
- 13.40 A Amiga Olga
- 14.05 Uma Casa na Pradaria
- 15.00 Rosa Baiana
- 16.25 Documentário Religiosa
- 16.55 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.45 Topázio
- 18.25 Estrela
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Rua Jump, 21
- 21.45 Pedidos e Achados
- 22.15 Mulheres do Sul (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Ponto Final
- 00.45 Malgret

Quarta, 23

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.30 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 15.00 No Campo da Honra (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Sarilhos com Elas
- 16.55 Crime, Disse Ela
- 17.50 Caderno Diário
- 18.00 Marina, Marina
- 18.30 Com a Verdade M'Enganas
- 19.05 Verão Quente
- 19.50 RTP-Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Mandala
- 21.30 Os Inocentes
- 22.00 Nico d'Obra
- 22.30 Lace
- 23.25 Repórteres
- 00.25 24 Horas
- 01.05 Raparigas na Praia (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 A Noite Fatal (ver «Filmes na TV»)

TV 2

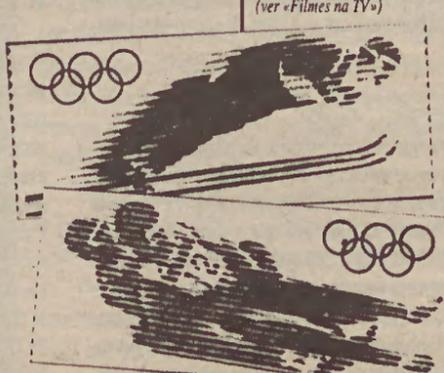
- 11.00 Televidas
- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 14.00 Universidade Aberta
- 14.30 Sem Legendas
- 15.25 Um Século de Dança
- 16.20 Pé Grande e os Amigos
- 16.45 O Treinador
- 17.10 Infantil
- 18.00 Os Jovens Cowboys
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 O Último Show na Terra
- 20.45 Realce
- 21.15 Desenhos Animados
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.10 Amazônia
- 22.55 Remate
- 23.15 Ouvir e Falar
- 00.15 Heimtat II
- 01.05 Magazine «Ver Artes»

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
- 13.00 Notícias
- 13.10 Sassá Mutema
- 14.00 Os Donos da Bola
- 14.15 Agenda
- 16.30 Notícias
- 16.40 MTV
- 17.30 Assuntos de Família
- 18.00 Notícias
- 18.10 E o Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Renascer
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Mulheres de Areia
- 21.30 Ora Bolas, Marina
- 22.10 A Brincar, a Brincar
- 22.45 Terça à Noite
- 24.00 Amor e Guerra
- 00.20 A Bolsa e a Vida
- 00.35 Último Jornal
- 00.05 Último Jornal
- 00.30 Os Donos da Bola

QUATRO

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 Mulherzinhas
- 12.25 Um Dia a Casa Cai
- 12.50 Dama de Rosa
- 13.40 A Amiga Olga
- 14.05 Uma Casa na Pradaria
- 15.00 Rosa Baiana
- 16.25 Documentário Religiosa
- 16.55 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Quem Sai aos Seus
- 17.45 Topázio
- 18.25 Estrela
- 19.30 Informação Quatro
- 20.00 O Justiciero
- 20.55 Rua Jump, 21
- 21.45 Queridos Inimigos
- 23.35 Terça Silenciosa
- 01.40 Ponto Final



## «Por isto e por aquilo...»

### Caprichos à Italiana (Quinta, 14.55, Canal 1)

Filme de sketches típico, daqueles que privilegiam uma série de pequenas histórias geralmente cómicas, *Caprichos à Italiana* ressent-se (como também costuma ser uma pecha do formato) da sua concepção desgarrada e desigual, embora à frente da realização de cada história estejam cineastas quase todos de nomeada. Assim, a única razão para dedicar algum tempo ao filme, é a última história, protagonizada por Tóttó - um grande gozo à volta de uma representação do *Otelo* em marionetas.

### Corações de Aço (Sexta, 00.05, Canal 1)

Um dos filmes mais violentos jamais feitos, com argumento baseado num caso real verificado em uma das mais violentas guerras de que há memória - a do Vietname. Trata-se do caso da violação colectiva de uma vietnamita por um grupo de soldados norte-americanos, um crime que marca profundamente um jovem soldado que a ele assiste e que procura, por todos os meios, ver punido em tribunal. Um filme de um Brian de Palma diferente de si próprio (ou seja, alheio aos pastiches de obras de outros realizadores que sempre procurou imitar, como Hitchcock) e que foi muito mal «engolido» pela crítica e pelos espectadores americanos. O elenco é de luxo, embora a escolha de Michael J. Fox se tenha revelado completamente desajustada.

### A Minha Prima Raquel (Sexta, 01.00, Quatro)

Se *Caprichos à Italiana* foi o último filme em que Tóttó participou na sua longa carreira, *A Minha Prima Raquel* ficou a marcar a estreia de Richard Burton no cinema americano. E, como seria de esperar de um realizador eficaz como era Henry Kostner, este filme, com argumento baseado numa adaptação do romance homónimo de Daphne du Maurier - sem atingir o nível da adaptação de *Rebecca*, da mesma autora, por Hitchcock - não deixa de aproveitar a excelente fotografia a preto e branco para estabelecer a atmosfera misteriosa que rodeia a estranha história de uma mulher (Olivia de Havilland) suspeita do assassinio do marido, um caso em cuja investigação está implicado Richard Burton.

### A Força do Sexo Fraco (Sexta, 01.15, TV 2)

Uma história surpreendente num filme que marca uma viragem nas temáticas habituais em Ingmar Bergman: um célebre violoncelista resolve retirar-se para uma rica vivenda na companhia de sete mulheres e é visitado por um crítico sob o pretexto de escrever uma biografia do grande músico mas, no fundo, na esperança de o ouvir tocar uma sonata... Mas o nosso violoncelista morre repentinamente de um ataque cardíaco e o crítico aproveita para se servir da fortuna de uma das sete mulheres. Diz-se que este filme, com ressonâncias de humor cáustico e de feitura aparentemente descontrainda, seria um ajuste de contas do próprio Bergman com a crítica cinematográfica que, designadamente a propósito do anterior filme - *O Silêncio* -, não deixava escapar a oportunidade para zurzir o realizador.

### Baxter, Vera Baxter (Sábado, 23.55, TV 2)

Segundo filme de Marguerite Duras apresentado no espaço de oito dias pela TV 2, esta obra apresenta-se, tal como *India Song* anteriormente transmitido, como de recepção extremamente complexa, tendo em conta os hábitos dos espectadores (e da crítica)... face às doses de «cinema industrial» que lhes são impostas. Admirável para uns, insuportável para outros, o filme explana em longos planos fixos e lentíssimas panorâmicas, uma banda sonora asfixiante e diálogos entrecortados e deixados a meio, a história de uma mulher que, durante dezoito anos de casamento, fica obcecadamente fiel ao marido - o qual, talvez para que o desejo e a novidade regressassem ao seio do casal, paga a um jornalista para que procure tornar-se seu amante...

### Os Fantasmas do Futuro (Sábado, 00.15, Canal 1)

Como vai sendo costume neste espaço da emissão, este filme fantástico destina-se sobretudo aos apreciadores dos filmes de acção. Mas o estilo de banda desenhada em que ele está produzido e realizado e o interessante desenvolvimento e enquadramento visual da própria história - que acompanha um polícia de regresso ao passado para impedir um temível criminoso de pôr em prática um plano sinistro para alterar o curso da História - transformam-no numa excelente sátira aos produtos da série B, em que as referências a *Blade Runner* lhe dão, ainda, especial sabor.

### A Culpa Foi do Macaco (Domingo, 14.30, SIC)

No ciclo que a SIC está a dedicar, aos Domingos, a alguns clássicos da comédia, *A Culpa Foi do Macaco* é um excelente representante do burlesco na cinematografia americana. O destaque vai para a participação dos Irmãos Marx - no terceiro filme da sua carreira (e no primeiro em que puderam dispor de meios confortáveis para a produção) - na pele de quatro passageiros clandestinos a bordo de um navio, constantemente metidos nas maiores tropelias e confusões. Um dos momentos mais impagáveis do filme é aquele em que os quatro irmãos imitam, um após o outro, a voz e os tiques de Maurice Chevalier.

### Hook (Domingo, 15.45, Quatro)

Um advogado bem instalado na vida e com uma vida familiar estável e repleta de harmonia é atingido pelo rapto dos seus filhos pelo capitão Gancho. É então que o espectador vê o nosso advogado transformado no que ele era na «realidade» - *Peter Pan* - que regressa então à Terra do Nunca, ao mundo da infância e às aventuras fantásticas dos contos de fadas, sereias e piratas. Encenado por Steven Spielberg com a habitual propensão para o «maravilhoso», o filme veio a revelar-se uma obra menos conseguida na sua carreira de sucesso comercial e não teve, aliás, repercussão junto do público idêntica às dos outros filmes que realizou.

### O Príncipe das Marés (Domingo, 22.30, Quatro)

Há um treinador de futebol americano, com problemas no casamento, que parte para Nova Iorque. Há uma psiquiatra (também farta do mari-

do) que tenta curar os males da irmã daquele (que havia tentado suicidar-se), procurando mergulhar no seu passado. Há o progressivo envolvimento entre o treinador e a psiquiatra, que começam a sentir-se atraídos um pelo outro. Mas o nosso «herói», ao tocar nas feridas desse passado comum, acaba por desvendar as razões da tragédia que acontecera na infância de ambos. Um filme «puxando à substância», fortemente dramático, contado sobretudo em flash-backs, e com uma forte interpretação de Nick Nolte (que esteve à beira de receber um dos 7 Oscars para que o filme foi nomeado). E, entretanto, para além de constantemente nos espantarmos com o tamanho e o verniz das unhas de Barbra Streisand (!), ficamos sem saber se ela é pior atriz do que realizadora - embora o profissionalismo e a capacidade «industrial» de que se fez rodear disfarce, à superfície, os lugares comuns da realização de um filme que, adaptado de um forte romance de Pat Conroy, chegou a embasacar certos sectores da crítica americana.

### Os Fantasmas Divertem-se (Domingo, 23.25, Canal 1)

Trata-se de uma sátira acerca da «vida após a morte» - um tema caro aos filmes que marcaram o género nos anos 30, como os vários *Topper*. Um casal, vítima de um acidente de automóvel, volta a casa como «fantasmas» e ambos ficam espantados com a confusão que por lá vai... Uma espantosa criação de Michael Keaton, bem acompanhado por Alec Baldwin e Geena Davis e uma série de excelentes secundários, num filme que demora a arrancar mas que se vê com grande agrado. Tim Burton, o realizador, está à vontade nesta atmosfera irracional e absurda e os «efeitos especiais» são dignos de nota. Divirta-se.

### Águas Profundas (Domingo, 23.50, TV 2)

Especializado, durante uma prolongada fase da sua carreira, na realização de comédias ligeiras, Michel Deville afirmou-se, neste filme inquietante, como um realizador capaz de muitos mais largos voos. A história tem alguns contornos arrepiantes, ao acompanhar os jogos de orgulho, paixão e ciúme de um casal cujo marido, quarentão, casado com uma bela jovem que sistematicamente o engana, depois de forjar os assassinios dos amantes da mulher, acaba por consumir dois crimes. Um filme encenado com talento, com duas grandes interpretações de Isabelle Hupert e Jean-Louis Trintignant.

### A Última Investigação (Domingo, 02.00, Quatro)

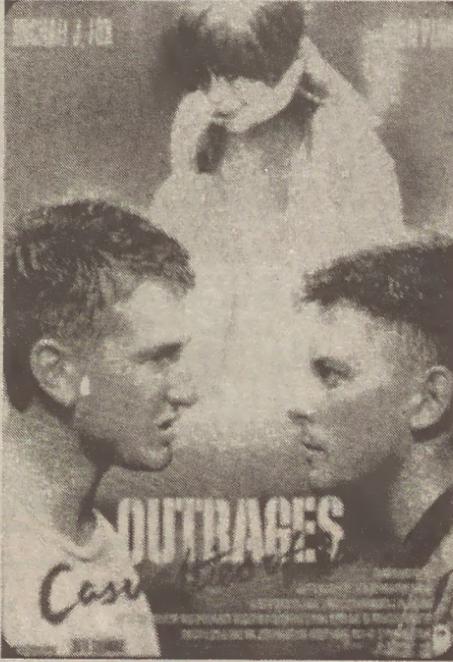
Dirigido por Robert Benton (e não por Robert Altman, que apenas o produziu, ao contrário do que informa a Quatro), *A Última Investigação* é um interessante filme policial (por vezes roçando alguma desnecessária violência), misto de melodrama com alguns traços de humor, que nitidamente glosa os argumentos e a atmosfera dos grandes filmes negros dos anos 40. Tudo começa quando uma mulher se dirige ao escritório de um detective particular pedindo-lhe para investigar o caso de um gato que havia sido raptado... A partir daqui, a intriga desenvolve-se em ritmo crescente e os crimes sucedem-se, como é de esperar num filme policial que se preze. E mais não se acrescenta, para não roubar o suspense...

### Esta Nobre Raça (Segunda, 14.40, Canal 1)

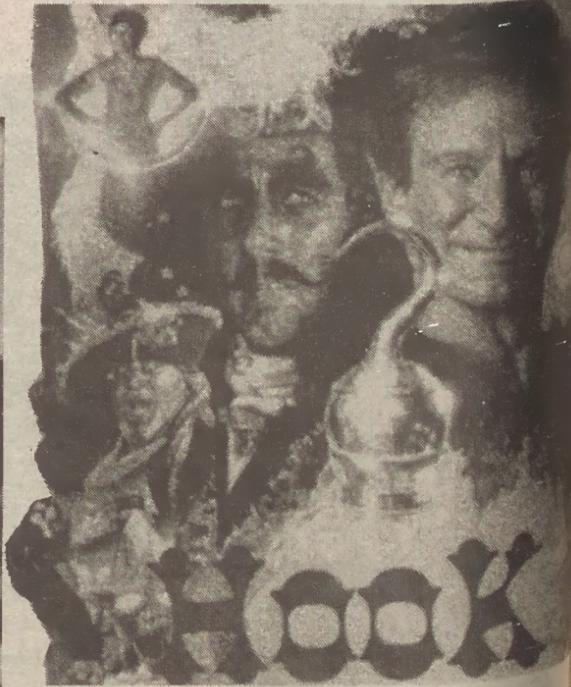
Retrato admiravelmente urdido das alegrias e dos sofrimentos de uma família inglesa, *Esta Nobre Raça* é uma crónica plena de autenticidade em que abundam as referências sociais, históricas e políticas que ilustram os trinta anos que separam duas guerras, minuciosamente reconstituídas a partir de uma encenação rigorosa a cargo de mestre David Lean. Uma boa adaptação de uma peça de Noel Coward, com fabulosa fotografia de Ronald Neame e um punhado de excelentes interpretações.

### Não Dês Bronca (Segunda, 21.30, SIC)

Um modesto empregado negro de uma pizzeria de Nova Iorque, situada num bairro de Brooklyn em que toda gente se conhece mas em que, com frequência, estão prestes a estalar conflitos raciais, entra em forte discussão com o seu patrão branco num dia em que a forte canícula do Verão se faz sentir sobre a cidade. Filme que alterna constantemente as cenas de feroz e mordaz sátira com sequências de grande violência, *Não Dês Bronca* veio confirmar a posição de destaque que Spike Lee, seu realizador e intérprete principal, hoje desempenha no novo cinema norte-americano, particularmente por constituir uma poderosa denúncia da situ-



Sean Penn e Michael J. Fox, intérpretes principais de «Corações de Aço», de Brian De Palma



«Hook», um filme menos conseguido de Steven Spielberg

Spike Lee, realizador e intérprete de um filme forte: «Não Dês Bronca»



Olivia de Havilland, em «A Minha Prima Raquel», de Henry Kostner



ação de discriminação da população negra no seio da sociedade norte-americana. Um filme com um final aberto, que o realizador deixa à disposição do espectador para fazê-lo pensar, e em que é inevitável destacar, ainda, a grande interpretação de Danny Aiello, no papel do patrão.

### A Mulher de Cinco Caras (Terça, 15.00, Canal 1)

De novo, um exemplar de um dos melhores períodos do cinema britânico (aqui eficazmente representado por Anthony Asquith) e de um dos géneros que lhe deram especial sabor - o filme policial. Também conhecido, no original, pelo título *Five Angles on Murder* (daí o seu título em português), o filme acompanha a investigação das várias pistas e dos vários potenciais criminosos no caso de um crime cometido na pessoa de uma mulher cujo carácter e passado está rodeado de mistério. A interpretação de Dirk Bogarde e a excelente utilização da técnica do flash-back, como reconstituição minuciosa das várias hipóteses do caso, são os maiores trunfos deste filme.

### Mulheres do Sul (Terça, 21.40, Quatro)

Com um argumento que se desenvolve a partir das revelações e do crescente contacto íntimo entre uma senhora de meia idade e uma outra senhora que habita num lar para idosos, *Mulheres do Sul* é também um filme contado em flash-back, regressando a uma outra história de amizade entre duas mulheres - esta passada nos anos 30, no Alabama. Ao contrário do que às vezes se passa no cinema, a estrutura desta obra não é a do filme-dentro-do-filme mas a da história-dentro-da-história, e é a primeira, que nos transporta ao passado, que ocupa a maior parte do filme. Primeira obra realizada por um produtor, Jon Avnet, residem talvez no facto de se tratar de uma experiência inicial alguns problemas de estrutura (particularmente na ocorrência de dois «fins», no filme). Mas as interpretações de Jessica Tandy (Oscar para a Melhor Actriz Secundária) ou de Mary Stuart Masterson tornam extremamente agradável a visão do filme.

### Anatomia do Golpe (Quarta, 22.05, Canal 1)

Primeiro filme realizado nos EUA pelo cineasta britânico Stephen Frears, certamente que o lado do humor negro britânico ficou a assinalar a realização desta história de três vigaristas (um jovem e a sua mãe, para além da namorada do primeiro) que é uma adaptação (feita por um escritor policial, Donald E. Westlake) a partir de um romance de outro excelente escritor policial - Jim Thompson. Uma história impagável em que cada uma das personagens se quer impor à outra na arte da vigarice e do golpe, num filme inteligentemente encenado em que o espectador secretamente se vê confrontado (como acontece tantas vezes) com a necessidade de tomar partido pela regra e pela ordem... e, no fundo, deseja ardentemente que tudo corra pelo melhor aos prevaricadores. Angelica Huston, John Cusak e Annette Bening têm, aqui, três excelentes criações.

# Zappas tu... ou Zappo eu?

■ Francisco Costa

Medravam as coisas na habitual mediania e paz podre que caracteriza esse cadáver adiado que responde pela alcunha de *audiovisual português*, quando, há poucas semanas, a SIC resolveu, sem mais aquelas, dar o dito por não dito e, com grande alarido - argumentando com orientações estratégicas que, antes, haviam justificado opções de programação totalmente diversas -, fazer atrasar a transmissão do seu principal serviço informativo (o «Jornal da Noite») para as 20.00 e avançar com a estreia da nova telenovela («Mulheres de Areia») para as 20.45. Regressava, assim, a excitação - e a frustração - do *zapping* lusitano!

De uma penada, a estação de Carnaxide pretendia assestar um duro golpe na ancestral auto-suficiência e arrogância da RTP e aproveitava, ainda, para fazer uma jogada de antecipação face às mexidelas que, nos *mentideros* das «publicações especializadas», começavam a ser desvendadas quanto às alterações que a Quatro previa para as comemorações do seu primeiro ano de existência.

Ou seja, tudo voltava a apostar-se (como antes) no confronto dos *telejornais* e das *tenenovelas* - como se fosse essa a verdadeira *pedra de toque* do «horário nobre» de uma programação televisiva.

Quais foram os resultados nefastos de mais este «golpe baixo»?

E, no meio de tudo isto, quais são as consequências para o pobre espectador?

## Vale tudo! Mesmo tirar olhos!

Naturalmente não tendo em conta realidades televisivas certamente não menos «aliciantes» (como deverão ser as de uma Grécia ou

cial de tornar aquele num espaço de informação verdadeiramente plural e alternativo ao da «governamentalizada» RTP? Que tratos de polé e mudanças de agulha não sofreu já a «pureza original» de projectos verdadeiramente novos como «Praça Pública»? E por que reformulações impossíveis não passou até agora o sofrível conteúdo de «Os Donos da Bola»? E, excluindo (no campo do espectáculo de divertimento) o caso único e transformado em «reserva emblemática» que é «Chuva de Estrelas» ou (no campo da ficção) essa bela experiência que foi «A Viúva do Enforcado» - que lugar houve até agora, na SIC, para uma *produção nacional* que não estivesse sujeita à mais rasteira das indigências? E que dizer do confrangedor panorama geral das «séries», «concursos» e outros enlatados?

## Um surpreendente «complexo de inferioridade»

Absolutamente incompreensível é, neste aspecto, o patético desnorre que, desta vez, assaltou a RTP. Completamente alheada da sua *personalidade institucional* e subvertendo o respeito que deve ao espectador, a estação da 5 de Outubro reagiu da pior maneira às últimas manobras de diversão da SIC. Mordendo o isco, comeu o anzol e revelou uma fragilidade insuspeitada ao desviar apressadamente para a hora da *telenovela* os últimos episódios da «Despedida de Solteiro», que transmitia aos fins-de-semana. Ignorando o carácter efêmero que marca inexoravelmente os produtos audiovisuais deste

tipo e a usura irremediável a que ficam sujeitos os seus intérpretes mais conhecidos (cujos tiques e fisionomia o espectador vai acompanhando ao longo dos anos, como se de personagens «familiares» se tratasse), acrescentou, àquela, a transmissão dos primeiros episódios de uma outra telenovela - «Mandala» - que, mesmo apresentando uma história que ultrapassa em significado o que é corriqueiro no *género* e compondo algumas figuras de assinalável dimensão e estatura humana, se revela manifestamente antiquada e «datada» nas técnicas de produção e realização televisiva e, portanto, de recepção e credibilidade problemática.

Quanto ao mais, a RTP não arranja melhor do que continuar a inflacionar a antena com «concursos» idiotas e primários (embora o recente surgimento de «A Filha da Cornélia» funcione,

ainda e tão-só, com uma vaga réstea de esperança), prepara mais uma indigestão com nova edição do «1-2-3», insiste em transmitir «séries de ficção» impensáveis há meia dúzia de anos (colocando em horários impossíveis no *Canal 1* ou relegando para as madrugadas da *TV 2* as poucas que, neste campo, poderiam *fazer a diferença*), e transforma esta última num canal em que os raros espaços de «programação cultural» são ensanduichados ou sistematicamente preteridos por doses maciças de transmissões desportivas, como as do *futebol*, que não apenas submergem outras modalidades desportivas como manifestamente estão desadequadas à ideia de salvaguarda do «serviço público de televisão» constante do contrato que a sua Administração firmou com o Estado. E se, no campo da informação, se reconhece ter a RTP relativamente repensado, no «Telejornal» e noutros serviços noticiosos, as suas obrigações quanto ao indispensável respeito pelo «pluralismo das ideias», já não pode compreender-se como abandona à iniciativa dos sempre invocados «adversários» (exceptuada a notória manutenção de «Parlamento») os espaços de debate político, cultural, económico ou social.

Mas o que constitui o maior escândalo dos golpes de espionagem e das manobras de bastidores em cujo envolvimento os principais operadores de televisão reincidem são as inadmissíveis e constantes alterações de horário, dos conteúdos dos programas, de tudo o que é publicamente anunciado e, sem quaisquer explicações, é eliminado - desprezando, inclusive, a sua comunicação em devido tempo à imprensa ou ignorando arrogantemente os fechos das redacções -, numa postura de abuso e impunidade totais face à impotência dos espectadores (cujo respeito é sempre invocado quando se trata de justificar as alterações produzidas), o que confere a este campo do *audiovisual* português um estatuto de inadmissível «terceiro-mundismo».

Resta ver, agora, o que vai passar-se com as turbulentas mexidas na Quatro. A orientação tendencial que se anuncia não augura, para já, em termos de *zapping*, nada de especialmente excitante. A ver vamos... ■

## A iconografia da violência

Coisa rara nos últimos tempos, o leitor poderá confirmar que, no espaço que habitualmente dedicamos na página anterior à *recensão dos «Filmes na TV»*, a SIC figura, esta semana, com dois destaques! O que não significa que, desde que começou as suas emissões, a estação não tenha tido o cuidado de apresentar, de vez em quando, obras cinematográficas merecedoras do maior aplauso. Mas, naturalmente sem possibilidades de competir, sobretudo em quantidade, com o que na matéria a RTP já vinha oferecendo, a SIC desprezou a possibilidade de se constituir como alternativa de *qualidade* à programação progressivamente degradada e comercial por que, sobretudo, o *Canal 1*, desde há tempos, vem optando - e depressa resvalou para a pura cópia dos piores «critérios» daquela, no que foi irremediavelmente ultrapassada pela qualidade média ou superior que, em geral, a Quatro tem procurado manter.

Mas a SIC parece pouco preocupada com o facto. Prova disso é o «orgulho» manifestado no primeiro dos *spots* que nas últimas semanas transmitiu - e em que, no texto, se afirmava: «Cinema na SIC: 93 foi bom, 94 será ainda melhor!»

Pena é que, do inventário da sua programação cinematográfica, a SIC tenha precisamente escolhido o que de pior e mais primário nos ofereceu em 93. Elaborado (excelentemente, diga-se de passagem) com as mais sofisticadas técnicas de publicidade próprias da casa - aproveitando em particular a infalível eficácia da «montagem por associações» de planos e sequências de vários filmes - o *spot* em questão é o mostruário mais acabado da *iconografia da violência* que nos foi dado ver, elaborado com tanta eficácia e descontração.

Mas mais inadmissível, ainda, é a circunstância de, para o fazer, o «publicitário de serviço» se ter também servido (como «imagens de corte») de alguns planos do miúdo Tóto olhando maravilhado para o *écran* - planos extraídos precisamente de um filme, «Cinema Paraíso», que constitui uma das mais admiráveis e comoventes manifestações de amor pelo Cinema jamais postas em película, o que é (Involuntariamente?) significativo da medida em que é tida, lá pela estação, a vulnerável disponibilidade do espectador.

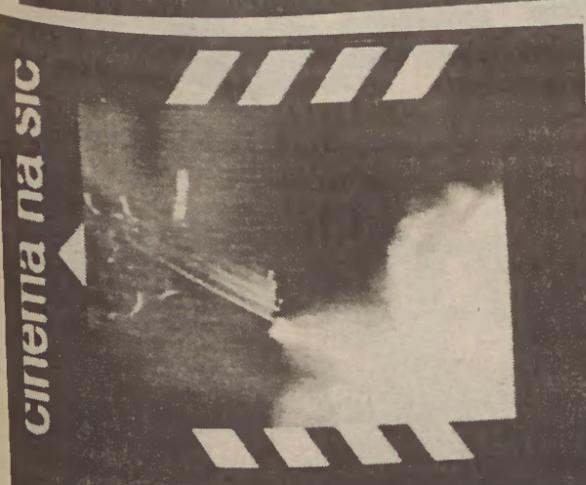
Talvez seja por isso que as salas de cinema se vão de novo enchendo - e os televisores se vão pouco a pouco apagando. Quer o leitor experimentar fazer o mesmo? ■ FC

de uma Turquia...), pode afirmar-se, sem margem para dúvidas, que em nenhum outro país da Europa que nos dizem «civilizada» é imaginável passar-se algo de semelhante ao que ocorre, no nosso país, em matéria de constante e doentia renovação das «grelhas televisivas» ou das «estratégias de programação».

Não sendo ingénuos ao ponto de ignorarmos que *slogans* como «pluralidade», «concorrência» ou «liberdade de escolha» - enquanto *ideia essencial* para alimentar a ilusão dos consumidores quanto às virtudes dos operadores privados de televisão - são vitais para a manutenção do *status quo* da *ideologia dominante* (traduzida na multiplicação artificial da mesmíssima «mensagem» para o mesmíssimo tipo de programas), é fora de dúvida manifesto que, por essa Europa fora, embora também se assistindo à repetição de argumentos e estudos, aparentemente profundíssimos, invocando as *audiometrias* e as suas consequências nas *guerra das audiências*, as coisas se processam apesar de tudo com maior decoro e respeito pelos espectadores. Sobretudo o que, nos melhores casos, está em jogo é a concorrência inteligente, complementar e alternativa entre programações de televisão que consigam afirmar-se por si próprias e não apenas em função das estratégias alheias. E o que, pelo menos, se propõe ao espectador são projectos maduramente pensados que, tendo inevitavelmente em conta os *estudos do mercado* ou as alterações de percurso nos *hábitos dos espectadores*, surgem devidamente estruturados para uma duração de muitos meses (quando não de anos) e apoiados numa *personalizada imagem de marca* que raramente é abalada por ocorrências ou golpadas que, por definição, uma opinião pública consciente está habituada a rejeitar.

Por cá, entretanto, as coisas passam-se precisamente ao contrário e é enorme a distância que separa os espectaculares propósitos por todos anunciados da confrangedora realidade da sua concretização.

Desde que a SIC apareceu, quantas vezes mudou o horário de transmissão do «Jornal da Noite»? E quanto não foi já defraudada, pelo indistigável sectarismo e pela atávica estratégia de exclusão ideológica (à boleia da fachada «antigovernamental»), a intenção ini-



# de FOICE

## Namoros

*Nasci numa terra onde namorar foi sempre uma coisa a dois do maior interesse para toda a comunidade. Fosse porque a planície simboliza desde sempre a vida em comum; fosse porque os dias têm ali uma duração mágica povoada de histórias; fosse porque os negócios de coração, ao contrário dos da cabeça, não dispensam a opinião avisada de uma comadre casamenteira, a verdade é que os namoros conhecidos de familiares e amigos, para não falar dos próprios, foram sempre motivo de mais interesse do que telenovelas, que de resto na época não chegavam sequer aos calcanhares das radionovelas do Tide, do OMO ou doutros branqueadores produtos.*

*Foi assim que soube, com abundância de pormenores, dos amores contrariados da menina Júlia e do senhor Francisco, do Raul da barbearia e da Etelvina da praça, da bisavó Jacinta e do espanhol albardeiro, da Joaquina que fugiu com um marinheiro que um dia se enganou nas marés e deu à costa na ribeira, da governanta do padre e da afilhada que ambos criavam com desvelos de pais, da Isabelinha do senhor doutor apanhada em flagrante com o Manelinho guardador de porcos, e tantos outros.*

*Amores contrariados não tinham conta. Vitória do coração era o que se quisesse. O que não se contava à boca cheia dizia-se à boca pequena, ou descobria-se pelas pistas deixadas ao longo dos anos de namoro: flores secas nas páginas dos livros, montinhos de cartas atados com fitas em fundos de gavetas, fotografias descoloridas pelo tempo, até livros encadernados com as mais belas cartas de amor que alguém já escreveu.*

*Não me consta que nessa altura o calendário impusesse restrições aos amores. No rigor do Inverno, quando o cheiro a azinho subia das lareiras e os cristais de gelo enfeitavam as árvores, nunca os olhares ardentes deixaram de fazer subir a temperatura; na Primavera, quando a natureza se vestia de novo, era ver os namorados numa doideira, felizes de existir e de se amarem; no Verão, nas longas noites sem sono, desapareciam nas sombras sem medo de fantasmas ou almas penadas que nos diziam a nós, crianças, espreitar no escuro; no Outono, na ternura da queda das folhas e do pôr do sol sem igual, o amor andava no ar como um perfume de promessas por cumprir.*

*Se bem me lembro, nessa altura ninguém sabia de um tal São Valentim que, a existir, devia constar do rol arrumado sob o item abrangente de 'todos os santos'.*

*Casamenteiro, mesmo, só o Santo António, e padroeira, se necessária, a Senhora da Conceição.*

*Nessa altura, também, Fevereiro era só o mês do Carnaval e o mais curto do ano, para acerto de contas.*

*A América era uma coisa lá longe, de cowboys e índios, e os centros comerciais uma modernice ainda incipiente.*

*Deve ser por isso que ninguém me tira da cabeça que esta moda do Dia dos Namorados traz água no bico. Um destes dias ainda alguém me toca à campainha com um coração de plástico enfiado na cabeça e me vende a prestações a colecção completa do best-seller do ano - Não namore, compre.*

AF

## Governo quer extinguir GAT's Em causa meio milhar de postos de trabalho

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública insurge-se contra a intenção do Governo de "extinguir mais de 50 por cento dos Gabinetes de Apoio Técnico às Autarquias Locais, pondo em causa a estabilidade de emprego de meio milhar de trabalhadores", segundo denúncia feita em comunicado assinado pela Comissão Executiva daquela estrutura sindical.

Sob o título "Governo continua a extinguir serviços e a criar disponíveis", o comunicado informa que "a decisão, que poderá já ter sido tomada em

Conselho de Ministros, consta do diploma legal do Ministério do Planeamento e da Administração do Território", diz a Federação, que teve acesso ao referido documento.

Segundo diz o comunicado, o diploma governamental visa, alegadamente, reordenar as áreas de actuação dos Gabinetes de Apoio Técnico, "mas na prática, extingue mais de 25 destes serviços espalhados pelo país".

A Federação, para além de manifestar o seu desacordo, exigiu já uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local, para expor

suas preocupações relativamente ao processo.

Criados em 1979, os GAT's têm como atribuições a assessoria técnica aos municípios e como competências a emissão de pareceres de natureza técnica aos municípios e como competências a emissão de pareceres de natureza técnica, a elaboração de projectos e a inventariação de carências de infra-estruturas e equipamento.

O comunicado sublinha que "ao longo destes anos, os GAT's, para além do importante contributo que deram aos municípios no processo de desenvol-

vimento das zonas menos desenvolvidas, foram também um importante meio de fixação de mão-de-obra especializada em municípios do interior". ■

## Abril na Madeira

Um grupo de sete individualidades, a que se juntaram os cinco principais partidos políticos madeirenses, iniciou a preparação das comemorações do 20º aniversário do "25 de Abril" na região. A comissão promotora, que será alargada a outras individualidades, é neste momento constituída por Raul Faria, Orlando Ventura, Jaime Pestana, Sérgio Rebelo, José Augusto Araújo, Nuno Borges e pelo padre Edgar Silva.

PSD, PS, CDS, UDP e PCP são os partidos que aderiram a esta iniciativa que pretende ser alargada o mais possível à sociedade civil com o único intuito de comemorar o 25 de Abril.

Forças sindicais e católicas já deram o seu assentimento à iniciativa.

Como objectivos genéricos, esta iniciativa aponta para os seguintes itens - "fazer o contraponto entre o antes e o pós Abril no País", "o 25 de Abril e o processo autonómico, a evolução suas potencialidades e limites" e "a democracia e autonomia - desafios hoje".

Exposições, colóquios, conferências e concursos são algumas das acções que este grupo irá promover. ■

## Projecto para imigrantes na Assembleia «Verdes» contra racismo e xenofobia

«Os Verdes» entregaram na mesa da Assembleia da República um projecto de Lei que visa reabrir o processo de regularização dos imigrantes, considerando aquele partido que "o processo de legalização decorrido, revestiu-se de aspectos de grande injustiça, excluindo um grande número de imigrantes em situação de legítima legalização", lê-se em comunicado do Gabinete de Informação dos ecologistas.

A entrega do projecto de Lei foi acompanhado de uma declaração política da deputada Isabel Castro sobre racismo e xenofobia, numa intervenção onde se afirmava que "as suas manifestações tornam-se de dia para dia mais preocupantes na Europa

e também em Portugal. A deputada de «Os Verdes» referiu-se aos resultados das últimas eleições italianas, onde as forças fascistas obtiveram expressiva votação, e apelou à reflexão dos restantes deputados para sublinhar a necessidade urgente "duma estratégia clara, de medidas concretas, que ponham travão a esta onda".

Tal estratégia, segundo as palavras de Isabel Castro, exige "mudanças sociais mas também de mentalidade e uma nova atitude cultural". "O anti-racismo não é um estado de espírito. Exige uma estratégia globalmente pensada que passa pela escolarização dos filhos dos imigrantes", disse.

A deputada defendeu a aplicação de políticas de habitação que não originem exclusões e ponham fim ao caos urbanístico e à degradação ambiental, "aos quais a insegurança e a criminalidade de estão associadas".

Por outro lado, valorizou o conhecimento da diversidade cultural, da veiculação através da educação dos valores da tolerância e não violência, o fim da banalização da violência nos meios de comunicação social, o apoio às organizações não governamentais - particularmente as de imigrantes - com o seu reconhecimento como parceiros sociais e a condenação do racismo como um crime que não pode ser tolerado. ■

## Ano Internacional da Família MDM distingue folclore da realidade

O Conselho Nacional do MDM (Movimento Democrático de Mulheres) analisou na sua última reunião o desenvol-

vimento de acções para o Ano Internacional da Família, considerando em comunicado que a abertura feita pelo Governo da iniciativa teve "pompa e circunstância" mas "não trouxe nada de novo" porque "faltou o que poderia dar alguma razão de ser a este Ano Internacional da Família - propostas para melhorar efectivamente as condições de vida das famílias portuguesas", lê-se num comunicado emitido por aquela estrutura que diz

ser necessário distinguir folclore da realidade.

"A família não é uma instituição estanque, antes pelo contrário, ela é influenciada negativa ou positivamente consoante o desenvolvimento económico, social, político e cultural da sociedade", afirma o MDM que lembra ainda os resultados obtidos em outros anos internacionais (dos Idosos, da Criança, das Mulheres, etc.) "que abrindo espaço para o debate, constituíram ponto de referência para melhor consciencialização da sociedade" mas, no entanto, "pouco se avançou na resolução dos pro-

blemas concretos, que, como é óbvio, dependem sempre e em primeira instância dos poderes políticos".

O MDM critica as palavras de Cavaco Silva na abertura da iniciativa, considerando não ser justos culpabilizar a família e em particular a mulher por flagelos como a droga ou a prostituição, pois "ao contrário do que foi afirmado pelo primeiro-ministro elas não se devem à profunda degradação da comunidade familiar", deve-se à profunda crise económica e social em que o Governo mergulhou o país". ■

## «Ruído» nas escolas

Está em distribuição o nº 6 do «Ruído», uma publicação juvenil distribuída pelas Associações de Estudantes das Escolas Secundárias de Lisboa. Este número coincidiu com uma remodelação da publicação, gráfica e de conteúdo. Artigos sobre a questão das propinas, uma reportagem sobre a Escola Secundária António Arroio e outra sobre a Feira da Ladra, uma crónica sobre o filme «Até amanhã, Mário» de Solveig Nordlund, uma entrevista com o deputado europeu, José Barata-Moura, uma agenda cultural, um roteiro dos bares lisboetas, constituem algumas das peças deste número do «Ruído». ■